

**ARCANJO LINDA SITIMELA**

**ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS  
PARCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL E ENDÓGENO  
NA ZAMBÉZIA**

Orientador: Prof. Doutor Manuel de Azevedo Antunes

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

**Lisboa**

**2012**

**ARCANJO LINDA SITIMELA**

**ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS  
PARCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL E ENDÓGENO  
NA ZAMBÉZIA**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, no Curso de Mestrado em Sociologia, Globalização e Desenvolvimento, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador:  
Prof. Doutor Manuel de Azevedo Antunes

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

**Lisboa**

**2012**

Dedicado à minha irmã Eunice Sitimela, que partiu para o Pai na tenra idade.

Aos meus pais, Páscoa Linda e Júlio Sitimela, que suportam o fardo das saudades.

Aos Bispos Dom Bernardo Filipe Governo e Dom Hilário da Cruz Massinga, que permitiram que este estudo fosse feito em Portugal.

## **Agradecimentos**

Muitos contribuíram para a concretização desta Dissertação.

Começo por agradecer à Paróquia do Campo, em Lisboa, na pessoa do seu prior, Mons. Vítor Feytor Pinto, pela bondade do seu acolhimento e interesse pelos meus estudos.

À Paróquia de Bad Ischl (Áustria), na pessoa do seu pároco, Mag. Christian Öhler, pelo apoio financeiro. Também aos amigos, Família Kreuzer, Dr. Ilse Polleichtner, Mag. Margot Kern e Josef Danner, agradeço o apoio financeiro.

Ao Prof. Doutor Manuel de Azevedo Antunes, por aceitar orientar este estudo, o que fez com competência e sabedoria,.

Aos Professores Doutor José Fialho Feliciano e Doutor Manuel Carvalho da Silva, pelo encorajamento e interesse académico demonstrados.

Um obrigado muito especial à Ana Pinho, pela disponibilidade e paciência para corrigir este texto.

Aos colegas Pe. Joaquim Tyombe e Pe. Olávio Zau, pela amizade, incentivo e interesse revelados em todo o processo.

Ao técnico Carlos Alves, que, desde a primeira hora, generosamente me ajudou com os seus conhecimentos de informática.

## **Resumo**

A problemática do Desenvolvimento Local e Endógeno (DLE) está estreitamente relacionada com a afirmação de uma identidade territorial. Trata-se do reconhecimento de singularidades que distinguem e diferenciam um território específico do global; de identificar, valorizar e desenvolver as potencialidades e vocações locais. O DLE é, portanto, o resultado da participação das populações locais na definição, planificação e criação do seu próprio destino.

As Organizações Não-Governamentais (ONG) na Zambézia surgem como parceiros privilegiados neste processo. Embora não sejam atores principais para o DLE, o seu papel torna-as indispensáveis; são elas que, ao cooperar com as comunidades locais, as incentivam à participação ativa e esclarecida (protagonismo). A sua área de atuação incide nos campos da Saúde, Educação, Direitos Humanos, Igualdade de Género, Desenvolvimento Rural, entre outros, alcançando um resultado mais eficaz e sustentável ao trabalharem numa dinâmica de Redes colaborativas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Local e Endógeno, Zambézia, ONG, Redes Colaborativas, Globalização.

## **Abstract**

The issue of Local and Endogenous Development is strictly related to the statement of territorial identity. It deals with the acknowledgment of the distinctiveness that tells a specific territory apart from the global one; with identifying, boosting and developing local potentialities and vocations. LED, thus, derives from the partaking of local populations in the definition, planning and designing of their own destiny.

NGO in Zambézia appear as privileged partners in the process. Although not the main actors, the role they play is crucial, as they foster active and enlightened involvement by cooperating with local communities. Their area of work comprises Education, Human Rights, Equality of Gender, Rural Development among others, reaching a more efficient and sustainable outcome when working under cooperative network dynamics.

**Key words:** Local and Endogenous Development, Zambézia, NGO, Cooperative Network, Globalization

## **Zusammenfassung**

Das Problem der endogenen Regionalentwicklung ist ausschließlich mit der Erklärung der Landesidentität verbunden. Es befasst sich mit der Anerkennung der Besonderheit, die ein spezifisches Territorium von der globalen Welt unterscheidet, durch Identifikation, Förderung und Entwicklung lokaler Potenziale und Begabungen. Die endogene Regionalentwicklung ergibt sich so aus der Teilhabe der lokalen Bevölkerung bei der Definition, Planung und Gestaltung Ihrer eigener Bestimmung.

NGOs in Zambezia treten als privilegierte Partner in diesem Prozess auf. Auch wenn sie nicht die Hauptakteure sind, spielen sie eine entscheidende Rolle, weil sie die aktive Beteiligung fördern, indem sie mit lokalen Gemeinschaften zusammenarbeiten. Ihr Arbeitsgebiet umfasst unter anderem Ausbildung, Menschenrechte, Gender-Gerechtigkeit und ländliche Entwicklung, und sie erzielen ein effizienteres und nachhaltiges Ergebnis wenn sie in kooperativen Netzwerken arbeiten.

**Stichworte:** Endogene Regionalentwicklung, Zambézia, NGO, Globalisierung, kooperative Netzwerke.

## **SIGLAS**

ACB - Associações Comunitárias de Base

DLE - Desenvolvimento Local e Endógeno

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice do Desenvolvimento Humano

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG - Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento

UNEP - Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas

## ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA .....	2
AGRADECIMENTOS .....	3
RESUMO .....	4
SIGLAS .....	6
ÍNDICE GERAL .....	7
ÍNDICE DE FIGURAS .....	10
INTRODUÇÃO.....	11
Perguntas de partida .....	12
Hipóteses .....	12
Metodologia.....	13
PARTE I – O DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	17
Capítulo 1 – A Problemática do Desenvolvimento Humano .....	18
1 - O debate sobre o sentido do desenvolvimento.....	18
1.1 - Crescimento económico sinónimo de desenvolvimento? .....	19
1.2 - Desenvolvimento equivale a Inovação .....	22
1.3 - O desenvolvimento como estágios lineares.....	23
1.4 - O desenvolvimento tem de obedecer a mudanças estruturais da história.....	25
1.5 - O desenvolvimento tem a ver com o capital humano .....	26
2 - O desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas .....	27
3 - O desenvolvimento humano na obra de Sen .....	30

Capítulo 2 – A Pobreza e Desigualdade .....	34
1 - O conceito da pobreza.....	34
2 - O conceito da desigualdade.....	36
Capítulo 3 – Desenvolvimento Local e Endógeno .....	40
1 - Tentativa de definição. O que é o Desenvolvimento Local e Endógeno	40
2 - Desenvolvimento Local .....	43
3 - Desenvolvimento Endógeno .....	47
4 - Desenvolvimento Sustentável .....	50
5 - Indicador tradicional do desenvolvimento económico e IDH .....	544
5.1 - PNB per capita.....	54
5.2 - Índice do Desenvolvimento Humano .....	54
6 - Indicadores de sustentabilidade .....	56
PARTE II – AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PARCEIRAS	
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E ENDÓGENO NA ZAMBÉZIA	58
Capítulo 1 – A Origem e Finalidades das Organizações Não-Governamentais.....	59
1 - Conceito das Organizações Não-Governamentais (ONG).....	59
2 - Evolução histórica das ONG.....	61
3 - As Organizações Não-Governamentais em Moçambique .....	63
3.1 - A génese das Organizações Não-Governamentais em	
Moçambique .....	63
3.2 - Fatores que contribuíram para o surgimento das ONG em	
Moçambique .....	66
3.3 - Situação legal das ONG em Moçambique .....	66
3.4 - Áreas de atuação das ONG em Moçambique.....	67
Capítulo 2 – A Parceria das ONG com o Governo da Zambézia para o Desenvol-	
vimento Local e Endógeno .....	68
1 - Contexto em que a parceria acontece.....	68
1.1 - Localização geográfica e população.....	68

1.2 - Incidência da pobreza.....	69
2 - Experiência de parceria para o Desenvolvimento Local e Endógeno na Zambézia .....	72
2.1 - A Cooperação para o Desenvolvimento Local e Endógeno como processo de identificação e conquista dos parceiros locais .....	74
2.2 - O Desenvolvimento Local e Endógeno reclama um diagnóstico participativo local .....	81
2.3 - O desenvolvimento local e as lideranças locais .....	87
2.4 - O desenvolvimento e o empreendedorismo local .....	89
3 - O desenvolvimento local e o combate a pobreza absoluta.....	91
4 - O papel da mulher no combate à pobreza e no DLE .....	96
PARTE III – AS REDES COLABORATIVAS NO CONTEXTO DO DESEN- VOLVIMENTO LOCAL E ENDÓGENO .....	101
Capítulo 1 – O Conceito de Rede .....	102
1 - A Natureza e papel das redes na sociedade globalizada .....	103
2 - Redes colaborativas.....	105
3 - A Transversalidade das redes colaborativas .....	108
CONCLUSÃO.....	111
BIBLIOGRAFIA .....	115
GLOSSÁRIO .....	125
ÍNDICE REMISSIVO TEMÁTICO E ONOMÁSTICO .....	125
APÊNDICES .....	I
Apêndice I – Guião de entrevista I – Departamento da mulher e ação social..	II
Apêndice II – Guião de entrevista II – Organizações Não-Governamentais	V
Apêndice III – Guião de entrevista III – Líderes da comunidade local .....	VIII
Apêndice IV – Especificidades das ONG consultadas na Zambézia .....	IX
Apêndice V – Relação nominal dos entrevistados .....	XV

## ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura n.º 1 .....	68
Figura n.º 2 .....	83
Figura n.º 3 .....	85
Figura n.º 4 .....	93

## INTRODUÇÃO

A assinatura dos Acordos de Roma, em 1992, e a realização, em 1994, das primeiras eleições multipartidárias trouxeram grandes e profundas mudanças para Moçambique, no seu todo, criando condições para o debate sobre a problemática do Desenvolvimento Local e Endógeno.

Esta discussão sobre o conceito de Desenvolvimento Local e Endógeno apresenta-o como multidimensional, polissémico, assumindo significados nem sempre convergentes, que dependem dos pressupostos conceituais na raiz da sua utilização. Este estudo propõe-se ser um contributo para o debate.

O objeto deste trabalho são as ONG, parceiras para o Desenvolvimento Local e Endógeno na Zambézia. Esta delimitação exclui, portanto, a execução de projetos de desenvolvimento a título individual, de modo espontâneo e/ou informal, não porque tal estratégia não faça parte integrante da implementação de projetos de desenvolvimento - que é a tarefa essencial das ONG na Zambézia - mas, apenas, em virtude da restrição operada sobre o tema desta dissertação.

Na perspetiva de contribuir de forma significativa para o fortalecimento das ONG, nas suas parcerias para o Desenvolvimento Local e Endógeno na Zambézia, procurar-se-á compreender as ligações com o governo local, a forma como estas se operacionalizam, os métodos, as motivações e as estratégias que utilizam na implantação dos programas de desenvolvimento.

E, porque a sustentabilidade das ONG depende da sua capacidade de cooperação, tanto com o governo local (nível macro), como com as suas congéneres (nível micro), pretende-se oferecer subsídios conceituais e estratégicos para projetos de investimento social, que visem a criação de redes colaborativas e promover processos de Desenvolvimento Local e Endógeno. Por essa razão, este conceito é amplamente analisado, nomeadamente nos seus fundamentos e nos seus vários sentidos.

A parte empírica do estudo espelha as ações de Desenvolvimento Local levadas a cabo pelas ONG, na província Zambézia, e privilegia todas as experiências tendentes a criar um desenvolvimento endógeno, envolvendo as comunidades locais como

autênticas protagonistas e empreendedoras. Espelha também a experiência do autor <sup>1</sup> na mobilização da população, no planeamento, implantação, gestão e avaliação de projetos de desenvolvimento social.

### **Perguntas de partida**

Ao examinar as diferentes dinâmicas do Desenvolvimento Local e Endógeno na Zambézia, pretende-se chegar a uma análise dos métodos, critérios e motivações das ONG, em confronto com o horizonte sociológico do Desenvolvimento Humano. Põem-se, então, as seguintes questões, mobilizadoras deste estudo:

- De que forma é que as ONG, que atuam na Zambézia, com projetos de investimento social, podem cooperar com o Governo Local, para o desenvolvimento daquela Província, criando comunidades cada vez mais empenhadas e responsáveis pelo seu desenvolvimento social? Por outras palavras, de que modo desenvolvem as suas parcerias?
- Quais são as suas motivações? Existirão outros interesses latentes?
- Qual é o grau de autonomia e poder de decisão da população da Zambézia, com vista a melhorar as suas condições de vida e, deste modo, alcançar um maior nível de desenvolvimento humano?

### **Hipóteses**

Como resposta às perguntas anteriormente formuladas, colocam-se as seguintes hipótese:

- As ONG, na Zambézia, podem constituir-se em parceiras credíveis para o Desenvolvimento Local e Endógeno. Contudo, elas tornar-se-ão mais sustentáveis no momento em que, sem perderem as suas raízes humanitárias e o seu carácter de base, se destacarem em relação à tradição assistencialista e se distanciarem da burocracia, que ainda caracteriza as instituições estatais em Moçambique, em geral, e na Zambézia, em particular.

---

<sup>1</sup> O autor esteve envolvido, entre 2003-2004, na localidade de Macuse, distrito de Namacurra, na mobilização da comunidade, no planeamento e execução de projeto de uma escola e de um posto de saúde para populações carenciadas. De 2009 para cá, está a desenvolver um projeto de educação das raparigas no distrito da Maganja da costa. Mobilizou a comunidade e com ela planeou um projeto de lar feminino, onde estão albergadas meninas de famílias carenciadas, com o objetivo de pôr em prática o provérbio africano que rege: “Quem educa uma mulher, educa uma nação”.

- As ONG, embora se constituam pelo interesse de um número restrito de pessoas, atuam com vista ao desenvolvimento de grupos sociais que não os de origem dos próprios membros.
- A noção de redes colaborativas pode ser aplicável ao contexto das ONG, na Zambézia. Estas só serão mais cooperadoras e sustentáveis se executarem as suas ações dentro de um esquema de redes intersectoriais colaborativas.

## **Metodologia**

Este estudo baseia-se, essencialmente, numa abordagem de cariz qualitativo, pois o que se pretende é uma análise que leve à compreensão dos fenómenos a partir da atividade local. Neste contexto, dissertar sobre o Desenvolvimento Local e Endógeno é entrar no cerne da questão do desenvolvimento humano.

A estratégia de investigação aplicada é a abductiva. Norman Blaikie define-a como sendo aquela que assenta no pressuposto de que a realidade social (Blaikie, 2000, p. 106) - neste nosso caso, o Desenvolvimento Local e Endógeno - é uma construção dos atores e agentes sociais e, como tal, não é independente das suas atividades. Daqui resulta a necessidade de descobrir quais os significados e as motivações que as pessoas dão às ações que conduzem aos padrões existentes.

A estratégia enunciada implica a construção de uma teoria, fundamentada nas atividades quotidianas dos atores sociais, através das seguintes etapas:

- Descrição das ONG, nomeadamente: as suas origens, áreas de intervenção, os seus traços comuns e especificidades, as suas finalidades, a articulação entre elas e as suas tendências de evolução no atual contexto moçambicano, dentro das progressivas mudanças das relações entre Estado e a sociedade civil;
- Elaboração de categorias e conceitos que possam formar a base de uma compreensão ou explicação do fenómeno.

Trata-se de uma metodologia cujas características se adequam ao objeto deste estudo, porque, segundo Sharan Merriam ela é:

- Particular, enquanto se centra numa determinada situação (Província da Zambézia), acontecimento ou fenómeno (parcerias e redes colaborativas);
- Descritiva, porque o produto final é uma descrição, que se pretende profunda, do fenómeno que está a ser estudado;

- Heurística, porque conduz à compreensão do fenómeno que está a ser estudado Merriam (1988, pp. 19-21). Na sequência deste método, usa-se a técnica de entrevista aberta, com um guião apropriado, a interlocutores privilegiados, nomeadamente os responsáveis das ONG, facilitadores, camponeses e líderes comunitários.

As técnicas a que se deu prioridade na recolha de dados foram, essencialmente, a observação participante e a pesquisa e análise documental. Estas são técnicas relevantes para descrever as particularidades das dinâmicas e motivações das ONG, na Zambézia. A informação recolhida no terreno é interpretada a partir dos conceitos de desenvolvimento local, desenvolvimento integral e sustentável, parceria/cooperação e de redes colaborativas, fruto da revisão bibliográfica.

Neste itinerário, pensa-se chegar à compreensão das motivações, dos critérios de ação das ONG e à elaboração de uma proposta de ação social, que permita um maior engajamento de todos os atores no processo de desenvolvimento local e endógeno, na Zambézia.

O estudo compreende três partes.

A primeira parte é dedicada ao enquadramento teórico e nela se discutem alguns conceitos respeitantes à conjuntura do desenvolvimento humano, tendo em conta a sua evolução histórica. Para tal discussão, privilegiaram-se os seguintes autores: Antonio Vásquez Barquero (2002), Amartya Sen (2003), Juarez de Paula (2008), Manuel de Azevedo Antunes (2009), Wolfgang Sachs (2010) e Francisco Diniz (2010). Para estes autores só existe desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser e fazer na vida.

Na sua perspetiva, esse conjunto de coisas pode resumir-se em quatro aspetos fundamentais: ser instruído, ter uma vida longa e saudável, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e, por último, ser capaz de participar na vida da comunidade, além da sustentabilidade. A ausência destes pode tornar inacessível todas as outras possíveis escolhas e oportunidades. Consideram, igualmente, que todos os povos são vocacionados ao desenvolvimento e ao bem-estar, apontando o equilíbrio como elemento fundamental em todo o processo de desenvolvimento. Por outras palavras, o bem-estar das populações é fundamental, mas não se deve criá-lo a todo o preço.

Para aqueles autores, o papel das várias instituições no processo do desenvolvimento humano, nomeadamente do mercado, dos meios de comunicação, do Estado, das forças da oposição e das Organizações Não-Governamentais, é concebido numa dimensão ampla e integrada. Só nesta perspetiva inclusiva do desenvolvimento se pode articular a questão do Desenvolvimento Local e Endógeno.

As teorias apresentadas nesta parte demonstram que existe uma relação lógica entre o desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno. O Desenvolvimento Local é o que tem em conta as características locais, as descobre e as fomenta. Por seu lado, o Desenvolvimento Endógeno acontece na medida em que revela as características locais e fortalece o capital social. Fica entendido como aquele que, partindo das características e recursos locais, promove uma nova coerência entre os elementos tradicionais e externos, preocupado em harmonizar as condições ecológicas, socioculturais e económica locais (Remmers, 2000, pp. 11-12, 43).

Os dois conceitos não se excluem e também não excluem, de modo algum, elementos externos, como pode transparecer à primeira vista. Pelo contrário, fomenta-se o diálogo entre os elementos externos e internos: de um lado os atores locais apropriam-se de componentes globais, nomeadamente, cultura, tecnologia, conhecimento, etc., num processo permanente de construção, e, de outro, o local oferece os seus “elementos” ao global, que, assim, os apropria (Touraine, 1998; Remmers, 2000, Guzmán, 2001; Barquero, 2002).

A segunda parte relata as experiências das ONG na Zambézia. Aqui, a implementação de projetos de Desenvolvimento Local, por parte das ONG, confronta-se não só com a estrutura social, económica, política e cultural da sociedade moçambicana, mas também com a rápida mudança sociocultural relacionada com a globalização e a contínua emergência e expansão de novas formas de exclusão social e pobreza extrema. São relatos que se baseiam em dados obtidos a partir de entrevistas abertas aos gestores, técnicos e facilitadores das respetivas ONG. As experiências relatadas ajudam a compreender a natureza das ONG, designadamente, as suas origens, áreas de intervenção, os seus traços comuns e especificidades, as suas finalidades e as suas parcerias com o governo local, no processo do Desenvolvimento Local e Endógeno. A questão do grau de autonomia e do poder de decisão da população da Zambézia, no melhoramento das suas condições de vida, é analisada como uma componente fundamental para a temática.

À luz do marco conceitual da primeira parte e à luz da prática das ONG, focalizada na segunda parte, a terceira propõe diretrizes de ação conducentes à valorização do trabalho em redes colaborativas e promoção da segurança económica; à criação de oportunidades sociais, que facilitem a participação económica e de dispositivos económicos, que garantam a riqueza das pessoas e os recursos públicos destinados a serviços sociais. Ao propor a formação de redes colaborativas, como meio para fortalecer a sustentabilidade das ONG, pretende-se realçar a necessidade de poder assumir a formação de coletivos de ação, gerados pelo encadeamento das interações locais, sem recurso a um único ator ou a uma regra dominante. Responde-se, assim, às diversas exigências da mudança social em Moçambique, por um lado, enquanto, por outro, existe a vontade de encontrar uma plataforma de cooperação entre as ONG e o governo local da Zambézia para que, em conjunto, se possa erradicar a pobreza extrema e alargar as potencialidades das pessoas, de forma a proporcionar-lhes uma vida mais digna de ser vivida e mais livre.

A cooperação entre os atores sociais, no processo de Desenvolvimento Local e Endógeno é, aqui, desenhada de tal modo que o fenómeno competição não prevaleça. Trata-se, portanto, do trabalho em parceria. Este, por sua vez, remete os atores para o paradigma do trabalho em rede colaborativa. E a parceria entende-se, neste estudo, como a imprescindibilidade do trabalho e multidisciplinaridade no tratamento dos problemas sociais.

Na elaboração desta dissertação seguiu-se a norma APA - *American Psychological Association* – como é recomendado pelas normas em vigor na ULHT. E também se adotou o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa aprovado a 29 de Dezembro de 1990.

**PARTE I**

**O DESENVOLVIMENTO HUMANO**

## CAPÍTULO 1

### A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

#### 1- O debate sobre o sentido do desenvolvimento

O termo “desenvolvimento”, na literatura das ciências sociais, caracteriza-se por ser polissémico, sobretudo quando se pretende distinguir desenvolvimento e crescimento económico. Segundo Antunes<sup>2</sup>, durante muito tempo, apenas se considerava o desenvolvimento através dos incrementos constantes no nível de rendimento, não se tendo em linha de conta o modo como tais incrementos eram distribuídos (Antunes, 2009, pp. 186-187). A máxima de Arthur Lewis, citada por Wolfgang Sachs, no *Dicionário do Desenvolvimento*, clarifica a afirmação do autor: “primeiramente é preciso observar que o nosso tema é crescimento e não distribuição” (Sachs, 2000, p. 59). Segundo esse mesmo dicionário, a reflexão sobre o desenvolvimento económico desponta no período pós-segunda guerra mundial, tendo a Carta das Nações Unidas<sup>3</sup> de 1945, sido a grande impulsionadora dos debates sobre o desenvolvimento. Era, então, prioritário o melhoramento dos níveis de qualidade de vida dos povos.

Segundo Sachs, a questão do desenvolvimento foi sempre associada à do subdesenvolvimento. Para este autor, o termo subdesenvolvimento foi utilizado oficialmente em 1942 por Wilfred Benson que, enquanto membro do antigo Secretariado da Organização Mundial do Trabalho e na apresentação das suas bases económicas para a paz, se referiu a “áreas subdesenvolvidas” (Sachs, 2000, p. 60).

---

2 Manuel de Azevedo Antunes é formado em Filosofia, em Administração, em Ciências Sociais e doutorado em Ciência Política. É Professor e Investigador na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Optou-se por este autor pelo facto de ter demonstrado que, para qualquer política de desenvolvimento a ser levada a cabo em Moçambique, deve ter-se em conta a dinâmica da própria população moçambicana.

3 A ONU foi criada em 1945. Além de promover e estimular o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os povos sem distinção de raça, religião, sexo, idioma e cor, um dos objetivos desta organização mundial é utilizar as instituições internacionais para promover o desenvolvimento económico e social, cultural e/ou de carácter humanitário (cf. Direitos Humanos).

Em 1944, expressões como “áreas economicamente atrasadas, países pobres e países ricos” foram referidas no mesmo contexto por Rosenstein-Rodan e Arthur Lewis, respectivamente (Sachs, 2000, p. 71).

Em 1949, o presidente norte-americano Truman usou o termo subdesenvolvimento como símbolo da sua política externa ao declarar que os norte-americanos deveriam dispor o seu progresso industrial para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas (Sachs, 2000, p. 59).

Antunes, para quem o termo subdesenvolvido surge sob o signo da ambiguidade, ratifica a afirmação de Truman ao considerar que o termo foi cunhado pelos políticos americanos depois da Segunda Guerra Mundial e caracteriza os países dominados pela fome, pela doença, pela pobreza e com uma população a crescer cada vez mais (Antunes, 2009, p. 73). É neste contexto que aparecem expressões como “países em vias de desenvolvimento, terceiro mundo, nações proletárias, países periféricos e países do sul” (Antunes, 2009, pp. 74-75). Essas expressões são aplicadas a países como Moçambique, Zimbábue, Eritreia, Sudão, etc., na África, e a alguns países da Ásia e América Latina.

### **1.1- Crescimento económico sinónimo de desenvolvimento?**

Segundo Scatolin, apesar de, com a ONU, os debates sobre o conceito de desenvolvimento se terem intensificado, é bem patente, pelo menos até finais da década de 80, do século passado, que a controvérsia entre os significados de crescimento económico e desenvolvimento não estava bem ultrapassada. No seu pensamento:

“Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinónimo de desenvolvimento. Na verdade eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica de fenómenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá actuar para alcançar desenvolvimento” (Scatolin, 1989, p. 6).

Segundo Sachs, o conceito de desenvolvimento sofreu a metamorfose mais dramática e grotesca de toda a história com o então presidente norte-americano Truman e os seus primeiros apoiantes, que o reduziram ao crescimento económico. Assim, desenvolvimento significa crescimento da *renda per capita*, nas áreas economicamente

subdesenvolvidas (Sachs, 2000, p. 66). Na mesma linha de pensamento está Paul Baran, (1957), que influenciou consideravelmente a economia política, definindo crescimento ou desenvolvimento como um aumento na produção *per capita* de bens materiais (Sachs, 2000, p. 67).

Tal como Sachs, Souza (1999), Antunes (2009) e Diniz (2010) consideram que da metamorfose do conceito de desenvolvimento resultaram duas correntes. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, tomava crescimento como sinónimo de desenvolvimento. Estes economistas buscavam no crescimento económico, configurado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>4</sup> *per capita*<sup>5</sup>, uma referência do padrão de vida da população. Por outras palavras, o bem-estar da sociedade estava diretamente ligado a alterações na estrutura económica de um país. Representam esta linha de pensamento os autores de inspiração neoclássica e keynesiana.

Já uma segunda corrente, defendida pelo economista britânico Arthur Lewis (1915-1991) e voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente. Assim, o crescimento económico refere-se apenas à variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Neste contexto, desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica para uma economia moderna, eficiente, aliada à melhoria do nível de vida do conjunto da população (Souza, 2005, p. 20-21; Antunes, 2009, pp. 186-187 e Diniz, 2010, pp. 32-34).

Embora esta segunda corrente advogue a melhoria do nível das populações numa determinada sociedade, ela continua restritiva ao reafirmar o primado do rendimento da riqueza (transformação de uma economia arcaica para uma economia moderna) sobre as características da vida humana e as liberdades humanas.

Uma tese não menos importante é aquela apresentada por Diniz que indica as necessidades básicas das pessoas como ponto de partida para qualquer discussão na ordem de inter-relações conceituais entre Desenvolvimento/Crescimento/Progresso. Para este autor:

---

4 Produto Interno Bruto (PIB) é o somatório de todos os bens e serviços produzidos numa economia, num determinado período de tempo.

5 O termo *per capita* é utilizado para fazer referência ao peso médio, isto é, o que representa o somatório variável em questão dividido pela população.

“A abordagem do desenvolvimento a partir das necessidades básicas das pessoas compreende o desenvolvimento rural, combate à pobreza urbana, criação de emprego por via de industrialização, crescimento e distribuição. Esta forma abrangente de abordar as necessidades básicas, apresenta como principal vantagem a integração de aspetos sociais na implementação de uma política de desenvolvimento (Diniz, 2010, p. 34).

Esta tese, aplicada em contextos em que se desenham políticas de desenvolvimento com o objetivo de reduzir a pobreza, como é o caso de Moçambique, é indiscutivelmente salutar porque, segundo aquele autor, a abordagem do desenvolvimento pelas necessidades básicas é englobante. Donde se conclui que tratar do desenvolvimento pela via única do rendimento se mostra parcial e insuficiente, pois:

“De uma maneira geral os consumidores não optimizam, de forma eficiente, as questões de saúde e nutrição, surgem problemas de distribuição entre agregados familiares, inclusivamente, dentro do seu seio; os desprotegidos, pela sua incapacidade de garantirem a sua própria subsistência, ficam à mercê do apoio Estatal, via transferências ou serviços sociais; a necessidade da existência de infra-estruturas públicas de apoio social, levanta a questão de saber se os grupos alvo recebem aquilo de que necessitam. E, por fim, a abordagem do desenvolvimento que privilegia o rendimento presta atenção à escolha da tecnologia, mas negligencia os produtos apropriados; as necessidades imateriais são postas de lado numa abordagem de desenvolvimento norteadada pelo rendimento” (Diniz, 2010, pp. 34-35).

A tese de Diniz está em concordância com a do PNUD, que, em 1990, definiu desenvolvimento como um processo que conduz ao alargamento das possibilidades oferecidas a cada indivíduo (PNUD, 1990). Com efeito, segundo observa Amartya Sen, o sucesso de uma sociedade deve ser avaliado, primeiramente, pelas liberdades concretas de que gozam os seus membros. De facto, ter liberdade para fazer aquilo a que, fundamentalmente, se atribui valor é significativo, por si mesmo, para a liberdade global da pessoa e é importante para melhorar as suas condições e obter resultados de sucesso (Sen, 2003, p. 34). Por seu lado, Antunes considera que o desenvolvimento deve resultar, não apenas do crescimento económico, acompanhado do bem-estar das populações, como também deve estar em conformidade com a natureza (Antunes, 2009, p. 181).

## 1.2- Desenvolvimento implica a Inovação

A teoria de inovação tem como seu expoente máximo o austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950). Com a publicação da Obra *Teoria do Desenvolvimento Económico*, no ano de 1911, o termo desenvolvimento económico é articulado no contexto da economia. Schumpeter entende desenvolvimento como um processo que consiste na alteração do fluxo circular da economia para um novo estado de equilíbrio, desencadeado pelo processo de inovações ou novas combinações. Na mesma obra, na sua 2ª edição de 1985, o autor desdobra o conceito de inovação em cinco pontos:

“1º Introdução de um novo bem, isto é, um bem com que os consumidores ainda não estejam familiarizados, ou de uma nova qualidade de um bem. 2º Introdução de um novo método de produção, isto é, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que, de algum modo, precisa ser baseado numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também numa nova maneira de manejar comercialmente a mercadoria. 3º A abertura de um novo mercado, em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não. 4º Conquista de uma nova fonte de matérias-primas, mais uma vez independentemente do facto de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5º Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio ou a fragmentação de uma posição de monopólio” (Schumpeter, 1985, pp. 48-49).

Considera-se Teoria de Inovação, precisamente porque Schumpeter atribui a ideia de desenvolvimento à quebra do fluxo circular, desencadeada pela inserção de uma nova combinação, ou inovação na economia, que impulsiona o deslocamento da mesma para um novo fluxo circular. Por outras palavras, o desenvolvimento económico acontece pela inovação que permite acelerar, gradualmente, o processo de crescimento da economia, à medida que se sucedem novas inovações.

Esta corrente revela-se restritiva, uma vez que o desenvolvimento económico é mecanicamente concebido, limitando-se nos resultados que se obtêm, tal como nos rendimentos ou nos bens produzidos em cada inovação.

A abertura de um novo mercado, por exemplo, é um dos aspetos da inovação sugeridos por Schumpeter para o avanço económico. De facto, há provas empíricas de que o sistema de mercado pode ser motor de rápido crescimento económico e elevação dos níveis de vida, como acreditavam Traun (1949) e oito anos mais tarde, Paul Baran (1957). É também verdade que políticas que restringem as oportunidades de mercado

podem ter o efeito de diminuir o alargamento das potencialidades concretas que seriam geradas graças ao sistema de mercado. Contudo, não se pode negar que, em alguns casos, os mercados possam ser contraproducentes (Sen, 2003, pp.41-42).

### **1.3 - O desenvolvimento como estágios lineares**

Este título refere-se à teoria segundo a qual o processo do desenvolvimento se dá a partir de uma série de estágios sucessivos de crescimento económico pelos quais os países devem passar. Esta teoria vigorou nas décadas 50 e 60, do século passado, e engloba o modelo concebido por Rostow (1916-2003), com a definição das cinco etapas do desenvolvimento.

Walt Whitman Rostow (1961) defendeu a tese segundo a qual o desenvolvimento de todas as sociedades deve estabelecer-se na dinâmica histórica das cinco etapas:

- A sociedade tradicional, com duas características: a primeira das quais a existência de uma produção limitada, numa economia baseada em atividades de subsistência, tendo a agricultura como única atividade relevante; a segunda, com uma produção caracterizada por ser intensiva em trabalho, verificando-se uma utilização de quantidades de capital limitadas, cuja forma de alocação é determinada pelos métodos de produção tradicionais, reflectindo-se, assim, num nível de produtividade claramente reduzido.
- As pré-condições para o arranque: abrange as sociedades em pleno processo de transição. Nestas verifica-se uma ligeira mudança de desenvolvimento em comparação com a sociedade tradicional, porque o incremento da especialização do trabalho gera excedentes na comercialização e o crescimento do rendimento, da poupança e do investimento, surge de uma incipiente atividade de natureza empreendedora. (Rostow, 1961, p. 19).
- O arranque: nesta fase desenvolve-se a industrialização. Como consequência, ocorre a migração de trabalhadores do sector agrário para o sector industrial. As transformações da economia são acompanhadas pela evolução de novas instituições políticas e sociais que dão suporte ao processo de industrialização. O arranque não só favorece a acumulação de capital social fixo e o avanço da tecnologia industrial, como também facilita o acesso ao poder político de um grupo disponível para encarar a modernização da economia como assunto sério, também a nível político (Rostow, 1961, p. 20).

- A marcha para a maturidade: é a etapa em que a economia tem a capacidade de avançar para além das indústrias, a etapa em que a economia demonstra que possui aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir (Rostow, 1961, p. 22).
- A era do consumo de massa: caracterizada pelo florescimento das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e pelo crescimento do setor de serviços, dentro da estrutura setorial do país. Assim, o rendimento real por pessoa eleva-se a um ponto tal, que um maior número de pessoas consegue, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário; a estrutura da força do trabalho modifica-se tanto que provoca um aumento na produtividade da população, incluindo os trabalhadores de escritórios e os operários especializados (Rostow, p. 23).

Pelo que acaba de ser exposto, as cinco etapas do desenvolvimento parecem constituir mais uma pista de reflexão do que propriamente uma regra exata a seguir por todas as sociedades, pois, como ficou amplamente visto na primeira etapa, a sociedade tradicional, segundo Rostow:

“É aquela cuja estrutura se expande dentro das funções de produção limitadas, baseadas numa ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico. Newton é aqui tomado como símbolo daquele divisor de águas da História após o qual os homens passaram a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas quantas leis cognoscíveis e que era susceptível de manipulação produtiva sistemática” (Rostow, 1961, p. 15).

Com a teoria das cinco etapas, Rostow apresenta uma perspectiva restritiva do desenvolvimento, ao conceber o crescimento económico como sinónimo do desenvolvimento. Como referido anteriormente, o autor considera que o aumento da taxa de investimento até um nível regular e substancial, que perceptivelmente ultrapasse o crescimento demográfico, é exclusivamente o aspeto económico que serve para definir a transição duma etapa para outra. Esta perspectiva restritiva do desenvolvimento é, ainda, sustentada pelo facto de não indicar quais os impulsos que levaram as sociedades tradicionais agrícolas a iniciar o processo da modernização, nem o tempo e o modo como o desenvolvimento regular se tornou um traço inerente a cada sociedade. A segunda e a terceira etapas, por exemplo, são definidas como aquelas em que se fixam as condições para se romper com qualquer limite, rumo à maturidade. Na quarta etapa,

Rostow privilegia os aspetos setoriais da etapa em que “novos setores líderes conjugam novas dinâmicas para ultrapassar as do arranque” (Rostow, 1961, p. 86).

Ao definir, através das cinco etapas do desenvolvimento, o crescimento económico, como um processo histórico linear e ao encarar o subdesenvolvimento apenas como um atraso, parece que Rostow não reconhece que a historicidade da situação do subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias. Do mesmo modo, o desenvolvimento aparenta configurar metas relativamente fáceis e homogêneas. Antunes, citando vários autores, observa que o desenvolvimento não se alcança com receitas pré-definidas. Por outro lado, a história do desenvolvimento é testemunha de que o que funciona num país pode não funcionar no outro, a política certa numa época pode tornar-se um equívoco no momento seguinte.

A classificação dos países, segundo esta corrente e segundo as etapas de Rostow, afigura-se demasiado limitativa: os países de renda *per capita* mais elevada são considerados desenvolvidos e os de baixa renda *per capita* são subdesenvolvidos (Antunes, 2009, pp. 80-83).

#### **1.4 - O desenvolvimento tem de obedecer mudanças estruturais da história**

A teoria das mudanças estruturais, segundo Todaro e Smith, foi, numa primeira fase, elaborada e defendida por Arthur Lewis (1954). Este autor, para demonstrar a sua teoria e o processo de transformação estrutural, desenvolveu um modelo económico para um país subdesenvolvido, evidenciando a existência de dois setores: o tradicional, caracterizado pelas atividades rurais, pelo grande fluxo populacional e pela baixa produtividade; e o moderno, que consiste no deslocamento da mão-de-obra do setor tradicional, com o conseqüente crescimento do produto e emprego, e cuja taxa de expansão está vinculada às taxas de investimentos industriais e de acumulação do capital (Todaro & Smith, 2002, pp. 116-117). Também nesta teoria, o desenvolvimento é concebido como uma simples mudança dos termos duma operação: basta deslocar a mão-de-obra do setor tradicional para o moderno e obtém-se o desenvolvimento.

Os resultados obtidos de dados baseados na renda *per capita* e de estágio de desenvolvimento, permitiram identificar várias características do processo de desenvolvimento. Destacam-se a mudança do eixo económico da produção agrícola para a produção industrial, a acumulação estacionária de capital físico e humano, mudanças nos padrões de consumo dos bens básicos para padrões de serviços cada vez mais variados, o êxodo rural e de pequenas cidades, provocando crescimento dos

grandes centros urbanos, a redução do número dos filhos, uma vez que os pais passam a priorizar a qualidade de vida.

Na perspectiva de Todaro & Smith, tal como na de Sen, Antunes e Diniz, pode dizer-se que os defensores desta conceção não vão ao cerne da questão do desenvolvimento, que é a pessoa humana e o seu envolvimento em qualquer projeto de desenvolvimento (Todaro & Smith, 2002; Sen, 2003; Antunes, 2009; Diniz 2010).

### **1.5 - O desenvolvimento tem a ver com o capital humano**

A conceção do capital humano teve como precursor Theodore W. Schultz (1973). Mas também outros como Edward Dennison (1967) e Gary Becker (1994) se dedicaram ao assunto. Estes autores analisaram a relação existente entre o capital humano e o desenvolvimento económico. A sua abordagem incidiu sobre os indicadores educação e saúde. Ao dar primazia à educação e à saúde, como formas de aperfeiçoamento do capital humano, tiveram o mérito de promover e de consolidar, no conceito de desenvolvimento económico, as medidas necessárias para garantir melhores níveis de bem-estar para a sociedade (Schultz, 1973, pp. 113-115).

Os estudos de Schultz consistiram no cálculo da contribuição da escolaridade para o crescimento económico nos EUA. Em sua opinião, a educação era um recurso escasso, pelo que a qualificação da população economicamente ativa implicaria investimentos elevados, no entanto, com resultados económicos compensadores (Schultz, pp. 110-112). Assim, o desenvolvimento através do investimento no capital humano torna-se indispensável para proporcionar uma melhor distribuição de renda e o aperfeiçoamento da mão-de-obra. Este último tem como consequência o aumento da produtividade, que proporciona níveis maiores de crescimento da economia (Schultz, 1973, p. 78).

O reconhecimento do papel do capital humano na história do desenvolvimento social não deixa de ser um passo significativo. Contudo, manter o conceito de capital humano nos moldes em que sempre foi concebido, é votar a questão do desenvolvimento para uma perspetiva restrita e simplista porque, como argumenta Amartya Sen:

“Se graças a uma melhor educação, a melhor saúde, uma pessoa pode tornar-se mais produtiva no fabrico de bens, não é absurdo esperar que também possa, graças aos mesmos meios, ter um

melhor desempenho direto e ter a liberdade desse melhor desempenho na condução da sua vida” (Sen, 2003, p. 300).

Aqui, Sen faz notar que a utilização do conceito de capital humano deve ser abrangente, porque o homem não é um meio de produção, mas também a finalidade do desempenho. Salienta, igualmente, que a educação e a saúde são indispensáveis para o bem-estar duma sociedade e são-no, também, para o aumento da produtividade. Devem, no entanto, ser articuladas e contadas entre os componentes constituintes do desenvolvimento, incluindo as outras liberdades concretas da pessoa humana, como a liberdade de participação política. Isto significa que a relevância da educação e da saúde para o desenvolvimento não tem de ser de novo, justificada pelo seu contributo direto para o crescimento do produto nacional bruto ou para a promoção da industrialização (Sen, 2003, p. 21).

## **2 - O desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas**

Escobar e Illich, ao discorrerem sobre o desenvolvimento, constataam a existência de três fases, de limites difusos, que se sucedem, na medida em que os programas de desenvolvimento (Programas emanados pela ONU) implementados pelas instituições correspondentes, vão fracassando:

- A primeira fase inicia nos anos 50 e estende-se até 1962. Caracteriza-se pelo maior crescimento económico e culmina com a “operacionalização da pobreza” por parte da ONU, uma vez que é escolhido o Produto Nacional Bruto (PNB) como indicador que distingue os países pobres dos ricos (Illich, 2000, p. 161).

- A segunda fase vai dos anos 60 a 1970. Caracteriza-se pelo fracasso da ideia segundo a qual o crescimento está atrelado ao “clube dos países desenvolvidos”. O ponto mais alto dá-se em 1973, quando o Presidente do Banco Mundial afirma que “o progresso medido por uma única régua, o PNB, contribui significativamente para exacerbar as desigualdades na distribuição da renda” (Illich, 2000, p. 161). Illich, analisando McNamara, considera que o crescimento económico, medido através do PNB, não traz automaticamente a redução da pobreza. Para o autor, o mero crescimento não significava verdadeiro desenvolvimento. É necessário melhorar o nível quantitativo, mas também qualitativo da produção para um incremento significativo nas condições de vida dos países subdesenvolvidos (Illich, 2000, p. 164).

- A terceira fase ocorre em toda a década 80. Nesta fase, o desenvolvimento económico é ligado ao desenvolvimento social, isto é, o social e o económico conjugam-se na nova definição do conceito de desenvolvimento. Aqui, o aumento dos níveis de saúde e de educação são tidos como componentes indispensáveis para o desenvolvimento económico (Illich, 2000, pp. 169-170). Esta fase é ainda caracterizada pelo planeamento ambiental para o desenvolvimento sustentável e pelas tentativas “para incorporar mulheres ou comunidades-base no desenvolvimento” (Escobar, 2000, p.211).

Milone (1998) é defensor do planeamento ambiental para o desenvolvimento sustentável, começado nos anos 80 e impulsionado nos anos 90 até aos dias que correm. O seu conceito de desenvolvimento parece responder pelo menos a duas questões, que sempre se levantam quando se trata deste tema: Para quem são dirigidas as estratégias de desenvolvimento? Quais os elementos que se devem consolidar no respetivo conceito?

Milone é perentório e considera que, para caracterizar o desenvolvimento económico, deve observar-se, ao longo do tempo, a existência de variação positiva de crescimento económico, medido pelos indicadores do rendimento, rendimento *per capita*, PIB e PIB *per capita*, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte (Milone, 1998, p. 510).

Os debates académicos e políticos acima referidos levam-nos a depreender que: o crescimento económico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é requisito fundamental para a superação da pobreza e para a construção de um padrão de vida digno, podendo-se, ainda, concluir que o desenvolvimento deve ser abordado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política, humana e de outros aspetos sociais.

Sen insurge-se contra as perspetivas restritivas do desenvolvimento porque,

- Invertem os termos da ética, colocando os meios no lugar dos fins; inversão que se constata nas sociedades onde as máximas referências éticas são substituídas por valores secundários, como a produção, o consumo e o lucro (Sen, 2003, pp. 49-50).

- Ignoram por completo as liberdades individuais e a formação humana. Elas são, na verdade, a causa principal do progresso e não o seu resultado: o progresso é efeito da liberdade e não vice-versa. E, mais ainda, a riqueza não liberta ninguém. É a liberdade que gera riqueza (Sen, 2003, p. 93).

- Estão na origem dos termos, “capital humano”, “recursos humanos” e “funcionários com prazo de validade”. Esta linguagem, segundo o autor, coloca o ser humano nos circuitos da produção. O homem aparece como um recurso, como o é uma máquina, um capital financeiro, um capital vivo para ser usado, sendo-lhe retiradas as forças criativas. Assim, os recursos humanos, ou capital humano, que têm prazo de validade, serão, desde que não interessem mais à produção, simplesmente descartados (Sen, 2003, pp. 82-83).

Apoiando-se em Karl Marx, no que se refere ao trabalho humano, Sen sustenta que o trabalhador deve ser incluso em todo o processo da produção económica, pois ele não é simplesmente um serviçal que vende a sua força de trabalho ao empresário, que tudo pensa, organiza, governa; o trabalhador deve participar ativamente da organização e na gestão da empresa. Karl Marx – enfatiza Sen – não queria a destruição da empresa, mas a sua humanização, tanto para o empregador como para o trabalhador. E, no sentido mais abrangente – continua Sen –, Marx não queria uma sociedade burocratizada, onde o governante ordena e o súbdito obedece, mas sim uma sociedade e uma humanidade socializadas, participativas (Sen, 2003, pp. 44-45).

Aspeto não menos importante é o dos direitos humanos. Segundo a visão relativista de Sen sobre o desenvolvimento humano, estes constituem apenas sentimentos comoventes e impossíveis de concretizar. O argumento usado é do tipo silogístico: se uma pessoa tem direitos, então deve existir outra pessoa com dever de realizar esta exigência. Assim, os direitos são apenas uns bons sentimentos que as leis obrigam a respeitar (Sen, 2003, pp. 237-238).

Para aquele autor, as perspetivas restritivas do desenvolvimento limitam os direitos humanos. Esquecem – sustenta o autor – que os direitos humanos não são concessões benevolentes da sociedade, mas intrínsecos a cada pessoa, e a sociedade cria os instrumentos para que sejam cumpridos, justamente para que as pessoas sejam mais livres e felizes. Os direitos do homem são o fundamento de um desenvolvimento humano duradouro: toda a pessoa tem direito a um nível de vida satisfatório para assegurar a sua saúde, o seu bem-estar e da sua família, de um modo especial no que diz respeito à alimentação, à habitação, aos cuidados médicos, assim como o que concerne aos serviços sociais necessários: tem direito à segurança em caso de desemprego, de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice, ou noutros casos de perda dos seus meios de subsistência, em consequência de circunstâncias alheias à sua vontade (Sen, 2003, pp. 237-238).

Adjacente ao pensamento de Sen, encontra-se o conceito definido pelo PNUD, segundo o qual o Desenvolvimento é o processo de alargamento das escolhas das pessoas, através da expansão das funções e capacidades humanas. Representa um processo como um fim (PNUD, 2010, p. 2). O PNUD argumenta que a ampliação do leque de opções das pessoas requer que elas tenham liberdade para escolher e oportunidade para concretizar as suas preferências. Assim, o desenvolvimento humano envolve a criação de um ambiente no qual as pessoas podem desenvolver o seu completo potencial e orientar as suas vidas de modo produtivo e criativo, de acordo com as suas necessidades e interesses. No entanto, as pessoas não são vistas apenas como simples recetoras de políticas que ampliam as suas escolhas; elas devem ser livres para exercitar as suas escolhas e participar na tomada de decisões que afetam as suas vidas (PNUD, 2010, pp. 2-3).

Para o PNUD, a maior participação das pessoas no processo de tomada de decisões depende do poder que lhes for conferido, isto é, de se tornarem agentes ativos do seu próprio desenvolvimento. Assim, o primeiro empreendimento de todo o processo de desenvolvimento é remover os obstáculos contra a liberdade de escolha, como o analfabetismo, a falta de acesso a saúde adequada e a recursos materiais, e o impedimento do exercício das liberdades civil e política (PNUD, 2010, p. 3).

Joseph Stiglitz ratifica a posição do PNUD argumentando que o processo de desenvolvimento é equiparado ao processo de transformação dos vários sistemas da sociedade. Este devir é inerente a qualquer sociedade e aparece aqui como um meio. O desenvolvimento é também um fim, isto é, um objetivo que qualquer sociedade pretende alcançar, porque aumenta o grau de autonomia dos países, sobretudo os subdesenvolvidos, como é o caso de Moçambique (Stiglitz, 2001, p. 23).

### **3 - O desenvolvimento humano na obra de Sen**

Na sua obra *O Desenvolvimento como liberdade*, Amartya Sen<sup>6</sup> defende que o desenvolvimento numa sociedade não deve ser concebido como a acumulação da

---

6 Amartya Kumar Sen. É economista de renome Internacional. Prémio Nobel de Economia, os seus trabalhos teóricos contribuem para uma nova compreensão dos conceitos sobre a miséria, a fome, a pobreza e o bem-estar social. Intensamente marcado pela fome que atinge o seu país, aprofunda o estudo das economias dos países em desenvolvimento e as condições de vida das populações mais pobres do planeta. Em 1981, escreveu o livro *Pobres e Famintos: um ensaio sobre Direito e Privação*. Analisando o fenómeno da fome no mundo, conclui que a escassez de comida não constitui a principal causa da fome, como acreditam os académicos, mas sim a falta de organização governamental para produzir e distribuir os alimentos. Depois de lecionar na Índia e nos Estados Unidos, Sen assume o cargo de professor do

riqueza, do produto nacional bruto, mas como a promoção da vida que se constrói e das liberdades que se usufruem (Sen, 2003, p. 30). E isto significa que o progresso, os avanços económicos, são fins para alcançar o desenvolvimento das pessoas e não ao contrário. Assim, no contexto de progresso económico e tecnocientífico, a qualidade das nossas vidas não deve ser medida pela riqueza, mas pela nossa liberdade (Sen, 2003, p. 30).

Para construir a sua ideia sobre o desenvolvimento humano, Sen (2003) relata uma história oriental do século VIII a. C. Com esta história é intenção do autor mobilizar os atores sociais para saberem equacionar a relação entre recursos e realizações, entre bens e potencialidades, entre a riqueza económica e a capacidade para viver como se deseja (Sen, p. 30): Um homem e a sua esposa conversavam preocupados sobre até que ponto a riqueza poderia ajudar a viver eternamente. A mulher questiona: “Caso o mundo inteiro, cheio de riquezas, me pertencesse, isto tornar-me-ia imortal?” “Não,” responde o marido, “a tua vida seria apenas como a vida das pessoas ricas. Não podes esperar ganhar a imortalidade através da riqueza”. A mulher retorquiu: “para que me serve algo através do qual não me torno imortal?” (Sen, 2003, p. 29)

A partir deste pressuposto, Sen articula a questão do desenvolvimento humano em duas teses antagónicas: a primeira está associada ao lucro, às realizações económicas e ao PIB, enquanto, a segunda tem a ver com a maneira de viver bem, de ser mais livre e com maior longevidade (Sen, 2003, p. 30). A oposição das duas teses pode, segundo o autor, ser resolvida na dimensão ética, se se entender que a primeira está subordinada à segunda e não vice-versa, porque não é verdade que onde haja desenvolvimento económico o homem viva bem e longamente (Sen, 2003, p. 30). O desenvolvimento económico, que se interpreta muitas vezes como aumento da riqueza, apresenta-se, sem dúvida, como uma das conquistas do ser humano nos últimos séculos, mas trata-se apenas de uma condição necessária para se viver bem, mais dignamente e mais feliz.

Para sustentar a ideia da felicidade, Sen entende que não se pode contornar Aristóteles que, na *Ética a Nicómaco*, argumenta: “a riqueza não é manifestamente o bem que buscamos, pois ela é meramente utilitária em vista de outra coisa” (Aristóteles,

---

Trinity College, no Reino Unido, em 1988, e torna-se no primeiro não britânico a ocupar a posição. No fim da década de 1990, como professor na Universidade de Cambridge, faz mudanças nos cálculos com que é elaborado o Índice do Desenvolvimento Humano de cada país, de modo a torná-lo mais próximo da realidade socioeconómica das nações. Optou-se por este autor pela sua análise do papel das várias instituições, nomeadamente, o Estado, o mercado, os meios de comunicação, as forças da oposição e as ONG, num contexto de um enquadramento amplo e integrado.

2009, I, 1-2), e acrescenta que a utilidade da riqueza está nas coisas que nos ajudam a construir o bem-estar do homem: habitação, saúde e qualidade de vida (Sen, 2003, p. 40).

Assim, segundo o autor em estudo, a riqueza deve ser vista como instrumento para realizar a finalidade da sociedade, que é a construção do Índice de Desenvolvimento Humano. Neste contexto, o Desenvolvimento verdadeiro é aquele que privilegia o crescimento da liberdade, da condição humana e da qualidade de vida (Sen, 2003, p. 34). Esta visão ética de desenvolvimento não só derruba a concepção simplista do desenvolvimento, segundo a qual basta o crescimento económico para o assegurar, como também vai ao encontro da posição da ONU, defendida na Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente, em Estocolmo, amplamente discutida por Bartoli, na sua obra *Repensar o Desenvolvimento. Acabar com a pobreza*: “deve-se ser aberto à pluridimensionalidade, sendo o desenvolvimento concebido como, ao mesmo tempo, económico, social, cultural e político, associação ao conceito da dimensão do ambiente sob forma do desenvolvimento sustentável” (Bartoli, 2003, p. 15).

O conceito de desenvolvimento em Sen engloba as liberdades individuais. Isto significa que o desenvolvimento social só o é quando, em todas as suas vertentes, engloba “o alargamento das potencialidades das pessoas para levarem a espécie de vida a que dão valor, e a que dão valor com razão. O alargamento das potencialidades das pessoas tem duplo sentido: por um lado tais potencialidades podem ser promovidas pelas políticas públicas e, por outro, a orientação das políticas pode também ser influenciada pelo uso efetivo das potencialidades de participação das populações” (Sen, 2003, pp. 33-34).

As liberdades individuais, isto é, as liberdades concretas de que gozam os membros de uma sociedade, são decisivas para qualquer projeto de desenvolvimento, porque, segundo Sen, a liberdade reforça a capacidade das pessoas para se ajudarem a si mesmas e também para influenciarem o mundo (Sen, 2003, p. 34).

Ao considerar que o desenvolvimento pode ser encarado como processo de alargamentos das liberdades reais de que as pessoas possam gozar, Amartya Sen contesta as perspetivas restritivas do desenvolvimento acima apresentadas, e que, durante séculos, o identificaram com o crescimento do produto nacional bruto, ou com o aumento das receitas pessoais, o progresso tecnológico ou, ainda, com a modernização social. Não se trata aqui de menosprezo de tais perspetivas, mas, sim, de encarar o crescimento do produto bruto, o aumento das receitas pessoais, o progresso tecnológico e/ou a modernização social como meios de alargamento das liberdades usufruídas pelos membros da sociedade.

## **Síntese**

A partir da análise feita sobre a evolução do tratamento do termo “Desenvolvimento” foi possível constatar que ele sofreu metamorfoses na tentativa de adequá-lo ao seu contexto teórico e histórico. “Desenvolvimento” não é um conceito acabado. É um conceito que está aberto a novas interpretações. É nesse contexto que os conceitos de desenvolvimento e de crescimento estabeleceram estreitas relações, de tal forma que a tarefa de distinguir se torna complexa.

É a partir da segunda guerra mundial que o Desenvolvimento passou a ser utilizado como ferramenta para promover a redução da diferença económica entre os países industrializados e os países cuja base económica consiste na economia agrícola de subsistência. Foi nesse contexto que Rostow apresentou um modelo de desenvolvimento baseado em cinco etapas. O ponto de partida da sua teoria foi a sociedade tradicional, caracterizada pela agricultura de subsistência e pelo estágio primário de economia, das relações sociais e da política, e o estágio final é a sociedade de consumo em massa, com estruturas políticas, económicas e sociais altamente organizadas e complexas. E Lewis, por sua vez, defendeu um modelo de desenvolvimento baseado nas mudanças estruturais e em dois setores: industrial e agrícola. O desenvolvimento, neste caso, acontece na medida em que o setor industrial ganha forças através do deslocamento da mão-de-obra proveniente do setor agrícola.

A definição dada pelo PNUD, segundo a qual, o desenvolvimento é o processo de alargamento das escolhas das pessoas, através da expansão das funções e capacidades humanas, abriu horizonte para o economista Amartya Sen que vê a liberdade que as pessoas usufruem como fundamental para a promoção do bem-estar.

Entretanto, o debate sobre o desenvolvimento continua a ser atual e oportuno, pois a questão, “o que é desenvolvimento”? é pontual.

Oportuna é a proposta de Manuel de Azevedo Antunes, que dá conta de que o “desenvolvimento é o bem-estar da população em harmonia com a natureza” (Antunes, 2010, p. 95). Esta proposta de definição tem um caráter inclusivo: por um lado introduz na conjuntura do desenvolvimento a questão da sustentabilidade, condensando, assim, as medidas voltadas para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e, por outro, sugere a forma para medir o desenvolvimento, indicando os indicadores da sustentabilidade (Antunes, 2010, pp. 95-106).

## CAPITULO 2

### A POBREZA E DESIGUALDADE

#### 1- O conceito da pobreza

A pobreza pode ser definida como carência material ou destituição de bens. Esta definição aponta uma faceta empírica da pobreza (a falta de rendimento), mas oculta a sua face política: os mecanismos injustos de distribuição da riqueza e a dificuldade dos pobres para mudarem a sua própria condição (PNUD, 2010, p. 89).

O prémio Nobel da Economia Joseph E. Stiglitz nota que a pobreza tornou-se uma preocupação global e descreve com realismo aquilo que acontece no mundo em geral, e em Moçambique, em particular:

“Os críticos da globalização apontam para números crescentes de pessoas que vivem na pobreza. O mundo está numa corrida entre o crescimento económico e o crescimento da população e, até agora, o crescimento da população está a tomar a dianteira. Ainda que as percentagens da população que vive na pobreza estejam a descer, o número absoluto está a subir. O Banco Mundial define pobreza como viver com menos de \$2 por dia, e pobreza extrema ou absoluta, viver com menos de \$1 por dia. Na realidade a vida é brutal para pessoas assim pobres. A subnutrição na infância é endémica, a esperança de vida é, muitas vezes, inferior a cinquenta anos e os cuidados médicos escassos. As horas são passadas diariamente à procura de combustível ou de água potável e de uma maneira de ganhar miseravelmente a vida...” (Stiglitz, 2007, p. 35).

Sen elaborou um conceito de pobreza que resulta de um exame atento da justiça social, amplamente discutido por John Rawls, Michel Chossudovsky, entre outros. Numa análise simples, Sen entende por pobreza a privação de bens. Neste contexto, pobre é o que não dispõe de dinheiro, de casa, de utensílios domésticos, objetos de lazer e de informação, como a televisão e o computador. No entanto, tudo isso representa apenas o aspeto externo material que é, ao fim e ao cabo, uma consequência da pobreza. A pobreza é mais radical: é a “defraudação da pessoa”<sup>7</sup>, das suas energias biológicas e

---

<sup>7</sup> O pobre é um defraudado dos bens que tem por direito, da riqueza que não é distribuída equitativamente, da justiça que lhe é destituída, da dignidade de pessoa que lhe é negada.

psicológicas, da sua auto-estima, da sua capacidade de trabalhar e comprar os bens de que precisa. Assim sendo, pobreza é, antes de tudo, o baixo nível de existência pessoal, de energias corporais, espirituais, de liberdade e de auto-estima e não apenas o baixo nível de rendimento (Sen, 2003, pp. 36, 101-104).

Numa análise mais aprofundada, Sen adianta que a questão da pobreza deve ser analisada a partir da noção das liberdades concretas de que uma pessoa goza para levar a vida que, com razão, valoriza. Nesta ótica, a pobreza é privação de potencialidades básicas. Ora, este conceito não implica qualquer recusa da opinião óbvia de que o baixo rendimento é, evidentemente, uma das principais causas da pobreza, pois a carência de rendimento pode ser a maior razão para a privação de potencialidades de uma pessoa (Sen, 2003, p. 101). Cumpre aqui referir que Sen, ao conjugar a pobreza como insuficiência de potencialidades e pobreza como modicidade de rendimento, está a relacionar as duas visões de pobreza entre si, pois, em sua opinião, o rendimento é um meio importante para alcançar as potencialidades. E, como o reforço destas alarga a capacidade da pessoa ser mais produtiva e obter um rendimento mais elevado, espera-se também uma consequência no sentido da melhoria das potencialidades para um maior poder de aquisição, não apenas a relação no sentido inverso (Sen, 2003, p. 104).

Conjugando as duas análises acima descritas (simples e complexa) e também as duas perspetivas da pobreza (insuficiência de potencialidades e modicidade de rendimento), Sen conclui que o desenvolvimento é o processo de expansão das qualidades corporais e da liberdade espiritual das pessoas. Assim, os fins e as metas do crescimento económico são o bem-estar humano. A economia, os bens materiais, são sim relevantes, mas no sentido instrumental, isto é, para alcançar os fins humanos (Sen, 2003, pp. 35-37; 101-107).

Se o pobre, segundo Sen, é o que é esbulhado de tudo, pode-se ainda afirmar, como escreve Yunus<sup>8</sup> que “não se é pobre por estupidez ou preguiça, mas porque,

---

8 Muhammad Yunus é conhecido como o banqueiro dos pobres. Em 10 de Dezembro de 2006, em Oslo, na Noruega, ele e o seu banco de microcrédito Grameen foram laureados com o Prémio Nobel da Paz, pelos esforços em prol do desenvolvimento económico e social de Bangladesh, a partir das bases, mediante a criação de programas económicos inovadores, como o microcrédito, que ajudaram a tirar milhões de pessoas da pobreza. Segundo ele, “a paz duradoura não pode ser atingida ao menos que grande camadas da população encontrem formas de sair da pobreza” (Yunus, 2008). No seu livro *O banqueiro dos pobres* encontram-se lições de como sair da pobreza privilegiando a criatividade dos próprios pobres: “não é pobre por estupidez ou preguiça, mas porque muitas dessas estruturas financeiras locais não têm por vocação ajudar o pobre a melhorar a sua sorte” (Yunus, 2008, p. 26) e, “estou convencido que os pobres são merecedores de confiança, pois pagam os seus pequenos empréstimos destinados a actividades produtivas” (Yunus, 2008, p. 26).

muitas vezes, as estruturas financeiras locais não têm por vocação ajudar o pobre a melhorar a sua sorte” (Yunus, 2008, p. 26). Trata-se, neste caso, de um problema, que é estrutural e não pessoal, do pobre (Yunus, 2008, p. 26).

A pobreza seria, portanto, tudo aquilo que aniquila e humilha o que representa um ser humano (Yunus, 2008, p. 28). Sendo assim, o conceito de pobreza material deve ser completado pela noção da pobreza política, ou seja a incapacidade do pobre para alçar-se à condição de sujeito, capaz de formular projeto próprio de desenvolvimento.

Para Antunes, o fenómeno da pobreza é antigo, como a própria humanidade. Hoje como ontem, a “pobreza não resulta apenas de uma causa, mas de um conjunto de factores politicolegais, económicos, socioculturais, naturais, históricos, de insegurança” (Antunes, 2009, p. 104).

A ideia de Antunes vai de acordo com a de Sen, segundo a qual a pobreza é um mundo complexo e a descoberta de todas as suas dimensões exige uma análise clara. Não se pode estabelecer uma linha de pobreza e aplicá-la rigidamente a todas da mesma forma, sem levar em conta as características e circunstâncias pessoais (Sen, 1999, 71).

E é por causa da complexidade do fenómeno pobreza que Antunes considera que a medição da pobreza deve ser abrangente, e indica o Índice da Pobreza Humana (IPH), desenvolvido pelo PNUD, para tal medição. Ele mede o grau de privação em três dimensões básicas do desenvolvimento humano contempladas no Índice do Desenvolvimento Humano, designadamente, uma vida longa e saudável, um aceitável nível de conhecimento e um nível de vida digno (Antunes, 2009, p. 105).

## **2 - O conceito da desigualdade**

Ao debruçar-se sobre a temática da desigualdade, Sen apoia-se nas ideias fundamentais de *Uma Teoria de Justiça*<sup>9</sup>, apresentadas pelo filósofo americano John Rawls. Não se pretende com isso dizer que Sen seja um mero discípulo de Rawls a

---

9 Não se pretende aqui oferecer uma síntese do pensamento de John Rawls. Mas cabe apenas dizer que, ao abordar o tema da justiça, Rawls não parece especificamente preocupado com os comportamentos individuais, indicando se esta ou aquela conduta seria ou não contrária a imperativos éticos ou morais. A tónica da sua teoria está nas instituições, por entender que o objeto principal da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou, mais precisamente, o modo como as instituições sociais distribuem os direitos e os deveres fundamentais e determinam a divisão das vantagens decorrentes da cooperação social (Rawls, 2001, pp. 33-34). Para que se saiba se uma sociedade é justa, Rawls propõe a ideia de um contrato social, hipotético, que seria firmado pelos membros da sociedade em uma posição original. Nessa posição original, os membros da sociedade não teriam conhecimento das posições que ocupariam na sociedade a ser construída (Rawls, 2001, pp. 33-34).

reproduzir as ideias do mestre. De certo modo, a leitura que se pode fazer é que, as ideias de Sen, ligadas a uma transformação ética da racionalidade económica, parecem fundadas em teorias anteriores à de Rawls. No entanto, é perceptível a coincidência das ideias de ambos. Sen chega mesmo a mencionar expressamente, ora para aderir, ora para criticar ou aperfeiçoar, as ideias de Rawls<sup>10</sup>. Num ponto os dois autores coincidem: na censura que fazem ao utilitarismo, que maximiza a felicidade ou a satisfação dos prazeres de um maior número de pessoas.

Rawls pensa que pessoas racionais não escolheriam organizar a sociedade a partir das ideias utilitaristas. Para si, o utilitarismo comporta o problema da medição ou cálculo da felicidade ou satisfação, porque existem ideias diferentes a respeito do que faz cada um feliz, ou lhe dá prazer. É por isso que Rawls afirma que “o utilitarismo não leva a sério a distinção entre as pessoas” (Rawls, 2001, p. 40).

Segundo o autor, o maior defeito do utilitarismo é o facto de defender “que os ganhos maiores de alguns não possam compensar as perdas menores de outros; ou, o que é mais importante, porque a violação da liberdade de poucos não possa ser justificada pelo bem maior compartilhado por muitos” (Rawls 2001, p. 43).

Neste contexto, se para trazer uma maior felicidade para um grande número de pessoas, for necessário tornar pobre e infeliz ou mesmo sacrificar inteiramente um pequeno número, isso seria legítimo. Como alternativa a esta corrente, Rawls entende que a sociedade e as suas instituições devem ser organizadas de modo, não a propiciar felicidade ou satisfação ao maior número, mas sim a facilitar a distribuição das vantagens sociais e económicas integradas nos seguintes princípios: cada pessoa deve ter direito ao sistema mais extenso de liberdades fundamentais que seja compatível com o sistema similar de liberdades para as outras pessoas; as desigualdades sociais e económicas devem estar dispostas de tal modo que, por um lado, se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefício de todos e, por outro, que estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos (Rawls, 2001, p. 44).

Assim como Rawls, Sen, critica a teoria utilitarista, fundamentalmente, por considerá-la um meio inadequado para a construção de instituições justas. A este respeito, transcreve-se aqui a síntese que elaborou, mostrando os defeitos e deficiências de uma abordagem utilitária:

---

10 Na página 78 da sua obra *Desenvolvimento como liberdade*, onde, por exemplo, Sen se debruça sobre “John Rawls e a prioridade da liberdade”, vendo-se, claramente, que contesta Rawls, por este dar uma certa primazia à liberdade em detrimento da igualdade.

“Primeiro, uma indiferença distributiva: os utilitaristas não levam em consideração as desigualdades na distribuição da felicidade, importa apenas a soma total, independentemente do quanto a sua distribuição seja desigual; segundo, a abordagem utilitarista não atribui importância intrínseca a reivindicações de direitos e liberdades. Eles são valorizados apenas indiretamente e somente no grau em que influenciam as utilidades. É razoável ter em conta a felicidade, mas não queremos necessariamente ser escravos felizes ou súbditos alienados e, terceiro, a perspectiva utilitarista do bem-estar individual não é muito firme, pois pode oscilar facilmente por condicionalismo mental e por acomodamento” (Sen, 2003, pp. 76-77).

Os aspetos em que as ideias de Sen divergem das de Rawls são aquelas relacionadas com a igualdade e o critério a ser utilizado para a avaliação das desigualdades na implementação de uma justiça distributiva. Para Rawls, como ficou acima exposto, o aspeto a ser avaliado, na determinação das desigualdades e nas políticas destinadas à sua redução, não é o bem-estar, o prazer ou a felicidade, conforme o preconizado pelas teorias utilitaristas, mas a detenção de bens primários. Estes são entendidos, como aquelas “coisas que se presume que um indivíduo racional deseje, não importando o que mais ele deseje. Seja quais forem as minúcias dos planos racionais de um indivíduo, presume-se que há várias coisas que ele preferiria ter mais do que ter menos. Com uma quantidade maior desses bens, em geral, é possível prever um maior êxito na realização das próprias intenções e na promoção dos próprios objetivos, sejam quais forem esses objetivos” (Rawls, 2001, p. 89).

Sen indica a questão da liberdade como fundamental, opondo-se à ideia de se recorrer aos bens primários, ao bem-estar ou rendimento para avaliar o desenvolvimento de uma sociedade ou, ainda, a igualdade ou desigualdade na distribuição dos recursos. Valoriza antes, a importância dos recursos ou bens primários enquanto meios para a consecução de um fim, que é a liberdade (Sen, 2003, p. 77). A proposta de Sen permite que se conciliem liberdade e igualdade e deixem de ser vistos como conceitos contrários. Passam a ser, fundamentalmente, tratados como complementares, ganhando, assim, um cariz de complementaridade

Na sua visão global sobre o desenvolvimento humano, Sen pensa que a desigualdade não se pode entender apenas na base dos rendimentos; é mais radical, sobretudo quando estão em jogo as liberdades elementares da pessoa humana. Para clarificar a ideia da desigualdade, Sen apresenta três exemplos:

“Primeiro, uma pessoa com alto rendimento mas sem oportunidade de participação política pode não ser «pobre» em sentido corrente, mas é visivelmente pobre em termos de uma liberdade importante (...); segundo, alguém que é mais rico que o outro, mas que sofre de maleita cujo tratamento é muito custoso, está obviamente, carente em sentido muito importante, embora não seja classificado como pobre nas estatísticas habituais da distribuição de rendimento (...); terceiro, uma pessoa a quem é recusada a oportunidade de emprego, mas a quem se atribui uma ajuda estatal como «subsídio de desemprego», pode parecer muito menos carente no domínio do rendimento do que em termos da oportunidade apreciável de ter uma ocupação compensadora” (Sen, 2003, p. 107).

À luz do que anteriormente se explicitou, fica claro que o rendimento e um padrão de vida mais elevado são importantes, no entanto, as carências na origem da desigualdade vão além da falta de dinheiro.

Stiglitz aponta a insegurança, fruto das desigualdades, como uma das maiores preocupações dos pobres, vítimas da exclusão. Aliada à insegurança surge a impotência: aos pobres são-lhes concedidas poucas oportunidades para se manifestarem. Quando falam ninguém os ouve, e quando alguém os ouve, a resposta é que não se pode fazer nada; quando lhes dizem que pode fazer-se alguma coisa, de facto nunca se faz nada (Stiglitz, 2007, pp. 36-37).

### CAPÍTULO 3

#### DESENVOLVIMENTO LOCAL E ENDÓGENO

##### 1- Tentativa de definição. O que é o Desenvolvimento Local e Endógeno?

A definição de Antunes, segundo a qual, o “desenvolvimento é o bem-estar da população, em harmonia com a natureza” (Antunes, 2009, p. 181) não só é inclusiva como também abre possibilidades para o debate sobre o desenvolvimento local, endógeno e sustentável. Juarez de Paula elabora um conceito de desenvolvimento dentro da mesma linha de pensamento. Para ele:

“O Desenvolvimento é um fenómeno que ultrapassa o económico. O sentido do desenvolvimento deve ser melhorar a qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), todas as pessoas (desenvolvimento social), as pessoas que estão vivas hoje e as que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável). Fazer o desenvolvimento humano, social e sustentável desafia-nos a pensar um novo conceito de desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento económico com outros fatores como o capital humano, o capital social, capital empresarial e o capital natural” (Paula, 2008, p. 6).

Também Diniz apresenta um conceito de desenvolvimento que vai de encontro a este estudo. Para o autor o “desenvolvimento humano apresenta dois aspectos; de um lado, estão a criação das capacidades pessoais e, de outro, o uso que os indivíduos dão a essas mesmas capacidades, quer para fins produtivos, quer para o lazer, passando por fins políticos, culturais e sociais (Diniz, 2010, p. 36). Diniz é consequente ao acreditar que “a melhoria do nível de rendimento deve passar a ser encarada como uma aspiração entre outras, e o desenvolvimento, para além da acumulação de riqueza e de rendimento, deve centrar-se na pessoa humana” (Diniz, 2010, p. 36).

Discutidos que estão os conceitos que servem de suporte a este estudo, urge agora definir aquilo que constitui o seu cerne, isto é, desenvolvimento local e endógeno. Para tal, apresenta-se o seguinte contributo: **O Desenvolvimento Local e Endógeno é um projeto político de transformação social, coletivo e inclusivo, situado no tempo e no espaço.**

A definição ora concebida levanta a questão do fenómeno “Globalização” que, na prática, fomenta e materializa a exclusão social. Para Paula, o conceito de desenvolvimento local é elaborado num clima de crítica ao fenómeno da exclusão social, que foi agravado pelo processo da globalização. Neste contexto, o desenvolvimento local pretende ser inclusivo e sustentável e afirma-se como alternativa aos modelos dominantes, que se revelam concentradores de riqueza e do meio ambiente (Paula, 2008, pp. 6-8).

Fontanel, nas suas reflexões sobre a globalização, considera a coesão social e cultural como um fator essencial para o desenvolvimento. Apesar disso, constata que a globalização, tão enfatizada nos dias que correm, favorece a desterritorialização e a destruição do político (Fontanel, 2007, p. 618). Fontanel considera igualmente que “ao reduzir o poder dos processos políticos nacionais, que exprimem algumas preferências coletivas, a mundialização limita as escolhas dos locais” (Fontanel, 2007, p. 618).

Afinal, porque é que a Globalização favorece a exclusão social? Em que peca o fenómeno Globalização?

Antunes, citando Anthony Giddens, mostra a parte positiva do fenómeno e afirma que, além de ser um processo pelo qual a população se torna cada vez mais unida numa sociedade única, a própria globalização é a intensificação das relações sociais à escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira, que o que ocorre localmente é vivido a nível global (Antunes, 2009, p. 182). Esta ideia assemelha-se ao conceito desenhado por Fontanel segundo o qual “a globalização apresenta-se como um processo adaptado à liberalização crescente da economia e justifica a dinâmica crescente dos mercados como processo de regulação que extravasa as fronteiras dos Estados” (Fontanel, 2007, p. 21).

Posta nestes moldes, a questão nada tem de inquietante. O que preocupa é constatar que o fenómeno globalização cria e fomenta as desigualdades, não apenas entre as nações desenvolvidas e as menos desenvolvidas, mas entre as pessoas do mesmo país. Adjacente a esta questão, e não menos importante, está aquela levantada por Alain Touraine, a saber: “como lidar-se com a ideia da globalização sem se referir à que mais diretamente lhe é oposta, a ideia do choque das civilizações?” (Alain Touraine, 2005, p. 41). No caso de Moçambique, a pergunta que se impõe é a seguinte: como desenhar e desenvolver projetos de desenvolvimento num mundo globalizado?

Segundo Fontanel é necessário ter em conta que a globalização enquanto “processo adaptado à liberalização crescente da economia, negligencia a cidadania dos Estados, empresas e capitais locais” (Fontanel, 2007, p. 21).

A este respeito, na sua obra, *Tornar eficaz a Globalização*, Joseph E. Stiglitz<sup>11</sup> adverte:

“É verdade que o desenvolvimento é um processo que envolve todos os aspetos da sociedade, reclamando o esforço de todos: mercados, governos, ONG, cooperativas, instituições não lucrativas. Contudo, é necessário ter presente que um país em desenvolvimento, que simplesmente se abre ao mundo exterior, não acolhe necessariamente os frutos da globalização. Mesmo se o seu PIB aumentar, o crescimento pode não ser sustentável, a maioria da sua população pode vir a encontrar-se em piores condições” (Stiglitz, 2007, p. 54).

Não resta qualquer dúvida sobre a importância da abertura dos mercados dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Contudo, Stiglitz questiona:

“ até que ponto isto é relevante se não se considerarem os valores locais e, sobretudo, se os países em desenvolvimento, por exemplo, não tiverem estradas nem portos para trazer aqueles bens para os seus mercados?” (Stiglitz, 2007, p. 54).

Implementar projetos de Desenvolvimento Local num mundo globalizado, não é uma tarefa fácil se ponderarmos no que é a realidade da globalização. Na verdade, e como considera o autor acima citado, o modo como a globalização é gerida tem privado os países em desenvolvimento de uma boa parte da sua soberania, assim como da sua capacidade de decisão em áreas fundamentais que afetam o bem-estar dos seus cidadãos (Stiglitz, 2007, p. 34).

Com base nestes argumentos, pode concluir-se que o protagonismo é fundamental em todos os processos de Desenvolvimento Local. Isto implica, como considera Juarez de Paula, acreditar que o desenvolvimento é produzido por pessoas. Ele não é uma consequência automática do crescimento económico. Resulta das relações humanas, do desejo, da vontade, das escolhas que as pessoas podem fazer para

---

11 Joseph E. Stiglitz nasceu em Gary (Estado de Indiana, EUA), em 9 de Fevereiro de 1943. É professor da Universidade de Columbia (Nova Iorque). É tido pelos académicos como economista keynesiano, foi conselheiro do presidente Clinton, foi vice-presidente sénior e economista principal no Banco Mundial e, em 2001, foi Nobel da Economia. Além da obra em referência neste estudo, é autor do livro: *Globalização – a grande desilusão*, obra que o tornou sobejamente conhecido (Capa do livro: *Tornar eficaz a globalização*).

alcançar uma melhor qualidade de vida. Neste contexto, o desenvolvimento depende da adesão dos indivíduos, da decisão dos autótonos de assumirem a condição de sujeitos sociais (Paula, 2008, pp. 26-28).

## **2- Desenvolvimento local**

Segundo autores das ciências sociais, o conceito de “Desenvolvimento Local” começou a ganhar relevância no debate sobre os modelos de desenvolvimento, particularmente após o reconhecimento do fenômeno da globalização. Os mesmos autores consideram que é um dado adquirido constatar que qualquer concepção sobre o desenvolvimento local deve ter em conta, no mínimo, duas perspectivas, que, na prática, são contraditórias: o Desenvolvimento Local (DL) é, ao mesmo tempo, um processo de transformação social e um projeto político-estratégico. Isto significa que o DL é concomitantemente uma realidade “análise-empírica” e “discurso-norma”. É análise-empírica na medida em que incide sobre o que acontece nos seus processos, nomeadamente as suas causas, os seus contextos variados, os constrangimentos e a centralidade da cultura na sua análise (Paula, 2008, p. 12). E é discurso normativo enquanto se debruça sobre o “como” do projeto, os valores que o norteiam, os atores que sustentam tais valores e as representações sociais na construção dos problemas. (Paula, 2008 p. 14).

Na óptica de Sachs, o desenvolvimento local, enquanto transformação social, acontece de acordo com o contexto social, económico, tecnológico e em função dos atores, direta e indiretamente envolvidos no processo, nomeadamente públicos, privados, locais e globais (Sachs, 2000, p. 72). Para Paula, do ponto de vista empírico e analítico, o DL difere segundo a perceção dos atores, o contexto, as várias expressões da cultura, que informam e influenciam o modo de organização desses atores relativamente ao contexto em que se inserem (Paula, 2008, pp. 8-9). Cultura é aqui entendida como o sistema de significados partilhados pelos membros de uma coletividade – uma comunidade, uma sociedade – que os utilizam nas suas interações numa forma dinâmica (Antunes, 2009, pp. 141-145).

Na sua crítica à tendência homogénica do desenvolvimento, Sachs sustenta que o desenvolvimento, enquanto projeto político, nasce com a modernidade e expande-se graças às concepções universalistas do projeto moderno, nomeadamente os modelos de Estado, de Nação, de articulação entre o público e o privado, da cooperação

internacional e de gestão das relações económicas. Ao pretender ser universal, o desenvolvimento e as suas variações tendem a menosprezar os contextos geográficos, os tempos históricos e a diversidade das culturas (Sachs, 2000, p. 72). Na lógica do autor, o DL aparece como resposta alternativa à falsa universalidade das fórmulas do desenvolvimento, veiculadas pela cooperação internacional e suas agências. Em sua opinião, o DL é endógeno, territorial e culturalmente enraizado; é projeto-político bem como construção de estratégias de transformação social a partir dos recursos e dos atores mobilizados no contexto local (Sachs, 2000, p. 72)

Estas ideias conduzem-nos à questão: “o que se entende por local?”.

### **O local, o que é?**

Segundo o sociólogo Juarez de Paula, o “local” pode ser considerado como qualquer recorte socioterritorial, delimitado a partir de uma característica eletiva definidora de identidade (regiões, municípios, distritos, grupos étnicos, bairros), mas que não se confunde com o conceito de cada um deles, como por exemplo, o de município (Paula, 2008, pp. 6, 11-13). O mesmo autor afirma que, no debate sobre a temática, “local” surge em conexão com o conceito de “global”, ou seja numa relação de oposição ou de integração soberana ou subordinada, do local no global (Paula, 2008, pp. 6, 11-13).

Na lógica de integração soberana ou subordinada do local no global, Paula define o “local” como qualquer porção territorial que se distingue a partir de determinados elementos de identidade. Tais elementos podem ser físico-geográficos (uma bacia, um vale, uma cordilheira); podem ser étnico-culturais; socioeconómicos e políticos (bloco de países, regiões, províncias, etc.). Os elementos acima identificados são, segundo o autor, elegíveis, isto é, dependem do critério de escolha do sujeito que desenha o território (Paula, 2008, pp. 6, 11-13).

Furtado entende que o “local” pode também ser definido por aquilo que o caracteriza: por um lado, representa a “arena” onde os fenómenos, as relações e as práticas sociais numa localidade, dum distrito, dum município, numa província ou dum país acontecem; por outro, representa o território aberto, flexível, onde a ideia de um espaço fechado e acabado não tem lugar, isto é, um território suscetível às formas de relações que lhes são externas (Furtado, 2000, p. 43). E falar de “local”, associado ao desenvolvimento, não significa apenas referir um espaço, onde o económico acontece e

predomina, mas, também, onde é possível a integração de programas setoriais e a participação dos cidadãos e das associações cívicas (Furtado, 2000, p. 44).

Na sua obra *Desenvolvimento económico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política*, Llorens apresenta uma classificação de vital importância para o conceito do desenvolvimento local, estabelecendo uma diferença precisa entre espaço e território. Para este autor,

“O conceito de espaço como suporte geográfico onde se desenvolvem as atividades socioeconómicas costuma trazer implicitamente a ideia de homogeneidade, e as preocupações fundamentais a ele relacionadas referem-se à distância, aos custos de transporte, à aglomeração de atividades ou à polarização do crescimento. Mas, a partir da perspectiva do desenvolvimento local e regional, interessa-nos basicamente outro conceito diferente, qual seja o de ‘território’, que compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, as suas características ambientais específicas, os atores sociais e a sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos, e a existência e o acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo. Em síntese, face ao conceito de espaço como contexto geográfico dado, interessa-nos ressaltar o conceito de território como ator do desenvolvimento (Llorens, 2002, p. 111).

Paula discorre sobre a dimensão subjetiva do sujeito no desenho do território, evidenciando que este depende da ação do indivíduo que o cria. Essa construção pode ser exógena (quando parte dos agentes externos) ou endógena (quando parte dos agentes locais) (Paula, 2008).

Esta abordagem carece de clarificação. Segundo Paula, um território é constituído por ação exógena, quando o desenho é definido por elementos de identidade, escolhidos por agentes externos ao mesmo, numa relação heterónoma (quando as normas vêm de fora) e, frequentemente, autoritária. É o caso das divisões territoriais impostas “de cima para baixo” pelos planos centrais de desenvolvimento. Nessas situações, a população local nem sempre se reconhece como integrada num mesmo território, visto que não participou do seu processo de instituição. Um território é estabelecido por uma ação endógena quando o seu desenho é definido por elementos de identidade escolhidos por agentes locais, numa relação autónoma (quando as normas vêm de dentro) e, na maior parte dos casos, democrática; exemplo disto são as divisões territoriais construídas “de baixo para cima”, de forma participativa. Aqui, pode falar-se num processo de auto-instituição territorial, onde é a população local o sujeito ativo que desenha o território a partir do reconhecimento das suas necessidades (Paula, 2008).

Villar, para quem o desenvolvimento de base é crucial no estudo do desenvolvimento local, ratifica o conceito de Paula, apresentando-o como um conceito e uma estratégia de desenvolvimento que assenta na participação coletiva e na parceria entre iniciativa da cidadania organizada e programas públicos, integrando áreas dispersas e buscando articulações entre diversas ações já existentes na comunidade (Villar, 2004, pp. 10, 23). Portanto, debruçar-se sobre o “desenvolvimento local”, com os olhos postos num território concreto, como é o caso da Zambézia, é na visão de Villar, “um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir as suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se das suas vantagens locais” (Villar, 2004, pp. 10, 23).

Atentando no que ficou acima discutido, pode depreender-se o seguinte: na questão de desenvolvimento local, cada território faz a gestão interna do capital social e humano, já que a política do desenvolvimento local, no caso de Moçambique (discute-se na 2ª parte deste estudo), pretende superar os desequilíbrios através do fomento de todos os territórios, com ou sem potencialidades de desenvolvimento competitivo; o desenvolvimento da região está relacionado com os fatores sociais, ambientais e culturais da formação do território, avaliando-se com facilidade a organização dos atores e podendo decidir-se qual a dificuldade que primeiro deve ser enfrentada.

Para Moraes, o território é a arena, onde as relações intersetoriais acontecem e onde facilmente se articula a participação da população no processo do desenvolvimento social. Na sua linguagem:

“É no ambiente do território, onde interagem as organizações comunitárias, as unidades empresariais, as redes de infra-estrutura e os intermediários comerciais e financeiros. Isto exige o desenvolvimento de instituições que sejam democráticas, modernas, representativas, transparentes e competentes e que possibilitem o planeamento com a participação da população. Para isso, são necessários mecanismos diferenciados de gestão, que articulem os governos e as instituições locais com a sociedade (Moraes, 2003, p. 6).

Do conceito de território concebido por Moraes pode inferir-se o seguinte:

. O local pode ser emancipatório, na medida em que se torna fonte de novas utopias e apresenta um potencial transformador.

. O local pode constituir-se em ferramenta de análise mais dinâmica quando em confronto com as lógicas de conflito e desigualdade, isto é, e como sustenta Silveira, quando associado à hipótese de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser construídas exclusivamente a partir das cúpulas (Silveira, 2001, p. 31).

. O local constitui-se em território e conduz à análise do endógeno, por outras palavras, o desenvolvimento local torna efetivas e dinamiza potencialidades locais próprias, e a particularidade dos contextos em que se situam os seus atores.

. O local só pode ser construído social e territorialmente, porque ele é delimitado pela permanência de um campo dinâmico de interação entre atores sociais, económicos e políticos (Silveira, 2001, pp. 31-32).

### **3 - Desenvolvimento endógeno**

Na sua obra *Desenvolvimento endógeno em tempo de globalização*, Antonio Vázquez Barquero considera que o debate sobre o desenvolvimento local e endógeno surge nos anos de 1980 e 1990, num contexto económico global marcado pela incerteza, pelo aumento da concorrência, pela mudança institucional e pelo surgimento de formas mais flexíveis de acumulação (Barquero, 2001, pp. 37-38).

Para o referido autor, os efeitos da atuação pública na evolução local e regional contrapõem-se ao esgotamento das economias baseadas em modelos de desenvolvimento exógenos. Nesta perspectiva, o desenvolvimento deve atender às necessidades da população local através da participação ativa da comunidade envolvida, permitindo, assim, que a mesma possa liderá-lo, com o único objetivo de trazer o bem-estar económico, social e cultural da comunidade local no seu todo (Barquero, 2001, pp. 38-39).

Barquero define, assim, o desenvolvimento endógeno como “um processo de crescimento económico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local que utiliza o seu potencial de desenvolvimento e que leva à melhoria de vida da população” (Barquero, 2001, p. 41).

Ao defender o aparecimento do desenvolvimento endógeno nas décadas de 80 e 90, Barquero tem o cuidado de enquadrar a temática nas grandes teorias do desenvolvimento, a saber, a teoria do desenvolvimento e dos rendimentos crescentes, a

teoria da acumulação de capital, a teoria da dependência<sup>12</sup> e o controlo local do desenvolvimento e a teoria territorial do desenvolvimento (Barquero, 2001, p. 41).

Para o autor, a teoria do desenvolvimento e dos rendimentos crescentes constitui uma referência obrigatória para a teoria do desenvolvimento endógeno, porque compartilha com ela dois princípios: a existência de externalidades, enquanto condição necessária para o desenvolvimento de uma sociedade ou região, e a rede de empresas industriais, que dá origem à multiplicidade de mercados internos e que é, portanto, geradora de economias externas (Barquero, 2001, p. 44).

Barquero considera que o desenvolvimento endógeno e o crescimento dualista assinalam que o processo de industrialização está frequentemente associado à existência de uma cultura proto industrial, alicerçada nas atividades artesanais e comerciais, nas poupanças originais das atividades agrícolas e comerciais. As duas correntes, segundo o autor, vêem os processos de acumulação de capital e a mudança tecnológica como sendo as forças dinamizadoras do processo de crescimento e de transformação estrutural das economias locais (Barquero, 2001, p. 44).

A teoria da dependência e a do desenvolvimento endógeno, segundo Barquero, complementam-se na medida em que consideram que cada território tem uma trajectória económica própria e que nem todas as regiões se comportam homogeneamente de modo inovador. A proposta das duas teorias é a seguinte: para que os sistemas produtivos locais sejam locais é necessário aceitar no seu seio novos paradigmas (Barquero, 2001, pp. 44-45).

A teoria territorial do desenvolvimento e a de desenvolvimento endógeno equacionam-se, na medida em que consideram que o território não deve aceitar imposições externas das empresas e organizações globais, porque estes, quase sempre, procuram atingir objectivos de interesse próprio e muitas vezes alheios à comunidade (Barquero, 2001, p. 44).

Remmers reitera o pensamento de Barquero ao definir o desenvolvimento endógeno como aquele que entende e fomenta a capacidade localizadora dos atores sociais (Rammers, 2000, p. 10). Na sua obra de 1998, *Con cojones y maestria. Un estudio sociológico acerca del desarrollo rural endógeno y proceso de localización en*

---

12 A teoria da dependência, segundo Antunes (2009) teve origem com os teóricos da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), que chamam a atenção a relação entre os países periféricos, exportadores de produtos primários, com preços dependentes do mercado internacional, e os países industrializados do centro, fixadores desses mesmos preços (Antunes, 2009, p. 104).

*la sierra de la contraviesa* debruça-se sobre a questão da localização nos seguintes termos:

“ ‘Localização’ é um processo que não significa apenas a produção e o consumo de recursos num contexto especialmente reduzido, ainda que possa significá-lo. É acima de tudo um processo social onde as pessoas progressivamente percebem que têm um maior controlo sobre a direção das suas vidas, num esforço para expressar e fazer valer, dentro do contexto global e articulando-se com ele, a peculiar qualidade do seu lugar de vida, tanto na sua vertente de recursos naturais e humanos, como na vertente de controlo do processo de desenvolvimento” (Remmers, 1998, p. 11).

Embora o conceito de Remmers indique as características socioculturais como fundamentais para estabelecer o desenvolvimento endógeno, isto não significa, de modo algum, que se pretenda excluir relações externas para evitar o desaparecimento de elementos sociais e ecológicos vinculados ao lugar. Trata-se, antes, como articula Alain Touraine, de buscar formas de integrar as identidades culturais e os processos globais, num esforço de impedir que as comunidades locais se tornem simples consumidores de modelos culturais, elaborados pelos mercados. Procura-se, no entanto, não cair na exacerbação fundamentalista das identidades culturais, nacionais ou locais como forma de evitar intercâmbios externos e a influência das mensagens, ao mesmo tempo sedutoras e impessoais, da sociedade de massa (Touraine, 1998, p. 246).

Guzmán concorda com Remmers ao considerar que o desenvolvimento endógeno não pode ser visto como algo estático e que reproduz o externo. O desenvolvimento endógeno é dinâmico e aceita o que vem do exterior mediante a adaptação à sua lógica etnológica e sociocultural de funcionamento. Estabelece-se um processo de assimilação: o externo incorpora-se no endógeno, quando a identidade local é respeitada e, como parte dela, a autodefinição de qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais é que produz tal assimilação (Guzmán, 2001, p. 41).

Para Guzmán, o potencial endógeno é fundamental no processo do desenvolvimento local e endógeno, porque este está associado ao conjunto de recursos localmente disponíveis, nomeadamente naturais e culturais. Em sua opinião, aquele potencial comporta duas dimensões, uma humana e outra ecológica. A dimensão humana envolve todos os esforços dos grupos locais para resistir aos processos de modernização industrial; aqui, elementos como a organização, os processos

participativos, a autonomia, a identidade, a cooperação, a organização do trabalho e o conhecimento local são chave no desenrolar de todo o processo de desenvolvimento. Na segunda dimensão, a ecológica pode considerar-se a agricultura de baixos *inputs*, a escala de produção, a base energética e o manejo dos agroecossistemas e da sua diversidade (Guzmán, 1995, 23).

Não menos importante é o papel do desenvolvimento endógeno desenhado por Barquero, ora referido. Para este autor:

“O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação activa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objectivo é buscar o bem-estar económico, social e cultural da comunidade local no seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviço), a estratégia de desenvolvimento procura também actuar sobre as dimensões sociais e culturais que afectam o bem-estar da sociedade” (Barqueiro, 2001, p. 39).

A partir desta perspectiva depreende-se que o desenvolvimento endógeno é o desenvolvimento local, produzido em grande medida por impulsos locais e alicerçado, de forma muito significativa, nos recursos locais.

A constatação anterior parece estar de acordo com aquilo que Lon e Van der Ploeg advogam ao considerar o desenvolvimento endógeno como aquele que é constituído, principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular a produção, o consumo, etc. (Lon e Van der Ploeg, 1994, p. 98).

#### **4 - Desenvolvimento sustentável**

No primeiro capítulo deste trabalho, constatou-se que o conceito do desenvolvimento foi, por muito tempo, baseado num ponto de vista puramente económico, por outro lado, a partir do fim da segunda guerra mundial, aquele conceito surge num contexto de formação de instituições mundiais, de harmonização de interesses e de práticas económicas, bem como de uma teoria económica que depositava na ação reguladora do Estado a possibilidade de manutenção de uma taxa de crescimento mais elevado. Nessa visão de desenvolvimento, a natureza é considerada apenas como matéria-prima e a questão da utilização e preservação dos recursos

naturais fica à margem da economia. Daí a degradação ambiental, como consequência imediata.

Segundo Franco, em 1968, um grupo de cientistas, conhecido por Clube de Roma, assinou um manifesto que chamava à atenção para o modo como a teoria económica negligenciava os problemas de ordem ambiental (Franco, 2001, p. 57). A mesma autora revela que o segundo evento, de carácter mundial, a debruçar-se sobre a questão ambiental foi a chamada Conferência de Estocolmo, que se realizou em 1972 (Franco, 2001, p. 158).

Em 1974 foi emitida a Declaração de Cocoyok, que, segundo Bruseke resultou da reunião da qual participaram a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e a UNEP (Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas). Cabe aqui referir as questões levantadas pela Declaração de Cocoyok, uma vez que elas apontam, em grande medida, para aquilo que é o objeto deste estudo e que Bruseke expõe na sua obra, nos seguintes termos:

“A expansão populacional tem como uma das causas a falta de recursos de qualquer tipo; a pobreza gera o desequilíbrio demográfico. A destruição ambiental na África, Ásia e América latina é também resultado da pobreza que leva a população carente à super-utilização do solo e dos recursos vegetais. E os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo” (Bruseke, 1998, p. 32).

Bruseke refere um outro evento mundial, o de 1975, de onde saiu o chamado Relatório Dag-Hammarskjöld. Além de aprofundar as posições da declaração de Cocoyok, o relatório realça a inter-relação existente entre o abuso do poder e a degradação ecológica (Bruseke, 1998, p. 32).

Mas o conceito de desenvolvimento sustentável é definido com mais precisão no Relatório de Brundtland, de 1987. Este não se limita a analisar o impacto da atividade económica no meio ambiente. A participação dos movimentos sociais e das ONG foi fundamental para o debate sobre a melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. E, segundo Franco (2001), foram estabelecidas algumas exigências tais como: limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação a longo prazo, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias

ecologicamente adaptadas, controlo de urbanização e interação entre campo e cidades menores, tal como satisfação das necessidades básicas (Franco, 2001, pp. 159-160).

Depois do referido relatório de Brundtland, realizaram-se sucessivamente outros eventos onde, na prática, foram debatidos temas relacionados com o Meio Ambiente e Desenvolvimento, nomeadamente Eco-92, realizado no Rio de Janeiro, e Rio + 10 em Johannesburgo (Lago, 2009, pp. 93-99). Segundo Lago, embora menos ambiciosa, a conferência de Johannesburgo, atribui especial importância às contribuições que mostraram resultados práticos do desenvolvimento sustentável ao nível local, regional, nacional e internacional, bem como ao papel desempenhado por investigadores não-governamentais dos mais diversos setores da sociedade (Lago, 2009, p. 94). No mesmo rumo de debates surge a Conferência do Rio + 20, realizada em 2012. Apesar de tudo estar ainda em carteira, deve concluir-se que ela contribuirá significativamente para uma visão mais inclusiva da problemática do desenvolvimento sustentável.

Pode, assim, depreender-se que a problemática da sustentabilidade não se restringe apenas à conservação da natureza e à administração de ecossistemas. Ela aponta para novos modelos de desenvolvimento e para transformações sociais. Por outras palavras, o debate sobre a sustentabilidade deve conduzir para o campo das relações sociais. E, no caso de Moçambique, em geral, e da Zambézia, em particular, a conservação dos recursos naturais deve estar articulada com outros objetivos, entre eles o combate à pobreza absoluta, a equidade, a justiça social, a democracia, os direitos humanos, um ambiente saudável e o bem-estar geral.

## **Síntese**

Segundo Bellia, foi Robert Allen que descreveu o desenvolvimento sustentável nos seguintes termos: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento requerido para a satisfação duradoura das necessidades humanas e a melhoria da qualidade de vida (Bellia, 1996, p. 49).

Como referido nas páginas anteriores, é com o Relatório de Brundtland que o conceito passa a ser articulado numa forma inclusiva e que Bellia apresenta, na sua obra *Introdução à economia do meio ambiente*, nos seguintes termos:

“Tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano, não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até ao futuro longínquo. Assim, o desenvolvimento

sustentável é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o de ‘necessidades’, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber máxima prioridade, e a noção de ‘limitações’ que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo de atender às necessidades presentes e futuras (Bellia, 1996, p. 46).

Bruseke, autor já mencionado, considera que o conceito, tal como está expresso no relatório de Brundtland, abriu a possibilidade de se tratar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina a eficiência económica com a justiça social e prudência ecológica (Bruseke, 1995, pp. 34-35).

Veiga concorda com Bruseke e justifica que:

“A expressão ‘desenvolvimento sustentável’ vinha sendo usada publicamente desde 1979, mas só se afirmou em 1987 quando Gro Harlem Brundtland, presidente da Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, explicou durante a Assembleia Geral da ONU que se tratava de um conceito político. Essa palavra apareceu nesse contexto do debate das Nações Unidas a respeito da relação entre o desenvolvimento a conservação ambiental. A discussão sobre a sustentabilidade é menos precisa na falta de um indicador tão legítimo como o Índice de Desenvolvimento Humano, no aspecto da sustentabilidade ambiental (Veiga, 2006).

Para Bruseke existem desafios que os investigadores devem ter em conta nos debates sobre a temática, nomeadamente, a contribuição no sentido de permitir a interpretação sistemática do desenvolvimento social, a posse do valor heurístico e coerência interna tal capaz de orientar a ação social de forma clara (1995, p. 83).

Segundo o que ficou acima delineado e com base na opinião de Franco pode concluir-se que desenvolvimento sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir as suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar as suas vocações locais e desenvolver as suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio, aproveitando-se das suas vantagens locais (Bellia, 1996, pp. 47-50).

## **5 - Indicador tradicional do desenvolvimento económico e IDH**

Na sua obra *Desenvolvimento Económico: uma perspetiva moderna*, Colman & Nixon consideram que a medição do desenvolvimento é uma tarefa difícil, uma vez que é constituído por critérios e objetivos de natureza qualitativa. O indicador tradicionalmente usado é o PNB *per capita*, assim como o IDH (Índice do Desenvolvimento Humano), outro indicador-chave (Colman & Nixon, 1981, p. 21).

### **5.1- PNB per capita**

Como ficou indicado, até hoje, o indicador tradicional do desenvolvimento económico utilizado é o PNB *per capita* (Souza, 1999, p. 26). Para Colman & Nixon, autores acima referidos, o PNB *per capita* mede apenas o nível agregado da produção. Aqueles autores consideram que a utilização deste indicador tem aspetos positivos, nomeadamente o facto de englobar a previsão dos bens e serviços - condições essenciais para o desenvolvimento - e, também o ter suscitado a evolução das regras de medição, que se tornaram mais claras e conhecidas, sendo hoje empregues pelos países membros da ONU. No entanto, o PNB *per capita*, também apresenta limitações, designadamente por tomar o aspeto económico como o fundamental na medição do desenvolvimento, sem ter em conta o seu carácter subjetivo, que varia de acordo com os sistemas de coletas de dados estatísticos de cada país.

Na sua reflexão sobre a medida do desenvolvimento, Souza, referindo-se também ao PNB *per capita* como um indicador que sempre foi utilizado, constata que ele mostra limitações, apesar de assente na ideia da identidade entre crescimento e bem-estar. Na verdade, enquanto, por um lado, o crescimento económico soluciona um conjunto de problemas, por outro, acarreta uma série de outras novas questões, nomeadamente a poluição e a alteração do ambiente, com graves implicações na saúde e qualidade de vida das populações (Souza, 1999, pp. 26-27).

Como forma de contornar a distorção provocada pela utilização do PNB, recorreu-se, em paralelo, segundo alguns autores, ao coeficiente de Gini como indicador para análises do desenvolvimento económico.

### **5.2- Índice do Desenvolvimento Humano**

Como se pode concluir pelo que acima ficou exposto, a medição do desenvolvimento económico não é uma tarefa fácil. Com efeito, a partir do momento em que o conceito de desenvolvimento económico evoluiu e incluiu as mudanças

qualitativas das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, o indicador PNB *per capita* passou a ser contestado: primeiro porque não incorporava a questão da distribuição do rendimento interno; segundo por se tratar de uma medida afetada pela variação cambial das diversas moedas nacionais e terceiro por ser unidimensional, isto é, por não incorporar aspetos como a educação, saúde e ambiente, que são importantes para o desenvolvimento (Souza, 1999, p. 28).

Para Antunes, foram os economistas Mahbud ul Haq e Amartya Sen que, nos anos 90, desenharam o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto, foram estes que, para além do rendimento, incluíram mais duas características: a longevidade da população, articulada na esperança de vida ao nascer, e o grau de maturidade educacional, avaliado pela taxa de alfabetização de adultos (Antunes, 2009, II, pp. 167-168).

O IDH, segundo Veiga (2006), apresenta uma leitura que condiz melhor com o conceito do desenvolvimento, porque para além de mostrar dados económicos, revela, igualmente, dados referentes à qualidade de vida das populações.

Na base do conceito dado ao indicador IDH percebe-se, então, aquilo que Sen, autor já amplamente referido, defende ao considerar o desenvolvimento humano como o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas. Das pessoas, enquanto aumenta as suas potencialidades através de melhores condições de educação, saúde, habitação, meio ambiente e habitação. Para as pessoas porque não um fim em si mesmo, mas para que os frutos do crescimento económico sejam traduzidos em melhoria das condições de vida. E pelas pessoas na medida em que se articule de tal forma, que elas não sejam apenas recetoras passivas, mas participem nele ativamente, tomando concretamente as decisões que influenciam as suas vidas (Sen, 2003, pp. 104, 150, 297).

Para Amartya Sen, na conjuntura do desenvolvimento humano, os conceitos das liberdades humanas não devem ser abordados como simples conceitos filosóficos, éticos ou ontológicos, mas sim como realidades sociais, intrínsecas a cada pessoa e, por isso, desenvolvidas socialmente com programas de educação, saneamento, saúde, habitação (Sen, 2003, pp. 39-40).

Nesta lógica, a erradicação dos fatores, que privam as pessoas da liberdade e da qualidade de vida, é condição fundamental do desenvolvimento humano (Sen, 2003, p. 71). São estes fatores os seguintes: falta de emprego, de oportunidades profissionais, falta de serviços públicos e, finalmente, a privação das liberdades políticas nos países onde a ditadura tortura as pessoas.

Segundo Sen, o Índice do Desenvolvimento Humano, na sua dimensão ética, deveria procurar captar os fatores de privações e verificar se houve, numa determinada sociedade, aumento significativo das liberdades e das condições de bem-estar.

## **6. Indicadores de sustentabilidade**

Autores como Hans Michel Van Bellen (2005), José Eli da Veiga (2009) e Manuel de Azevedo Antunes (2009) referem o debate sobre indicadores de sustentabilidade como sendo recente. Veiga aponta 1992 como o ano oficial. Para este autor, a Comissão Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (CSD), das Nações Unidas, foi o mentor da primeira discussão sobre o assunto. Além da visão dos peritos do desenvolvimento humano foram tidas em conta também a das ONG e instituições educacionais. Um dos grandes objetivos do debate era cumprir o que foi estabelecido nos capítulos 8 e 40 da “Agenda 21”, consignada na conferência internacional Eco-92 (Veiga, 2009, p. 130).

Aqueles três autores apontam, entre muitos, quatro indicadores como forma de ilustrar o debate sobre a temática: Índice de sustentabilidade ambiental, Método da pegada ecológica, Painel da sustentabilidade e Barómetro da sustentabilidade.

O índice de sustentabilidade ambiental é constituído por 69 variáveis, agrupadas em 20 indicadores básicos e inclui cinco dimensões: sistemas ambientais, estresses, vulnerabilidade humana, capacidade social e institucional e responsabilidade global (Veiga, 2009, p. 132).

Veiga (2009) faz a descrição das cinco variáveis nos seguintes termos: nos sistemas ambientais estão inseridos o ar, o solo e os ecossistemas. O estresse inclui todo o tipo de poluição excessiva e explosão exagerada de recursos naturais. A vulnerabilidade humana trata dos dados referentes à relação existente entre o meio ambiente e a situação nutricional e de saúde da sociedade. A capacidade institucional debruça-se sobre a forma como as instituições e sociedade encaram os problemas ambientais. E a necessidade global preocupa-se com a integração internacional no sentido de elaborar esquemas de cooperação que representem a responsabilidade global (Veiga, 2009, p. 132).

O Método da Pegada Ecológica corresponde ao espaço ecológico necessário para sustentar um determinado sistema.

O Painel da Sustentabilidade é um sistema que pretende medir a sustentabilidade empregando uma metáfora do painel de um automóvel (Bellen, 2005, p. 129). Na criação deste indicador de sustentabilidade foi estabelecido qual seria o número de dimensões adequado para o índice. As conclusões da discussão incluem agrupamentos em duas dimensões, nomeadamente bem-estar humano e bem-estar ecológico; em três, designadamente, bem-estar humano, ecológico e económico ou quatro dimensões tais como, riqueza material e desenvolvimento económico, equidade e aspetos sociais, ambientais e naturais, democracia e direitos humanos.

Finalmente, o barómetro da sustentabilidade consiste no agrupamento sistemático, destinado à medição da sustentabilidade. O público-alvo desta ferramenta são as agências governamentais e não-governamentais e pessoas comprometidas com as questões do desenvolvimento sustentável. O barómetro de sustentabilidade emprega dois subsistemas dos quais derivam cinco dimensões cada. Os sistemas são a sociedade e o ecossistema. O sistema sociedade inclui a saúde e população, riqueza, conhecimento e cultura, comunidade e equidade. E o ecossistema, por sua vez, engloba terra, água, ar, espécies e utilização de recursos (Bellen, 2005, pp. 151-152). Este método comunica à sociedade o bem-estar e o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável (Bellen, 2005, p. 159).

**Em síntese**, os indicadores de sustentabilidade selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si para refletir sobre crescimento da economia, demonstram o esforço mundial em concretizar a elaboração de um Índice de Sustentabilidade que permita avaliar a sustentabilidade e que incentive a tomada de decisões de forma correta para poder alcançá-la a sustentabilidade. Foi nesta perspetiva que Manuel de Azevedo Antunes criou o Índice do Desenvolvimento Humano Ponderado Sustentável (Antunes, 2009, II, pp. 178-192).

**PARTE II**

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS  
PARCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL  
E ENDÓGENO NA ZAMBÉZIA**

## CAPÍTULO 1

### A ORIGEM E FINALIDADES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

#### **1- Conceito das Organizações Não-Governamentais (ONG)**

Segundo a literatura das Ciências Sociais, os atores da cooperação são entidades que se dedicam à promoção do desenvolvimento. Dito por outras palavras, eles podem influenciar e desenvolver parcerias que tenham por objetivo o desenvolvimento socioeconómico das regiões e comunidades mais vulneráveis (Afonso & Fernandes, 2005; Barros & Gomes Santos, 1997).

A cooperação para o desenvolvimento local e endógeno em Moçambique, em geral, e na Zambézia, em particular, abrange diversos atores, nomeadamente o Estado, as Organizações Não-Governamentais (estrangeiras e nacionais), as Organizações Comunitárias de Base, as Associações de Desenvolvimento Local ou as populações beneficiárias. Estes constituem-se em entidades de natureza, orientação e funções bastante distintas e as parcerias que estabelecem para promover o desenvolvimento variam consoante os atores.

Segundo Afonso e Fernandes:

“As Organizações Não-Governamentais são associações da sociedade civil, independentes do Estado e dos poderes político-partidários. Por norma, a sua estrutura organizativa deve ser flexível, dinâmica e pouco hierarquizada. São organizações sem fins lucrativos autónomas e independentes de poderes públicos com uma forte componente de voluntariado” (Afonso & Fernandes, 2005, p. 48).

Para aqueles autores, a diversidade de perspectivas e formas de ação e a introdução de princípios e práticas alternativas em políticas de cooperação, são determinantes para perceber a importância das ONG para o desenvolvimento (Afonso & Fernandes, p. 48).

Sob o ponto de vista económico e social, por exemplo, as ONG são “Instituições sem fins lucrativos, com objetivos definidos e que visam a prossecução de ações de solidariedade social junto das comunidades.” (Barros & Gomes Santos, 1997, p. 107).

Como instituições sem fins lucrativos, fazem parte do terceiro setor e representam a sociedade civil<sup>13</sup> e associações de cidadãos. E, porque visam a prossecução de ações de solidariedade junto das comunidades, tornaram-se, assim, ao longo dos últimos anos, atores privilegiados nos campos da saúde, educação e formação profissional. Numa perspetiva económica e social, dado o seu carácter humanitário, as ONG, centram a sua atuação nas áreas menosprezadas pelos governos. Não obstante, elas possuem objetivos mais abrangentes e de interesse global; promovem os direitos humanos, das crianças, da mulher, do deficiente, dos refugiados, dos povos indígenas, da ecologia (meio ambiente), da saúde e da educação (Afonso & Fernandes, 2005, p. 49-52).

Segundo Valadares de Carvalho, as ONG surgem ao longo da segunda metade do século XX, nos EUA e na Europa, associadas à tradição filantrópica humanista, por iniciativa de elites altruísticas orientadas por motivações humanitárias. Contudo, só passam a ter relevância política a partir dos anos 60 do século passado, “quando pela ênfase localista, as *grassroots* americanas, além das europeias, articulam de modo inusitado as demandas de autogoverno das maiorias excluídas” (Carvalho, 1995, p. 15).

Valadares de Carvalho indica ainda que as ONG se tornam, paulatinamente, mais sustentáveis na medida em que, sem perder as suas raízes humanitárias e o seu carácter de base, se distanciam da tradição filantrópica e escapam do determinismo das comunidades locais, auto reconhecendo-se como uma nova forma de governo, distinta da burocracia estatal e das formas clássicas de organização da cidadania. Nas suas ações, embora se pautem pelo recurso a parcerias com iniciativas governamentais, as ONG definem-se como anti-estatais e não-hierárquicas. Para o bom desempenho das

---

<sup>13</sup> É um dado adquirido que as ONG fazem parte sociedade civil. Não existe, no entanto, o mesmo consenso sobre o significado do conceito “sociedade civil” e sobre o papel desta no desenvolvimento local. Por sociedade civil entende-se, aqui, por aquilo que Brazão Mazula chama de “arena onde pessoas se juntam para defender interesses comuns” (Mazula, 2005, p. 56) e por aquilo, que Uthui considera de “espaço na vida pública onde se usa, desenvolve e luta pelos poderes, inclusive o poder das palavras e dos símbolos” (Uthui, 2001, p. 36). Parece-nos que as duas definições são aplicáveis ao nosso contexto, porque elas mostram que a sociedade civil pode incluir organizações heterogêneas e com interesses diversos. E mais: as duas definições têm em comum a ênfase dada ao aspeto da luta entre atores sociais para defender os interesses dos grupos que representam.

Contrariando os investigadores das escolas neoliberais que colocam a economia no foco do desenvolvimento, os autores acima citados consideram que o principal fator causador do desenvolvimento local integrado e sustentável é a participação na vida pública dos cidadãos organizados. Assim, atribuem à sociedade civil uma função essencial no desenvolvimento, nomeadamente a de garantir a democratização da sociedade.

suas tarefas e para a sua projeção internacional, muitas delas, ligam-se em redes (Carvalho, 1995, p. 15).

A definição de Fontanel é mais inclusiva ao considerar que “as ONG constituem um conjunto de associações bastante diferentes que representam a sociedade civil e associações de cidadãos” (Fontanel, 2007, p. 361). Esta perspectiva evidencia a dimensão global das ONG enquanto verdadeiras advogadas do desenvolvimento humano. Nesta ótica, elas são associações de cidadãos que desafiam, hoje, os atores da globalização a respeitar os Direitos do Homem, a combater a pobreza e a proteger o ambiente. As campanhas das ONG podem opor-se aos projetos dos Estados e das empresas multinacionais e desempenham um papel importante na melhoria das instâncias democráticas mundiais (Fontanel, 2007, p. 361).

Segundo aquele autor, “a globalização suscita novas preocupações coletivas, à escala mundial. Os problemas ecológicos adquirem uma amplitude planetária. Ela tanto divide como une os Estados” (Fontanel, 2007, p. 361). Perante esta evidência, cada Estado-Nação deve estar ciente da sua incapacidade singular de dar resposta cabal aos problemas que afetam a humanidade. As ONG assumem, assim, o seu papel no desenvolvimento local integrado e sustentável<sup>14</sup>, sem, no entanto, desresponsabilizar cada Estado-Nação.

## **2- Evolução histórica das ONG**

A prática do associativismo é tão antiga como a própria humanidade. Segundo Fontanel, já em 1831, Alexis de Tocqueville, insistia no interesse da criação de associações políticas independentes para defender a democracia americana. Em 1864, é fundado o Comité Internacional da Cruz Vermelha, como modelo de referência para organismos associativos sem fins lucrativos.

Segundo Alves, o percurso das ONG pode ser desenhado em três fases:

- Numa primeira fase, elas surgiram, na Europa, após a 2ª Guerra Mundial, num contexto de ajuda humanitária às populações afetadas e, em particular, aos

---

<sup>14</sup> Para o PNUD o desenvolvimento local implica, na prática, o envolvimento das dimensões de autonomia, cidadania e participação dos atores sociais que combatem energeticamente as desigualdades locais e procuram soluções inovadoras. Com esta visão percebe-se que o desenvolvimento local é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; uma vontade que é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de combinar de forma racional para a construção de um futuro melhor (PNUD, 1999).

refugiados. Progressivamente, foram orientando as suas atividades para outras regiões mais carenciadas onde, na década de sessenta, com a independência de diversos países, alargaram a sua ação aos domínios da cooperação para o desenvolvimento. De fato, os esforços desenvolvidos pelas ONG com tarefas específicas nas áreas da saúde e educação são um marco inequívoco da ajuda humanitária prestada às comunidades da África sub-sahariana, em geral, e de Moçambique, em particular após a era colonial (Alves, 1996, pp. 47-49).

- Numa segunda fase, as ONG centram a sua atenção para o desenvolvimento em pequena escala, com o objetivo de autonomizar as comunidades, melhorando a agricultura e outras atividades comunitárias na área social (Alves, 1996, p. 49).
- A terceira fase é caracterizada pelo surgimento das Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento. Constituíram-se desde logo como associações sem fins lucrativos, para contribuir para a realização das ações de cooperação para o desenvolvimento. Trata-se de organizações autónomas e independentes dos poderes públicos, que podem ser confessionais ou laicais. Os seus recursos financeiros procedem de fontes privadas, mas também podem receber de subvenções públicas (Alves, 1996, p. 49).

Fontanel constata que hoje as ONG são chamadas a desempenhar um papel importante no processo da mundialização. Umam ocupam-se dos Direitos do Homem, como a Amnistia Internacional; outras tratam das urgências de saúde (Médicos sem Fronteiras) e outras, ainda, defendem o desenvolvimento a longo prazo (como o Comité Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento). Por vezes, defendem direitos internacionais aplicáveis a todas as nações. Neste sentido, rebelam-se contra o liberalismo excessivo que as organizações governamentais procuram impor ao mundo inteiro. O FMI, a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial constituem os embriões de um governo mundial, violentamente questionado pela maioria das ONG. Estão em toda a parte, sobretudo como entidades consultivas (Fontanel, 2007, p. 363).

Com a globalização<sup>15</sup>, o mundo é cada vez mais transnacional e menos intra-estatal. As ações das ONG podem complementar os projetos iniciados pelos Estados.

---

<sup>15</sup>Fala-se do conceito da Globalização na perspectiva de Fontanel que considera que “a globalização define a interação das atividades produtivas comerciais num sistema de mercado global, no contexto de uma multiplicidade de relações e interconexões entre os Estados e as sociedades que formam o sistema mundial” (Fontanel, 2007, p. 7). Nesta ordem de ideias, a globalização pressupõe a abertura e a liberdade dos mercados financeiros, a internacionalização das capacidades reguladoras das sociedades nacionais

Por exemplo, têm um papel considerável na melhoria das instâncias democráticas nacionais e mundiais. Elas dão conta das preocupações coletivas do planeta, nomeadamente no domínio ecológico.

Graças à pressão das ONG, o FMI vê-se forçado a dar atenção à degradação do ambiente, à corrupção e ao endividamento, tal como ao carácter social do desenvolvimento, estendendo o seu mandato à luta contra a pobreza, com a criação do “Serviço para a Redução da Pobreza e o Crescimento”, em 1999. De igual modo, o Banco Mundial começa a cooperar com as ONG em matéria de concepção e realização de projetos, nos estudos e análises do Banco, mantendo um diálogo constante, nomeadamente no seio dos grupos de trabalho (Fontanel, 2007, p. 363). É em todo este contexto que se pode falar de ONGs como parceiras para o desenvolvimento local e endógeno dum determinado território.

### **3 - As Organizações Não-governamentais em Moçambique**

#### **3.1- A génese das Organizações Não-Governamentais em Moçambique**

Em Moçambique, as ONG ganham força apenas a partir de 1991 com a aprovação da chamada *Lei das Associações*. Mas a prática do associativismo é tão antiga e comum entre a população moçambicana, como em qualquer outra parte do mundo. Na sua obra *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*, Sousa Santos, caracteriza a sociedade tradicional africana como uma sociedade providência, em que os agrupamentos sociais se baseiam no parentesco, na família alargada, no clã e na tribo e estabelecem entre si relações de inter-conhecimento e ajuda mútua, trocando bens e serviços numa base não mercantil e segundo uma lógica de reciprocidade. Embora o nível de formalização destes agrupamentos seja geralmente de baixa qualidade, eles têm regras e normas de funcionamento bem definidas, que lhes permitem funcionar como o alicerce que mantém a estrutura social do grupo intacta, garantindo assim a sobrevivência do indivíduo e do grupo. Ao longo dos tempos, e até ao presente momento, os agrupamentos sociais de base mantiveram-se intactos, sempre

---

num sistema político e económico global e a diminuição do papel dos governos nacionais na definição das regras da regulação macroeconómica (Fontanel, 2007, p. 8). E é neste contexto que as ONG dão conta das preocupações coletivas do planeta.

adaptando e ajustando a sua atuação às exigências específicas de um ou outro período da história (Santos, 1999, 33).

Autores como Alves (1996) e Santos (1999) consideram que o interesse pelos processos de constituição de grupos não é novo na literatura socioantropológico. Sempre se questionaram as condições da emergência das ações coletivas e sempre se inventariaram as oportunidades políticas que permitem que uma ação coletiva seja possível. Isto mostra que o associativismo sempre caracterizou os povos.

Segundo Uthui, antes da independência, os Moçambicanos juntavam-se, sobretudo nas cidades, nas chamadas associações de indígenas, em agremiações, casas culturais, sindicatos, para, no meio da colonização portuguesa, salvaguardar e promover a sua identidade cultural. Com a independência, foram estabelecidas Organizações Democráticas de Massa com a finalidade de garantir a mobilização rápida e abrangente da população para as tarefas da reconstrução nacional. Nesse período, do partido único e governação centralizada, foi difícil criar novas organizações, fora daquelas promovidas pelo Estado (Uthui, 2010, p. 11).

Com a independência em 1975, Moçambique volta ao estado de emergência. Convém, aqui, referir que o país adotou o monopartidarismo de inspiração socialista e de ideologia marxista-leninista como identidade do seu sistema político, ratificado oficialmente em 1977. A situação de emergência agrava-se na década de 1980 com o aparecimento das calamidades naturais, intensificação da guerra civil e com a recessão económica ao nível mundial. A única saída face à situação de crise, foi recorrer, em 1987, ao Banco Mundial e ao FMI. De acordo com as práticas correntes destas instituições, Moçambique teve de adotar um pacote de medidas económicas, mais conhecido por PRE (Programa de Reabilitação Económica). Com esse pacote, duas foram as consequências que advieram: a liberalização económica e a abertura do sistema político, do Monopartidarismo para o Multipartidarismo (Kulipossa, 1997, 17).

Se a abertura ao Multipartidarismo foi benéfica para Moçambique, como se pode constatar nas páginas que seguem, o mesmo não se pode afirmar em relação à adesão à liberalização do mercado. A liberalização imposta pelo FMI abriu o mercado moçambicano às mercadorias dos países estrangeiros, mas o país pouco tinha para vender no exterior. Se é verdade que a ajuda externa levou ao aumento das reservas, também é verdade que não contribuiu para a construção de escolas, hospitais ou estradas (Stiglitz, 2007, 72).

Felizmente, uma das condições que Moçambique deveria observar para obter ajuda económica das instituições acima mencionadas, era a abertura formal das fronteiras para algumas grandes Organizações Não-Governamentais provenientes dos Estados Unidos de América (Mazula, 2005, p. 55). Foi assim que, nessa altura, apareceram as grandes ONG internacionais em Moçambique.

Em 1990, no quadro do pluralismo garantido na constituição, inaugura-se o respeito pelos direitos individuais, a livre expressão, o direito a associação e a consequente abertura de novos modos de participação na vida pública. É nesta conjuntura que surgem as ONG nacionais, classificadas não só a partir do seu grau de incorporação dos interesses das populações pobres, mas também a partir da sua origem – religiosa ou civil.

No ano de 2001, foi publicado um Diretório com seiscentas ONG registadas no país, entre elas 465 nacionais e 145 estrangeiras. Em todas, verifica-se a preocupação de realizar programas próprios no âmbito da educação, saúde, assistência social, cultura, e de ampliar o acesso das comunidades locais a programas públicos de intervenção naquelas áreas. As ONG perseguem estas finalidades atuando em parceria com entidades empresariais e órgãos públicos, nomeadamente o Ministério da Mulher e da Ação Social (Manjate, 2001, p. 14).

Embora as organizações e associações com fins lucrativos não sejam objeto deste estudo, cabe aqui referir que, na conjuntura do espírito associativo que sempre caracterizou o povo Moçambicano, existem em Moçambique organizações e associações que procuram contribuir para um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do setor privado e buscam influenciar políticas económicas de competitividade e qualidade empresarial. Trata-se de associações tais como aquelas que constituem a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA).

No Moçambique atual, tanto nos discursos políticos como nos debates académicos, as associações aparecem sempre associados à democracia e ao desenvolvimento local. Têm a reputação de contribuir para o reforço dos princípios fundamentais da democracia, porque fomentam a defesa dos direitos políticos e sociais dos moçambicanos e, segundo Kulipossa, são autênticas escolas de cidadania ou espaços do seu exercício, através dos quais os seus membros exercem os seus direitos (Kulipossa, 1997, 27).

### **3.2. Fatores que contribuíram para o surgimento das ONG em Moçambique**

Uthui menciona quatro fatores que estão na origem do surgimento das ONG em Moçambique:

- a crescente incapacidade do Estado em promover e organizar o desenvolvimento como ator único;
- a pressão dos doadores sobre o Estado, que, e já na onda das políticas neoliberais, se vê obrigado a criar abertura e espaço para a existência de organizações moçambicanas privadas, capazes de intervir no desenvolvimento económico e social do país;
- a tendência dos doadores, agências multilaterais e bilaterais, e ONG internacionais a transferir o foco da sua ajuda das instituições estatais para o setor civil ;
- a existência de cidadãos moçambicanos com vontade e disponibilidade para se aventurar na criação de uma ONG nacional (Uthui, 2001, 12).

### **3.3. Situação legal das ONG em Moçambique**

Em Moçambique, as ONG têm o estatuto de associação, cujo respetivo dispositivo legal foi aprovado pelo parlamento moçambicano, só em 1991, definindo-a como forma única para os cidadãos exercerem o direito à livre associação estabelecido na Constituição da República de 1990<sup>16</sup>.

Segundo Manjate (2001) e Uthui (2001), este enquadramento legal das ONG é hoje bastante contestado, porque, segundo os seus opositores, a lei coloca todas as associações no mesmo nível; não estabelece diferenças, por exemplo, entre o clube desportivo, a associação dos engraxadores de sapatos do bairro, o grupo de ajuda mútua e as ONG.

Os que se mostram satisfeitos com a legislação atual argumentam que ainda não há clareza suficiente sobre quais as formas legais que os diferentes tipos de agrupamentos sociais devem tomar. O certo é que a lei não permite distinguir entre associações não-governamentais, que são verdadeiras associações, em que os membros determinam a agenda, as atividades e a aplicação dos fundos, e as organizações de

---

<sup>16</sup> O artigo 52º da Constituição da República moçambicana, nas suas alíneas 1 e 2, reza: «Os cidadãos gozam da liberdade de associação. As organizações sociais e as associações têm direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas a alcançar os seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei».

índole estatal, dirigidas por funcionários do Estado. Pois, para todas as categorias de associações, requerem-se dez membros fundadores, prescrevem-se os mesmos órgãos sociais e aplicam-se os mesmos procedimentos para o registo e reconhecimento oficial (Link, Fórum de ONG, 2001)<sup>17</sup>.

As lacunas que a lei oferece conduzem facilmente ao desvio do sentido do conceito ‘associação’ e as próprias organizações acabam por funcionar sem controlo, chegando-se mesmo, por vezes, à situação de não se saber o que representam e a quem prestam contas (Uthui, 2001, 12).

### **3.4. Áreas de atuação das ONG em Moçambique**

Uma leitura atenta do Diretório Nacional das ONG permite perceber que, na generalidade, os seus fundadores pertencem à classe média da sociedade moçambicana; estudantes universitários, técnicos de vários ramos, funcionários de instituições estatais, são alguns exemplos de grupos que tomam a iniciativa para criar uma ONG. São muito raros os casos em que uma ONG nacional é criada na base e pela base (Kulipossa, 1997).

Segundo Manjate, se as ONG, em Moçambique, são essencialmente urbanas, deve-se ao facto de a classe média moçambicana se centrar na cidade. A população rural dificilmente se identifica com a organização que diz vir apoiá-la, embora as ONG declarem os pobres como a razão da sua existência (Manjate, 2001).

Em Moçambique, as ONG atuam em várias áreas, nomeadamente: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento rural, capacitação, saúde, educação para o desenvolvimento, educação formal, formação técnica, microcrédito, género e Direitos Humanos, participação de cidadania.

---

<sup>17</sup> [http://www.kulima.org/ OLD/kulima/documentos](http://www.kulima.org/OLD/kulima/documentos). Acedido em 23 de Maio de 2011.

## CAPÍTULO 2

### A PARCERIA DAS ONG COM O GOVERNO DA ZAMBÉZIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E ENDÓGENO

#### 1- Contexto em que a parceria acontece

##### 1.1- Localização geográfica e população

A Zambézia é uma das 11 províncias de Moçambique e fica localizada no centro do país. Tem uma superfície de 103, 478 Km<sup>2</sup> de águas interiores (entre rios e lagoas) e 8,460 Km<sup>2</sup> de águas marinhas. Topograficamente, é caracterizada por três grupos morfológicos, nomeadamente montanhas, planaltos, planícies e o litoral.

Como a segunda província mais densamente povoada de Moçambique, revelou uma taxa de crescimento natural de 24,88%, no período 1997-2007. Pelo censo de 2007, a sua população era de 3,890,453 habitantes, o que corresponde a uma densidade média de 37.20 habitantes/Km<sup>2</sup> (INE, 2007, p. 7).

A população da Zambézia é predominantemente jovem. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2005, 45.8% da população tinha idade inferior



aos 15 anos. Por outro lado, a proporção de idosos com idades superiores a 65 anos é de 2.0%. A idade mediana é de 17 anos. O índice de dependência está em 92%, o que significa que para cada 100 pessoas com idade produtiva (15-64) há 92 pessoas dependentes (INE, 2007). A esperança de vida é de 38.9 anos. Segundo o INE, nas projeções para o período de 2000-2005, esta

cifra é a mais baixa de todo o país, sem, no entanto, contemplar a carga de mortalidade devido a doença da SIDA.

## 1.2- Incidência da pobreza

Moçambique é um dos países mais pobres do mundo. Situa-se no 184º lugar entre os 187 países constantes no Relatório de Desenvolvimento Humano 2011, com um valor de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,322. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de PPP US\$ 898 e a esperança de vida à nascença é de 50.2 anos. Na desigualdade de género ocupa o 125º lugar (PNUD, 2011, p. 111).

A Zambézia é uma das províncias mais carenciadas. A pesquisa de consumo doméstico 2002-2003, por exemplo, levado a cabo pelo Ministério do Plano e Finanças (Ministério do Plano e Finanças et al, 2004) indicava que 58% das famílias zambebianas vivem abaixo da linha da pobreza. Os marcadores dos indicadores sociais também permanecem baixos, refletindo, em parte, tumultos passados, desde o comércio dos escravos nos séculos XVIII e XIX, às guerras de independência e civil do século XX até a atual luta pelo desenvolvimento económico e social.

A Zambézia foi um dos territórios mais afetados pela guerra civil que entre o período de 1977 a 1992 assolou Moçambique, opondo o regime da Frelimo e a resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Sabe-se, por exemplo, que, em 1986, cerca de 1,5 milhões de pessoas, isto é, mais de metade da população, estimada em cerca de 2 418 851 habitantes (dados do censo de 1980), estava diretamente afetada e a pobreza agudizava-se: fome, doenças, nudez, desemprego, etc. As poucas vias de comunicação que existiam ficaram danificadas, estabelecendo-se assim uma ruptura entre a capital, Quelimane, e os distritos (AIM, 1986) <sup>18</sup>.

Apesar de rica em matéria-prima, desde o tempo colonial que nenhuma indústria desenvolveu essa riqueza, nem houve um investimento estruturado na construção de infra-estruturas socioeconómicas, nomeadamente, estradas, linhas férreas e pontes. Vall e White (1980) dão como exemplo a Sena Sugar Estates, a mais importante companhia instalada nesta província, detentora de uma fábrica de açúcar no Luabo, que não construiu sequer uma estrada que ligasse Luabo e Mopeia, onde tinha plantações de cana-de-açúcar. Em 1973 a região, com 165,6 Km, era a que possuía menos quilómetros de estradas em Moçambique. Não existia nenhuma estrada que ligue o norte e o sul da

---

<sup>18</sup> «Agression sud-Africaine contre la Zambézia et Tete», in *Bulletin d'Information de l'AIM*, nº 125, AIM, Dezembro de 1986.

província. Os autores mencionados defendem que a Zambézia é um exemplo incontestável de como o capitalismo colonial subdesenvolveu a África.

De fato, no período que compreende 1978-2005, a pobreza não só assumiu níveis gravíssimos, como também se tornou extrema. Não se trata apenas da incapacidade dos zambezianos de assegurar condições básicas mínimas para a sua sobrevivência e bem-estar, na falta de educação e instrução, saúde, exclusão social (Governo de Moçambique, 2005, p. 10), mas da “negação das mais básicas opções e oportunidades de desenvolvimento humano” (PNUD, 1998, p. 20), isto é, negação de oportunidades para uma vida criativa e produtiva (Mazula, 2005, pp. 93-94).

Segundo Luís de Brito, a situação de pobreza na Zambézia agrava-se com o fenómeno da corrupção generalizada, que prejudica os pequenos e encobre os grandes, pelas assimetrias regionais, cidade campo, e pela discriminação da mulher acresce que dois em cada cinco idosos são pobres, vivendo na miséria, a dormir nas ruas, a mendigar, a olhar para o futuro incerto com olhos de desespero. Quanto às crianças, são às centenas as que vivem do lixo (Brito e Castel-Branco, 2009, pp. 58-60).

**Saúde:** o perfil epidemiológico da Zambézia é caracterizado por uma elevada incidência e prevalência das grandes doenças endémicas como a malária, diarreia, lepra e HIV/SIDA (Conferência Episcopal de Moçambique, 2005, p. 5; Governo Provincial Zambézia, 2007, p. 73). O cenário agrava-se na medida em que a rede sanitária não cobre as necessidades e a demanda da população. A distribuição das unidades sanitárias da rede primária não é equitativa entre os distritos da província. Multiplicam-se crianças, órfãs de pais vítimas do HIV/SIDA, o número de infetados aumenta, sobretudo na camada jovem (Governo da Zambézia, 2007, p.71).

**Água, saneamento e higiene:** “a água, saneamento e a higiene são explícitas ou implicitamente essenciais para alcançar todos os objectivos de Desenvolvimento de um povo” (Conferência Episcopal de Moçambique, 2005, p. 7). Na Zambézia, a maioria da população não tem acesso a água potável e ao saneamento básico. As crianças são as mais afetadas, com impacto negativo no seu ingresso, atendimento e retenção na escola, principalmente raparigas, e nas capacidades de aprendizagem (Governo da Zambézia, 2010, p. 71).

O fraco acesso ao abastecimento de água potável e ao saneamento básico, sobretudo das zonas rurais, ligado à não observância das boas práticas de higiene individual e coletiva, estão, também, entre as principais causas do aparecimento de doenças, como diarreias, cólera, parasitoses, entre outras.

A taxa de cobertura da água é de aproximadamente 39.3% na área rural e 40% na área urbana. A distância média das fontes continua a ser superior 5 km e o tempo médio de busca de água é de cerca de 1 hora. No geral, o estado do abastecimento de água na província é precário (Governo da Zambézia, 2010, p. 74).

**Educação:** Apesar do sistema de educação se ter expandido rapidamente logo após a longa guerra civil, que trouxe consequências graves para as infra-estruturas educativas, ainda é necessário fazer muito pela melhoria da qualidade de ensino. Segundo o Governo da Zambézia, o relatório do Governo Provincial de 2006, a Zambézia possuía, em 2005, uma rede escolar composta de 2.133 escolas. Atualmente funcionam cinco estabelecimentos de ensino, nomeadamente, Universidade Pedagógica, Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras da Universidade Eduardo Mondelane, Instituto Politécnico Universitário, Universidade Católica de Moçambique – Delegação de Quelimane - e Uni Zambeze. Contudo, um grande número de professores primários não têm formação adequada e o rácio médio de professor-aluno é bastante desproporcional (UNICEF, 2010). Por exemplo, dos docentes que existiam em 2005, num total de 7.569, 51% tinha formação pedagógica e os restantes não possuíam qualquer formação, visto que a maioria destes fizeram o nível médio, o Sistema Nacional de Educação (SNE), e foram recrutados para a carreira lectiva. A percentagem de professores com formação variava de 44,7%, para a Baixa Zambézia e 21,1%, para a Média Zambézia (Governo da Zambézia, 2007, p. 79).

O indicador chave para medir a qualidade de ensino insere-se na taxa de conclusão dos alunos inscritos numa determinada classe. Em Moçambique, este indicador revela-se ainda muito baixo. Quase metade das crianças, em idade escolar no ensino primário, abandona a escola sem concluir a 5ª classe. As crianças das famílias mais pobres, os órfãos e raparigas são os que menos concluem a escola. As infra-estruturas de muitas escolas são inadequadas, com falta de água e saneamento e um denominador comum: inexistência de carteiras e cadeiras (Governo da Zambézia, 2007, pp. 81-82).

Na Zambézia três em cada quatro mulheres são analfabetas, privadas de ciência ou instrução, não contribuindo para o processo de desenvolvimento e não usufruindo das oportunidades em igualdade de circunstâncias com os homens (Conferência Episcopal de Moçambique, 2005, p. 11).

**Calamidades naturais:** a Zambézia é propensa a fenómenos calamitosos que agravam a situação de pobreza da maioria das famílias. Têm sido regularmente afetados

os distritos costeiros e Morrumbala e Mocuba. A gestão de calamidades é notoriamente precária, pois verifica-se o desconhecimento de medidas de prevenção, falta de meios de comunicação e informação de aviso prévio tal como escassez de recursos para prevenção e mitigação das cheias (Governo da Zambézia, 2007, p. 83).

**Desemprego e criminalidade:** muitos jovens, que terminam o nível médio e secundário e até universitário, são votados ao desemprego, por escassez de oferta do mercado de emprego. Aliado a este fato está o fraco número de contribuintes inscritos no Instituto Nacional da Segurança Social. Este número tende a decrescer, com cerca de 122 novos contribuintes inscritos em 2005, por exemplo, enquanto que em 2004 eram 199. Quanto aos beneficiários, em 2005, existiam cerca de 2.027 contra 1.857 do ano 2004, o que corresponde a um crescimento de apenas 9,2%. (GPZ, 2007, p. 69). Associado a todo este cenário deparamos também com a criminalidade, a delinquência juvenil, o tráfico de órgãos humanos e o crime transfronteiriço (Milange-Malawi) (Conferência Episcopal de Moçambique, 2005, p. 12).

**Ecologia:** Em muitas zonas do território zambeziano, a preocupante degradação do meio ambiente reflete-se na progressão da erosão de solos, com destaque para os distritos de Chinde, Gurué, Mocuba, Nicuadala e Pebane; a prática das queimadas descontroladas, a exploração insustentável dos recursos naturais, a ocupação desordenada do solo urbano e rural e o deficiente saneamento do meio agravam a situação de pobreza (GPZ, 2007, p. 85; CEM, 2005).

**Em suma:** a pobreza extrema na Zambézia reside nas desigualdades de oportunidades para os cidadãos, na elitização, no nepotismo e exclusão social e no facto de serem sempre os mesmos a beneficiar da riqueza da província.

## **2 - Experiência de parceria para o Desenvolvimento Local e endógeno na Zambézia**

Graças a uma capacidade de conhecimento e especialização, nem sempre disponível nas instituições governamentais, as ONG na Zambézia constituem uma fonte importante de informações para o Governo local. Como grupos de pressão, despertam a atenção da opinião pública para questões económicas, sociais, políticas, ambientais ou éticas.

Para os autores Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco e Sérgio Chichava (2010), a colaboração direta entre ONG e instituições estatais processa-se,

principalmente, ao nível provincial e local e relaciona-se com a implementação de projetos, que em muitos casos se enquadram nos planos e programas governamentais. Inicialmente a colaboração limitava-se, tão só, aos serviços sociais: educação, saúde, aprovisionamento de água nas zonas rurais, entre outros. Do ano 2003 para cá, aumentaram significativamente as intervenções das ONG nas áreas da agricultura, pecuária, comercialização e direitos humanos (Luís de Brito et al. 2010).

O campo observado é de ONG, Associações e Núcleos de Base, que operam na Zambézia. Assim, o estudo assenta em dados referentes à sua intervenção concreta nas comunidades rurais.

**ONG e ACB nacionais:** Kukumbi, Associação dos Formadores e consultores da Zambézia (AFROZA), Associação de Promoção da Agricultura Comercial (APAC), Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), Núcleo dos Amigos da Natureza e Ambiente (NANA), Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Província da Zambézia (PRODEZA), Programa de Desenvolvimento Ambiental (PRODEA) e a Zambézia OnLine.

**ONG estrangeiras:** Action AID, Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), Concern Worldwide, Cruz Vermelha, Friends, Global Health (FGH), Organizzazione di Volontariato Internazionale (CELM). Educação para o Desenvolvimento (IBIS), Save the Children, Visão Mundial (World Vision) e Welthungerhilfe da Alemanha (WHH).

### **Áreas de Intervenção e especificidades**

- **Saúde:** Cruz Vermelha, Friends, Global Health (FGH), Save the Children e Visão Mundial (World Vision).

- **Educação:** Kukumbi e Concern Worldwide.

- **Direitos Humanos e género:** NAFEZA, Kukumbi, IBIS e a Concern Worldwide.

- **Desenvolvimento rural:** Kukumbi, ORAM, IBIS, Action AID, Agência ADRA, NANA), PRODEZA, PRODEA, WHH e a Zambézia OnLine.

## **2.1 - A cooperação para o desenvolvimento local e endógeno como processo de identificação e conquista dos parceiros locais**

Quem implementa o desenvolvimento local e endógeno (DLE) são aqueles que residem no ‘local’. Isto significa que não existe desenvolvimento local sem interesse, sem envolvimento, sem adesão da comunidade local. Os autótones são os principais sujeitos da sua história e os primeiros atores do seu desenvolvimento. Não existe DLE sem parceria, pelo que se torna necessário identificar potenciais parceiros, criar relações de confiança e cooperação entre os agentes locais.

A partir dos contextos observados adotou-se uma estratégia não discriminativa, mas de abordagem global, com recurso a entrevistas abertas, feitas a interlocutores privilegiados.

Segundo os entrevistados, a questão da parceria na Zambézia é matéria ainda complexa e carece de muito aprofundamento, tanto da parte do Governo local como da parte das ONG, Associações Comunitária e Núcleos de Base:

“Em linhas gerais, a Direção Provincial da Mulher e Ação Social define parceria como uma forma de interação entre indivíduos/instituições, que lhes permite alcançar objetivos comuns, havendo igualmente nesta interação, como é natural, uma partilha de recursos.

Na verdade, uma parceria é um processo onde cada agente interveniente tem interesses, motivações, estratégias e objetivos próprios. Temos insistido com os nossos parceiros de desenvolvimento, que o sucesso de uma parceria depende da percepção do sentido do compromisso.

Um outro aspeto é o seguinte: nós entendemos que uma parceria baseia-se na diversidade de visões, histórias, culturas e que a identidade organizacional, nomeadamente missão, métodos, critérios e objetivos do parceiro, são fundamentais para a sustentabilidade de uma parceria (Moisés Alberto Caetano, Chefe do Departamento da mulher e ação social - Zambézia) ”.

O DLE é uma realidade que se articula dentro do conjunto das relações sociais.

Corroborando esta ideia, o entrevistado considerou o perfil dos parceiros (atores sociais) e dos seus objetivos como fundamentais para uma cooperação para o DLE.

“A Direção Provincial da Mulher e a Ação Social na Zambézia (DPMAS), como coordenadora de todas as atividades do setor, deu-se a tarefa de identificar atores locais, que estejam dispostos a colaborar com o processo de promoção do DLE. Para o efeito tivemos de conversar individualmente com cada um, explicar a política do governo e como o governo pretende levar a cabo as tarefas que se propõe, e como cada um pode participar e contribuir. É assim que estabelecemos parcerias com ONG (nacionais ou internacionais), Associações Comunitárias de Base (ACB) que têm um estatuto próprio, que têm a legitimidade do governo e, por fim, que têm um potencial para se tornarem agentes de mudança e contribuir para a justiça social. Com todos eles, privilegiamos o diálogo, começando pelo desenho dos projetos de desenvolvimento, na implementação dos mesmos e também na monitoria; é fundamental para nós a responsabilização mútua, isto é, cada parte tem o direito de pedir à outra a prestação de contas pelas funções e responsabilidades no processo da parceria.

Em segundo lugar, a DPMASZ já expressou repetidas vezes o desejo de ver esses atores (as ONG e as Associações comunitárias), que funcionam na nossa província, representadas por um órgão comum com o qual poderia dialogar e que serviria para transmitir posições e estratégias governamentais. O desejo do governo local é institucionalizar o diálogo” (Moisés Alberto Caetano, Chefe do Departamento da Mulher e Ação Social - Zambézia Caetano).

Além dos fatores já mencionados existem, segundo Afonso e Fernandes, quatro motivações que induzem à cooperação e assistência ao desenvolvimento: motivações humanitárias, morais, mas também económicas e de segurança nacional. Associadas a estas encontram-se a equidade e igualdade, quer ao nível de deveres, quer ao nível de direitos, numa parceria em que se pretende executar um processo de cooperação para o desenvolvimento (Afonso & Fernandes, 2005, p. 22).

“Antes de estabelecer uma parceria com qualquer organização, o Departamento da Mulher e Ação Social, procura saber quais são as motivações das Organizações e, como é óbvio, perscruta se há outros interesses ou motivações latentes.

É verdade que as ONG e as Associações Comunitárias de Base surgem para apoiar aquilo que é o programa do governo. Isto é, aquilo que o governo não

pode realizar por falta de recursos é complementado pelas ONG e as Associações Comunitárias. Mas precisamos de saber os seus objetivos, se coincidem com os do Governo ou não. E ao questionar sobre as suas motivações pretende-se garantir as realizações e as metas traçadas no ato da cooperação. O Departamento da Mulher e Ação Social dá assistência técnica, propõe áreas de intervenção e, algumas vezes, concorda com as propostas das ONG nesse sentido. Mas todo o cuidado é pouco, pois há ONG que vêm para cá para fazer turismo e, no lugar de dar assistência às pessoas vulneráveis, desencaminham-nas (Moisés Alberto Caetano, Chefe do Departamento da Mulher e Ação Social).

Na perspectiva do entrevistado, percebe-se a importância para o DLE da cooperação do Governo Local (GL) com as ONG e ACB. No caso da Zambézia, esta cooperação é de caráter obrigatório. São agentes significantes para o desenvolvimento local e endógeno. São atores privilegiados no desenvolvimento, porque atuam em zonas ideais e estratégicas na luta contra a pobreza absoluta.

Presentes sobretudo em zonas rurais, as ONG e as ACB, penetram nas localidades mais isoladas<sup>19</sup>, sendo muitas vezes a única presença institucional de apoio.

Os seus conhecimentos sobre a realidade local são, também, muito mais profundos, pois elas coabitam diariamente com as necessidades das populações, o que, por sua vez, lhes confere um reconhecimento social do seu trabalho junto das comunidades, sobre as quais exercem uma maior influência no que respeita à mobilização e participação, como aliás demonstram as seguintes experiências:

---

<sup>19</sup> A **Concern**, por exemplo é a única ONG que em 2011 estava instalada na localidade de Micaune, uma ilha de difícil acesso. Aqui, crianças morrem por uma simples malária. Além de não existirem medicamentos, não há enfermeiros para administrar os primeiros socorros. Nenhum enfermeiro aceita sofrer o isolamento. Aquando das pesquisas, o autor presenciou a morte de filha única de uma senhora, só porque morava a 15 km do posto de saúde. Quando passou o carro da Concern, o 2º carro na Ilha, é que socorreu a criança já debilitada. Já no posto de saúde, passados menos de três horas, a criança não aguentou e morreu. Cenas como esta são constantes naquela região da Zambézia onde a pobreza não só é material, mas também de visão, de horizontes. Uma pobreza estrutural. Tal como a Concern, a **Visão Mundial** encontra-se nas localidades mais recônditas do distrito de Namacurra, nomeadamente, Forquia, Malei. A **Save the Children** é uma daquelas ONG que dá uma assistência sanitária a localidades em que o acesso ao posto de saúde é deficiente, como Chire, no distrito de Morrumbala, Catau no Posto Campo – Mopeia. Como aquelas estão também as ACB que atuam na Zambézia. A **APAC (Associação de Promoção da Agricultura Comercial)** apoia cooperativas de produtores de arroz, caju, milho e amendoim, nas províncias de Zambézia, Sofala e Manica, na área de comercialização. Privilegia cooperativas de produtores das zonas mais isoladas.

“A Kukumbi<sup>20</sup> entende que o caminho para a concretização da sua missão passa pela formação de alianças e parcerias entre o governo local, o setor privado e a comunidade. A Kukumbi pauta pela responsabilidade social das populações, impulsiona atividades económicas que tenham potencial competitivo com o objetivo de diversificar as fontes de trabalho para a população local. Na sua fase inicial, 1998 e 1999, a preocupação foi ajudar as comunidades a introduzir culturas de produção de rendimento, culturas tolerantes à seca; utilização de novas tecnologias de processamento e de produtos e a comercialização. Na segunda fase, fez parceria formal com a Visão Mundial e implementou-se o projeto “Corredor para Esperança” para ajudar as comunidades a saber prevenir a doença do VIH/SIDA. A Organização foi crescendo e agora está na terceira fase da sua história. Para além da área da prevenção do VIH/SIDA, privilegia a educação, a questão de género, onde se faz todo apoio psicossocial para as crianças vulneráveis, mas com incidência nas raparigas vítimas de violência doméstica e abuso sexual. Ainda nesta fase, introduziu-se uma nova área, que é relevante para a Zambézia. Trata-se da área de governação e direitos humanos. Neste âmbito, são capacitadas os governos distritais, os conselhos consultivos, conselhos de escola. Em todo o processo privilegia-se a participação ativa das populações” (Ângelo Amaro, Diretor Executivo da Kukumbi).

Na verdade, não se pode falar de desenvolvimento local e endógeno na Zambézia enquanto a sua população jovem continuar a infetar-se e a ser dizimada pelo vírus do VIH/SIDA. A preocupação de educar as pessoas no sentido de prevenir a epidemia é também partilhada pelas ONG, com projetos de saúde tais como, a **Visão Mundial**, **Friends, Global Health (FGH)**, **Save the Children** e a **IBIS**. Neste estudo, dá-se preferência às experiências das duas últimas ONG por serem mais esclarecedoras.

---

<sup>20</sup> **Kukumbi** – é uma ONG nacional fundada na Zambézia por jovens Zambezianos em 1997. Formalmente foi constituída em Janeiro de 1998. Em 2002 publicou-se o seu estatuto no Boletim da República. É uma Organização registada no Ministério da Justiça. Na língua local, chuabo, “*Kukumbi*” significa inter-ajuda ou ajuda mútua. Atua em oito (8) distritos da província, nomeadamente, Quelimane, Nicadala, Morrumbala, Mocuba, Milange, Ile, Gurué e Namaroi. Trabalham na Kukumbi técnicos e ativistas especializados nas áreas de educação, psicopedagógicas, agricultura e pecuária. Atualmente muitos membros têm formação técnico-superior.

“Na cidade de Quelimane, a Save the Children tem os seus escritórios onde planifica e coordena todas as suas atividades. Mas a sua execução é aqui no campo. Nós privilegiamos estas zonas em que a pobreza é mesmo extrema. É aqui onde a maioria da população zambeziana vive. São áreas muito vulneráveis à seca e às doenças. A Save the Children trabalha para enfrentar estes desafios através do reforço da segurança alimentar e combate à desnutrição infantil. Trabalha também para melhorar o acesso das crianças à educação básica. Está preparada para fazer face a uma gama de necessidades enfrentadas pelas crianças, tais como água potável, saneamento do meio e saúde.

Concretamente à sua questão. Aquela formação que você presenciou é destinada a líderes das comunidades e sobretudo mulheres. Por isso é que houve muita participação das jovens. Como viu e ouviu, o objetivo da Save the Children é aumentar a capacidade das comunidades e estruturas locais para prevenir a propagação do VIH/SIDA e mitigar o seu impacto sobre os órfãos, outras crianças vulneráveis e famílias afetadas; aumentar o acesso aos programas e serviços essenciais e garantir que as crianças sejam cuidadas e protegidas.

No relatório, que compreende o período de Janeiro a Março de 2010, e que lhe vou facultar, verá que dos 24 ativistas de Cuidados Domiciliários formados na área de Morrumbala, também tiveram conhecimentos sobre factos básicos do VIH/SIDA, na medida em que, para além de apoiarem moralmente as crianças e doentes crónicos, aqueles são responsáveis pela disseminação das mensagens de prevenção contra as doenças transmissíveis aos adolescentes e jovens. Esta transmissão é feita através de palestras, teatros e educação pelos pares nas escolas e na comunidade” (Rosa Lucas Pontavida, Psicóloga).

Uma terceira experiência na mesma área é a que foi desenvolvida pela IBIS, uma ONG dinamarquesa, no período 2005-2009, com o projeto denominado por ZamAIDS:

Os documentos consultados mostram que a IBIS tem uma larga experiência na área de educação para a prevenção do VIH/SIDA. Um exemplo concreto é o projeto ZamAIDS de que a Organização fez parte e onde aprendeu muito. Este projeto foi concebido e implementado pela Alliance2015, um consórcio de ONG europeias. Participaram as seguintes ONG: A IBIS, Concern Worldwide da Irlanda, Welthungerhilfe da Alemanha e HIVOS dos Países Baixos.

Na província da Zambézia o projeto ZamAIDS teve início em 2005, nomeadamente nos distritos de Inhassunge e Chinde, onde a SIDA tem consequências socioeconómicas devastadoras para a população.

Com este projeto, a Alliance2015 teve como intenção principal sustentar a redução das taxas de prevalência do VIH e mitigar o impacto negativo do VIH e da SIDA. Para o efeito foi necessário criar uma maior compreensão do VIH/SIDA, aumentar o acesso aos testes e tratamentos e educar para uma mudança no comportamento e atitudes de género e relações sexuais.

Foram promovidas campanhas de advocacia que colocavam em destaque os direitos das pessoas infetadas e as comunidades foram capacitadas de modo a dar apoio aos doentes.

No fim do projeto ZamAIDS, em Abril 2009, os atores envolvidos e as populações dos dois distritos verificaram mudanças significativas não apenas nos infetados e afetados, como também para toda a comunidade (IBIS, 2009).

Tendo em conta o que foi relatado, pode afirmar-se que, tanto a Kukumbi, como a Save the Children e a IBIS estão conscientes de que a cooperação para o desenvolvimento na Zambézia passa, essencialmente, por uma intervenção junto das populações, de forma a criar uma consciencialização sobre os princípios humanos para o desenvolvimento local e endógeno. Conclui-se também que elas, por exemplo, podem aumentar a consciência política dos líderes comunitários, apoiando a sua formação através de fóruns, onde são debatidos temas inerentes ao protagonismo da comunidade para o desenvolvimento local.

“A Kukumbi, como ONG, é uma instituição não partidária. E quando trata as questões de boa governação, direitos humanos e democracia, não se identifica com nenhum partido. E é por isso que os debates são concorridos. A Kukumbi acolhe a todos os membros da comunidade onde atua, independentemente da sua condição social, partidária, económica ou cultural” (Ângelo Amaro, Diretor Executivo da Kukumbi).

A mesma perspetiva é partilhada pela IBIS, que está instalada em Moçambique desde 1976, e que, na sua cooperação para o desenvolvimento local, entre muitas ações, apoia o desenvolvimento democrático para a promoção de direitos coletivos e

participação das populações em decisões políticas, para benefício das camadas pobres e excluídas. Reforça igualmente os direitos e as possibilidades individuais de participação na sociedade, facultando acesso ao conhecimento e a educação de qualidade.

A IBIS já desenvolveu e continua a desenvolver alguns projetos concretos na área da governação e participação na democracia. Um de grande relevância é o *Mulheres na Democracia*, implementado não só na Zambézia, como também nas outras províncias do país. Teve início em 2008, promovendo uma campanha nacional de educação cívica para as eleições municipais de 2008 e eleições gerais de 2009.

O objetivo geral deste projeto era de estimular a participação maciça da sociedade civil no processo democrático e uma maior igualdade de género no processo eleitoral. Como objetivos específicos estavam desenhados os seguintes: uma maior consciencialização dos eleitores, especialmente mulheres, sobre direitos cívicos; uma maior participação no processo democrático e eleitoral; descobrir mulheres com visão, ativas no processo eleitoral, tendo em vista cargos políticos para exercer influência nas agendas políticas. *Mulheres na Democracia* foi executado em parceria com o Fórum Mulher e outras organizações nacionais que aceitaram o desafio. Terminou em Dezembro 2009 com impactos positivos. Um deles, a formação de mais de 420 ativistas para divulgar os direitos da mulher, mobilizando-as para se candidatarem e votarem. Aquelas ativistas fizeram campanhas de educação cívica nos seus distritos 2-3 meses antes das eleições (IBIS, 2009).

Perante estes projetos anteriormente relatados, percebe-se que a educação para o desenvolvimento consiste não apenas em mobilizar a opinião pública geral, mas também setores específicos da sociedade, nomeadamente, mulheres, educadores, jovens, decisores económicos, jornalistas entre outros.

A IBIS implementou, na província de Maputo e na Zambézia, um projeto na linha da educação para o desenvolvimento, chamado “Educação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais 2008-2012” em parceria com várias organizações nacionais, incluindo associações de professores e organizações de direitos das crianças.

O projeto visava aumentar o acesso à escola, assim como melhorar a qualidade da educação e reduzir a taxa de abandono na escola primária. Propunha-se igualmente dar a conhecer aos professores locais o ensino centrado na criança e promover a

governança democrática das escolas. Por esta razão, a IBIS, a executora do projeto, privilegia a formação dos Conselhos de Escola, Parlamentos Infantis e de professores.

De 2008 para 2011, o mesmo projeto funcionou com mais de 250 Conselhos de Escola, 1400 professores e os Parlamentos Infantis dos distritos da Zambézia. Incluiu três subprojetos, nomeadamente, Centro Criança Feliz, Centro de Desenvolvimento Comunitário e Escolas Felizes.

Embora ainda em execução, a análise e a interpretação que se pode fazer é que, na sua globalidade, os objetivos de promover a governança democrática das escolas e de aumentar a consciência dos direitos das crianças foram atingidos. De salientar, a qualidade de participação e empenho das comunidades nas escolas, e a melhoria da qualidade geral das escolas e do ensino (IBIS, 2011).

## **2.2 - O desenvolvimento local e endógeno reclama um diagnóstico participativo local**

A cooperação para o DLE deve ir ao encontro das necessidades reais da comunidade. Trata-se de fazer um diagnóstico participativo local, onde são identificados os problemas e os obstáculos que impedem o desenvolvimento local.

“A *Concern Worldwide*, quando, há seis anos atrás, entrou no Posto Administrativo de Micaune, a sua primeira preocupação foi fazer um diagnóstico sério. Foi um diagnóstico participativo, porque a comunidade estava representada pelos líderes comunitários e as Associações Comunitárias de Base. O diagnóstico consistiu no levantamento da situação concreta da Ilha, em todos os seus aspectos: social, cultural, ambiental, político e económico. No início pensávamos que seria uma tarefa pequena, mas a realidade mostrou o contrário. Aqui, como não existem empresários, para conhecer a realidade económica, por exemplo, fizemos entrevistas aos agricultores, pescadores e comerciantes. O nosso objetivo principal era identificar as potencialidades e oportunidades económicas da Ilha, assim como os obstáculos que impedem o seu desenvolvimento.

Os objetivos específicos foram: saber o que a ilha produz, o que a Ilha vende e o que compra, ocupação da força de trabalho, desemprego e distribuição dos rendimentos.

Apesar da nossa cooperação estar mais centrada no setor da educação, tivemos de fazer aquele diagnóstico. Assim percebemos toda a articulação do setor da educação.

O diagnóstico a este setor consistiu na pesquisa de dados estatísticos sobre o número de alunos matriculados, os níveis de desistência e repetência, o número de crianças em idade escolar que não frequentam a escola, o número das raparigas que desistem da escola por ano, a escolaridade média da população, o nível de alfabetização, o número de escolas existentes e o seu estado.

O diagnóstico foi muito abrangente. Além dos aspetos acima, importava-nos saber as doenças mais frequentes na Ilha, a cobertura de vacinação, a estrutura existente para o atendimento da saúde, a existência ou não da água potável e a situação demográfica

Antes de a *Concern* pôr mãos à obra, teve não só de interpretar as informações resultantes do diagnóstico, como também de dar conhecimento e validá-las junto da comunidade. Tivemos de ouvir opiniões para juntos fazer escolhas possíveis. Aqui a *Concern* aproveitou o melhor de cada um e valorizou a participação de todos” (Gilbeiro Enoque Sardinha Monade, Facilitador<sup>21</sup> e Gestor de base).

O posto administrativo de Micaune é uma ilha isolada e de difícil acesso. Com ajuda da *Concern Worldwide*, a população já começa a perceber que não há desenvolvimento local sem protagonismo local.

“Nós na *Concern Worldwide*, como referi anteriormente, entendemos que, na cooperação para o desenvolvimento, é imperioso envolver as populações na definição, planificação e criação do seu futuro, isto é, capacitar as comunidades para intervirem no seu próprio desenvolvimento, auto-sustentando-se.

Em Micaune, a *Concern Worldwide*, como disse, desenvolve a sua parceria cooperando na área da educação desde 2006. Trabalhamos com 23 Conselhos de Escola. O número de alunos tende sempre a crescer. Hoje são 12.774 alunos num universo de 34.826 habitantes. As escolas tendem a mudar de aspeto. Em

---

<sup>21</sup> Os facilitadores são responsáveis por conduzirem os workshops no interior das comunidades. O seu treino e supervisão são importantes pois são eles que são responsáveis pelo êxito ou pelo fracasso do programa.

2006 o problema que havia era de cobertura das escolas. A população pedia à Concern que lhes concedesse chapas de zinco para a cobertura. Hoje das 23 escolas que existem, poucas são as que não estão cobertas com chapa de zinco. Contudo a Concern não ofereceu as chapas. O que nós fizemos foi mostrar às populações como as encontrar. Através de encontros de capacitação, nós mostramos que é possível ter uma resposta local e é nesta resposta local que as coisas estão a melhorar. A Concern não está a construir. Construiu no início três escolas. Mas as outras, foram edificadas pela própria comunidade.

Houve o problema de *Matequenha*<sup>22</sup> nas salas de aulas, porque as crianças se sentavam no chão da sala de aula. Hoje a situação mudou. A própria comunidade, fabrica, através dos troncos secos de coqueiros, bancos fixos para as crianças.

FIGURA N.º 2



Foto do autor

---

<sup>22</sup> *Matequenha* é um tipo de pulga que abunda em zonas arenosas e que ataca os pés das pessoas criando assim lesões e infeções.

O Governo da província pauta pela qualidade de ensino. A população nunca entendeu o que é isso de qualidade de ensino. Mas hoje, por causa de muitos foruns promovidos pela Concern, percebe e exige que os seus filhos sejam ensinados por professores, que são assíduos e que planificam as suas aulas antes de entrar nas salas. Mas antes não era assim: era normal encontrar professores bêbados na sala de aula e havia outros que faltavam sistematicamente ao serviço. Houve casos de professores que entravam na sala de aula indicavam às crianças a lição do dia e saiam para ir conversar ou beber. Não faziam o devido seguimento E só apareciam para recolher os livros e despedir-se das crianças” (Gilbeiro Enoque Sardinha Monade, facilitador e gestor de base).

Além do diagnóstico participativo local, os atores do DLE devem garantir a sustentabilidade dos projetos desenhados e executados.

“Para a sustentabilidade do projeto “Qualidade de ensino” que a Concern, em coordenação com o Governo local, se propôs, criámos, os Conselhos de Escola. São 23 Conselhos de Escola e cada Conselho de Escola é composto por 15 membros, que periodicamente são capacitados. Para um maior desempenho das suas funções, os membros trabalham em comissões. Assim, existem quatro comissões em cada Conselho de escola: comissão para os alunos órfãos, para VIH/SIDA, produção e finanças e cultura e desporto.

Para os efeitos de capacitação, primeiro fazemos o diagnóstico das necessidades específicas para cada Conselho de Escola. Temos alguns pacotes, nomeadamente o Regulamento Geral do Ensino Básico, Direitos da Criança, VIH/SIDA, Meio Ambiente e Género. Privilegiamos estes aspetos de modo que a comunidade perceba que os desafios de hoje remetem-nos para a descoberta de outras metas e para não ficar parados no tempo, enquanto o mundo está a caminhar para frente. Nos que percebem e acatam pode, realmente, ver-se alguma mudança de mentalidade. Um exemplo concreto é dos líderes da comunidade que mobilizam as raparigas para frequentar a escola, que ensinam que a mulher tem um grande papel para o desenvolvimento da comunidade. Coisa que há cinco anos não acontecia.

As capacitações<sup>23</sup> estendem-se também aos professores. Para eles existem capacitações específicas. Para responder aos desafios de desenvolvimento do milénio, contratam-se compulsivamente professores, e muitos deles sem nenhuma formação psicopedagógica. Por isso, oferecemos periodicamente a tal capacitação. Temos uma técnica que assessora esta área e que, em coordenação com a Direção Provincial da Educação, desenha e implementa programas de capacitação para professores, não só desta zona como também do distrito de Inhassunge, onde a Concern também está instalada.

Outro aspeto que se privilegia na capacitação dos professores é o conhecido programa do governo moçambicano, ‘Currículo local’<sup>24</sup>. Aqui trata-se de valorizar aquilo que a comunidade tem. Para o efeito foi desenhado um manual apropriado à realidade local (Gilbeiro Enoque, Sardinha Monade, facilitador).

**FIGURA N.º 3**



Foto do autor

---

<sup>23</sup> O autor participou em três sessões de capacitação ministradas pela técnica assessora Dr. Ivete, no Posto Administrativo de Micaune e no distrito de Inhassunge. Nas duas sessões ministradas em Micaune participaram vinte e oito (28) professores, dos quais apenas cinco eram professoras.

<sup>24</sup> O “Currículo” local trata-se de um novo programa do Ministério da Educação que inclui no ensino básico as línguas locais, de forma a permitir que as crianças aprendam a matéria na própria língua. Além da língua portuguesa, que é a língua oficial, leciona-se numa forma obrigatória a língua inglesa. No currículo local, o professor assume o papel de moderador, pois pressupõe-se que os alunos possuem algum conhecimento, embora ainda não sistemático. Tem-se em conta o progresso semi-automático das crianças que se revelam hábeis numa classe, permitindo assim que a mesma possa fazer duas classes no mesmo ano.

Para a Associação Rural de Ajuda Mútua (**ORAM**), que opera na Zambézia desde 1995, a consulta comunitária antes de qualquer projeto de desenvolvimento é fundamental:

“Na parceria para o desenvolvimento privilegiamos a participação ativa da comunidade. Nós entendemos que não deve haver imposição nas escolhas. São as pessoas que devem dizer nós queremos isto ou aquilo. São as populações que devem identificar as suas necessidades. É verdade que na maioria dos casos nota-se falta de conhecimento. Mas isto não isenta a presença da comunidade.

O nosso trabalho específico é ajudar os camponeses, os chamados pequenos agricultores a desenvolverem as suas atividades em prol do desenvolvimento da comunidade. O diagnóstico participativo local é realizado conjuntamente com este grupo concreto. Quando falamos do desenvolvimento local não estamos a olhar para melhoramento de estradas, a construção de infraestruturas ou de construção de escolas. Falamos especificamente daquilo que as pessoas, quando amanhece, vêm ao seu redor e vêm como devem usar melhor para o seu bem. Estamos a falar de machambas, de florestas, de aviários, de pescas. Trata-se de saber como investir localmente para que eles possam avançar na vida. São os pequenos produtores que identificam, na sua área, os problemas e os obstáculos que não lhes permitem desenvolver-se.

Só depois do diagnóstico, a ORAM compromete-se a dar uma assistência técnica concreta. É aqui que se define a nossa organização, como uma organização de ajuda para o desenvolvimento rural. Entendemos que o desenvolvimento não deve à comunidade, mas ele deve partir dela.

Um outro aspeto é a sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento. A ORAM está consciente de que não vai permanecer eternamente naquela zona concreta. Por isso é que o nosso pilar é a formação da comunidade: educação cívica, delimitação de terras, etc. Só depois deste processo é que começamos com o investimento. Isto permite uma aproximação mais responsável porque a comunidade já está envolvida em todo o processo.

Hoje existem comunidades conscientes do processo de desenvolvimento, de forma que são capazes de recusar propostas de privados, que fazem propostas aliciantes, mas sem garantias sustentáveis para a própria comunidade.

O nosso trabalho não é de impedir a entrada de investimento, antes pelo contrário; o nosso trabalho é de preparar a comunidade para saber receber o investimento. Este pode ser interno ou externo, o que importa é que encontre a comunidade preparada para recebê-lo convenientemente” (Lourenço Inácio Duvane, Delegado da ORAM na Zambézia).

Considerando as palavras do facilitador da Concern e do delegado da ORAM, pode inferir-se que, mesmo que se induza um processo de desenvolvimento de modo exógeno, ele só se realiza no concreto de modo endógeno. Por outras palavras, pode mobilizar-se a comunidade em torno de um projeto desenhado no exterior (na capital do país, para Zambézia), contudo para executá-lo vai ser necessário a adesão e a participação das pessoas locais; torna-se essencial que eles o interiorizem como seu, doutra maneira não funciona. Urge quebrar o círculo vicioso do centralismo na planificação, nas decisões e na implementação, e acreditar na capacidade dos agentes locais de planificarem e gerirem o seu próprio desenvolvimento. A comunidade deve sentir-se comprometida e os seus líderes têm uma tarefa acrescida nesse sentido.

### **2.3 - O desenvolvimento local e as lideranças locais**

Os conceitos de Desenvolvimento Local e Endógeno discutidos na primeira parte deste estudo evidenciaram, sobremaneira, o envolvimento da comunidade local em todo o processo de desenvolvimento. O que significa que o DLE não é um resultado automático do crescimento económico. Ele é acima de tudo o resultado das relações humanas, das escolhas que as pessoas podem fazer para alcançar uma melhor qualidade de vida (Sen, 2003, pp. 50-52).

Para o DLE é imperioso identificar as lideranças locais. Não apenas aquelas pessoas que ocupam oficialmente cargos de direção, mas também os formadores de opinião, isto é, aqueles que são capazes de influenciar o modo de pensar e de agir das pessoas. Um dos entrevistados, na qualidade de líder da comunidade, apontou a sua função de sensibilizador como fulcral em todo o processo de desenvolvimento.

“Nos últimos cinco anos, o Posto Administrativo de Micaune acordou. Graças à Concern, as nossas Associações Comunitárias de Base estão bem preparadas para agir como deve ser. Temos também Conselhos de Escola, uma organização-dinâmica, que antes não tínhamos. Eu sou um dos líderes. Nós recebemos da

Concern formação acerca de como fazer, para que a nossa Ilha possa sair da pobreza absoluta em que se encontra. As outras ONG, como por exemplo a Welthungerhilfe (WHH) da Alemanha, nunca consultaram a comunidade. Vinham aqui e diziam: construam esta ponte e em troca recebem comida. As pessoas não tomavam a peito o que faziam. Não se identificavam com o projeto, embora fosse para o desenvolvimento do nosso posto administrativo. Veja que eles foram embora e as pontes desabaram.

A Concern não manda construir, ela forma os líderes da comunidade e estes, por sua vez, mobilizam a população e explicam como deve ser encarado o desenvolvimento. E a população acata e assume as propostas dos líderes. Hoje, a população constrói pontes como suas e como parte do processo do desenvolvimento.

Repito que a sensibilização da população é importante. É necessário consultar a comunidade e deixar que ela seja o sujeito principal do desenvolvimento. Contudo, a população entra no jogo se for um daqui a incentivar as pessoas (António Mugawanha, líder de Conselho de escola).

O que ficou acima referido vai de acordo com a ideia de Paula, segundo a qual as lideranças da comunidade devem merecer uma especial atenção, porque constituem os potenciais protagonistas das mudanças exigidas pelo processo do desenvolvimento local (Paula, 2008, p. 19). Este argumento é amplamente defendido por um dos entrevistados, na sua qualidade de formador das lideranças locais:

“Nós, da ORAM, quando chegamos a uma localidade, procuramos, antes de tudo, entrar em contacto com todas as autoridades, nomeadamente régulos, *samassouas*<sup>25</sup>, secretários e outras pessoas influentes. Com eles fazemos o diagnóstico, com eles traçamos o plano de ação e, nunca à margem deles, executamos os projetos para o desenvolvimento da localidade.

Identificadas as necessidades, cada régulo e outros líderes indicam o momento do arranque dos programas estabelecidos. E a partir do momento em que os líderes entram e ficam entusiasmados com os programas, então convidamos os beneficiários, isto é, entramos em contacto permanente com a comunidade.

---

<sup>25</sup> *Samassoa* é o título que se atribui ao régulo coordenador duma povoação.

Uma outra metodologia que usamos e que se mostra eficiente é convidar os colaboradores comunitários como testemunhas da eficácia dos projetos. Trata-se de grupos de camponeses da comunidade **A** que já passaram pelo mesmo processo e que podem ser testemunha na comunidade **C**. Quando um camponês da comunidade **A** diz ao outro da comunidade **C**, que, meu amigo, o programa **X** ou **Y** é bom, viável e eficaz, então não há receios e é toda a comunidade **C** que adere. Nós, até certo ponto, somos estranhos. Mas quando é um outro camponês a dizer nós fizemos este tipo de trabalho e aquilo que vocês vêem na nossa comunidade começou assim e deu bons resultados, então é muito fácil. A palavra-chave é participação. Este é o nosso método. Sem estas lideranças que, na prática, são as protagonistas de mudança, é difícil induzir o desenvolvimento local e endógeno” (Lourenço Inácio Duvane, Delegado da ORAM na Zambézia).

O grau do envolvimento dos líderes da comunidade nos processos de desenvolvimento, tal como o autor teve ocasião de observar, é tão elevado, que confere uma relevância especial ao protagonismo local, fenómeno pelo qual a comunidade se reconhece como sujeito do seu próprio destino, tornando-se no ator social.

Nesta linha de pensamento, percebe-se a conceção de Paula (2008) sobre a cooperação das ONG e das ACB. Em sua opinião, a parceria entre Governo local e Sociedade civil /Comunidade local, que se reflete no planeamento participativo e na gestão compartilhada, leva a concluir que o desenvolvimento é um tema que transcende todas as esferas de relacionamento humano e depende do conjunto das relações sociais, não sendo determinado pelos interesses específicos e particulares de uma ONG ou da ACB ou ainda da Comunidade local isoladamente, por mais organizada que seja.

#### **2.4 - O desenvolvimento e o empreendedorismo local**

Cientistas como Drucker (1985), Casson (1987) entre outros, dão conta de que a palavra ‘empreendedorismo’ foi criada para referir-se às ações conduzidas pela pessoa que move recursos económicos de qualquer natureza, de uma área de menor retorno, para uma área de maior produtividade e melhores resultados. Na conjuntura do tema em estudo, inclui-se o ensino do empreendedorismo como fator para o desenvolvimento. Nesta perspectiva, contemplam-se aspetos historicamente ligados à atividade

empreendedora, nomeadamente risco, incerteza, inovação, perceção, processo decisório e mudança.

Entre os muitos mencionados por aqueles autores destacam-se a habilidade e o interesse do indivíduo, quer independente ou inserido numa organização, como essenciais para o empreendedorismo. Um dos entrevistados fez notar que:

“O desenvolvimento local e endógeno deve ser uma oportunidade de incentivar empreendedores locais a demonstrar o quanto valem. Localmente, existem jovens que, apesar de não serem muitos, são capazes de identificar e criar novas oportunidades de negócios, têm ideias que poderiam ser aproveitadas para introduzir no mercado. Eu penso que no empreendedorismo não importa quem é o agente empreendedor, como aliás até aqui se tem verificado, mas, sim, como, ou até que ponto, as suas ações resultam para o benefício da comunidade onde ele está inserido.

As nossas parcerias deveriam privilegiar, acho eu, o aspeto da educação em empreendedorismo. Num passado muito recente, pensava-se que não podia ser ensinado. A alegação era de que os empreendedores nascem com características especiais que favorecem o sucesso no mundo dos negócios. Por outras palavras, que o empreendedorismo é uma vocação; nasce-se empreendedor. Mas a prática, pelo menos aqui na Zambézia, mostra que o sucesso nos negócios depende também de muitos fatores, sejam eles internos ou externos. O empreendedorismo tem a ver também com a cultura do empreendedor (Lourenço Inácio Duvane, Delegado da ORAM na Zambézia).

Saini defende que o empreendedorismo pode ser ensinado e refere-se à promoção do espírito empreendedor na sociedade como uma das questões pilares do desenvolvimento económico. Este autor vai mais longe e considera que os países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, não podem subsistir sem uma considerável população de empreendedores, dispostos a correr riscos, a adotar novas tecnologias e competir, gerando emprego e crescimento nas suas comunidades. A educação empreendedora é fundamental, de tal forma que deve ser dada às crianças na Infância (Saini, 2001, p. 23). Dolabel concorda com Saini ao declarar que “a educação empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque diz respeito à cultura, que tem o poder de induzir ou inibir a capacidade empreendedora” (Dolabela, 2003, p. 15).

“No tempo colonial havia, sobretudo nas Missões católicas, escolas de artes e ofícios onde se inculcava nas crianças, desde o início da educação, valores empreendedores. E isto preparava os jovens para as transformações no mercado de trabalho. Com a independência tudo mudou. O ensino politécnico foi praticamente abolido. Moçambique passou a ter estudantes orientados para o emprego-salário e hoje muitos jovens não estão preparados para se inserir profissionalmente no mercado de trabalho de forma autónoma. Felizmente a democracia está a trazer benefícios nesse sentido. Hoje já existem escolas de artes e ofícios e institutos politécnicos. Mas estamos no início. A cultura do empreendedorismo é fundamental se queremos um DLE sustentável” (Lourenço Inácio Duvane, Delegado da ORAM na Zambézia).

### **3 - O desenvolvimento local e o combate a pobreza absoluta**

A província da Zambézia, como ficou anteriormente elucidado, é uma das mais pobres de Moçambique. A definição que se dá da pobreza é aquela apresentada pelo Banco Mundial em 1990, segundo a qual, “os pobres são aqueles que não são capazes de assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas para a sua subsistência” (Ugá, 2004, p. 56).

Ciente deste conceito, Moçambique pretende combater e vencer a pobreza de modo que “todo o Moçambicano seja capaz de assegurar com o seu trabalho um conjunto de condições básicas para a sua subsistência e bem-estar com dignidade” (Guebuza, 2006, p. 7).

Como estratégia, o Governo de Moçambique desenhou um Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta, conhecido por PARPA<sup>26</sup>. Houve assim o PARPA de

---

<sup>26</sup> PARPA – Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta. Foram desenhados dois PARPA, nomeadamente o de 2001-2005 e de 2005-2009. O primeiro visava reduzir significativamente os níveis de pobreza absoluta de 70% da população total para 50% em 2010. Este dispositivo baseava-se em seis prioridades que visavam assegurar um processo de desenvolvimento inclusivo: 1º educação e infra-estrutura sanitária básicas; 2º desenvolvimento agrícola e rural; 3º infra-estrutura de transportes e comunicações, incluindo estradas, caminhos-de-ferro e portos, serviços de cabotagem, serviços postais e de telecomunicações; 4º criação de um ambiente empresarial favorável através de reformas fiscais e de políticas de promoção de investimento, 5º boa governação e 6º estabilidade macroeconómica e financeira.

2001-2005 e o de PARPA de 2005-2009. O objetivo primordial da política económica era promover um crescimento, forte e de base alargada, que seria acompanhado com a redução da pobreza. Será que estas estratégias tiveram impacto na vida real das populações, sobretudo as mais desfavorecidas? Uma das entrevistadas observa que a ideia de pobreza deve ser abrangente, por não se tratar apenas de um fenómeno socioeconómico:

“A Zambézia é rica de recursos. As populações são pobres porque não sabem aproveitar o que têm para se desenvolver ou melhor não se criam oportunidades para que as populações descubram as suas potencialidades e capacidades. Por isso que para mim, a pobreza não é simplesmente a falta de bens primários, mas também a falta de capacidade para aproveitar as oportunidades existentes” (Cândida Luís Quintano, Diretora Executiva da NAFEZA).

Durante a sua pesquisa, o autor presenciou, no posto administrativo de Micaune, no distrito do Chinde e na localidade de Mocubela, no distrito da Maganja da Costa, cenas de pobreza que são resultado de um autêntico bloqueio psicológico.

Na localidade de Mocubela, por exemplo, há florestas densas, minérios e terra substancialmente fértil. Mas a população vive na pobreza extrema. Com possibilidades de extrair madeira, não existem portas nas escolas e as crianças nem sequer têm carteiras para se sentarem. Os poucos carpinteiros locais não têm carpintarias. São pessoas já derrotadas. Um deles, sem carpintaria, descreveu a sua e a pobreza dos seus conterrâneos nos seguintes termos:

“Sinto-me derrotado. Acumulei na minha vida muitos fracassos. Nós aqui nascemos pobres. Como vê, nós vivemos em palhotas e a nossa alimentação não é das melhores. Eu e muitos da minha idade (41) não tivemos acesso à escola. Isto de carpintaria aprendi com o meu tio, irmão da minha mãe. Nunca frequentei uma escola profissional. E é por isso que não consigo trabalho. Aos 32 anos consegui um trabalho na escola secundária, na sede do distrito. Reparava portas, janelas e carteiras danificadas. Mas também não era bem pago. Sempre disseram que eu não tinha formação; e é verdade. Como vê eu entendo português mas não sei falar bem. Este pouco aprendi quando trabalhava como estivador no porto de Quelimane. A vida em Quelimane não é fácil. Se não falas

português, és discriminado. És simplesmente ignorado por todos. É por isso que voltei para a minha terra. Prefiro morrer na minha pobreza, porque pobre nasce pobre e morre pobre” (Artur Bonifácio Muitucula, carpinteiro, desempregado).

FIGURA N.º 4



Foto do autor

Como se pode constatar, a pobreza produz pessoas que se rendem ao conformismo, que, a pouco e pouco, por causa do medo de novos fracassos, desistem de sonhar e de lutar. Portanto, combater a pobreza é mais do que assegurar um conjunto de condições básicas para a subsistência do pobre e seus dependentes. Combater a pobreza é criar condições para que o pobre seja capaz de participar ativamente nos processos do desenvolvimento como o ator principal.

O combate e a erradicação da pobreza não se reduz apenas a uma declaração de boas intenções, mas, como indica Fátima Roque, “exigem medidas concretas de natureza socioeconómicas aplicadas de forma continuada e competente” (Roque, 2007, p. 83). Estas, no entanto, devem ser inclusivas.

Na sua Encíclica, *Centesimus Annus*, João Paulo II escreve:

“Os pobres pedem o direito de participar no usufruto dos bens materiais e de fazer render a sua capacidade de trabalho, criando assim um mundo mais justo e mais próspero para todos. A elevação dos pobres é uma grande ocasião para o crescimento moral, cultural e até económico da humanidade inteira” (CA, nº 28).

Apesar de se referir aos países ricos em relação aos pobres numa dimensão global, a afirmação pode ser aqui aplicada para enfatizar o que ficou sublinhado nos dois parágrafos anteriores.

O Banco Mundial, em *Quality of Growth*, refere três aspetos correlacionados com a redução de pobreza em países em desenvolvimento, durante o período de 1981-1998. O que implica dizer que aquela está estreitamente associada ao aumento da literacia, à diminuição de desigualdade de rendimentos e ao crescimento do PIB, cujo papel em todo o processo da redução de pobreza é salientado pelo Banco Mundial: “o crescimento do PIB está positivamente associado à redução da pobreza, à redução da desigualdade de rendimentos, à redução da mortalidade infantil e ao crescimento da esperança de vida” (World Bank, 2000, pp. 3-4).

Na sua obra *O Banqueiro dos Pobres: o microcrédito e a luta contra a pobreza no mundo*, Yunus é da opinião de que combate da pobreza passa necessariamente pela redefinição da noção de desenvolvimento. Na sua linguagem:

“A eliminação direta da pobreza devia ser o objetivo de qualquer auxílio ao desenvolvimento. Este devia ser visto como uma questão de direitos humanos, e não como uma questão do crescimento do PNB, em que se assume que o crescimento da economia nacional é benéfica para os pobres.

É a própria noção de desenvolvimento que deve ser redefinida. Por desenvolvimento deve entender-se uma alteração concreta da situação económica da metade mais pobre da população numa dada sociedade” (Yunus, 2008, p. 36).

Para Amartya Sen, como se discutiu no primeiro capítulo deste estudo, o crescimento do PIB e um conjunto de condições básicas para a subsistência não podem ser os únicos objetivos de políticas de combate à pobreza. É extremamente perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de bens básicos para a subsistência e daí justificar investimentos em educação, serviços, com a alegação de que são bons meios para a redução da pobreza, como acontece em Moçambique em geral e na Zambézia em particular. Isso seria confundir os fins com os meios.

Os depoimentos dos entrevistados e a discussão em redor das opiniões dos autores consultados, levam-nos a definir pobreza como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm (Sen, 2003, 25). A expansão das potencialidades e capacidades humanas e cultivo do espírito

empreendedor enquadram-se justamente nesse ponto. É necessário não esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar em paralelo com a expansão das produtividades e do poder de auferir o rendimento.

Combater a pobreza é, acima de tudo, criar condições para que as pessoas cultivem a auto-estima, descubram as suas potencialidades e nutram o espírito empreendedor. Mas isto só será efetivo se todas as políticas para esse fim tiverem em conta o grande objetivo do DLE, que é aquele de tornar as pessoas e as comunidades locais capazes de promoverem o seu próprio desenvolvimento (Dolabela,2003; Paula, 2008).

Assente nas teorias de Amartya Sen sobre o desenvolvimento, pode defender-se que o DLE reclama a remoção das principais fontes de privação da liberdade, designadamente, pobreza, carência de oportunidades económicas e interferência excessiva do tipo centralista. A condição das pessoas livres é fundamental para o desenvolvimento, porque só uma pessoa livre pode fomentar o seu desenvolvimento.

A promoção do desenvolvimento passa necessariamente pelo conhecimento dos deveres e direitos. O Núcleo das associações femininas da Zambézia, entre muitas tarefas, aposta na formação da mulher nesse sentido:

“Neste ano de 2011, por exemplo já executamos programas no âmbito da formação da mulher, tais como, Direito e Cidadania, Direito à Justiça. O objetivo do primeiro programa era contribuir para a consciencialização da mulher e a disseminação da democracia participativa, mediante a educação para a cidadania. O segundo programa visava contribuir para o desenvolvimento da vida cidadã e o acesso à Justiça. Tivemos alguns resultados encorajadores. Repare que apesar da escassez de meios, no espaço de seis meses, entre Janeiro e Junho, capacitamos 450 mulheres provenientes das associações que constituem na NAFEZA e partilhámos com elas a questão dos direitos humanos e direitos das mulheres (Advocacia).

Além das tarefas acima fazemos advocacia na comunidade, estivemos envolvidos nas já aprovadas Leis, nomeadamente a da Família e na lei contra a violência doméstica e fazemos plataformas de trabalho com as instituições governamentais que devem fazer atendimento dos casos de violência doméstica” (Cândida Luís Quintano, Diretora Executiva da NAFEZA).

Este relato revela a importância do envolvimento da mulher nos procedimentos do DLE, o que implica a correta integração da questão do gênero em todo processo do crescimento social. A este propósito, Fátima Roque cita a diretora-executiva do Fundo das Nações Unidas para a População e dá conta de que enquanto as mulheres não gozarem por inteiro os seus direitos, o papel da mulher na luta contra a pobreza será deficiente (Roque, 2007, p. 119).

#### **4 - O papel da mulher no combate à pobreza e no DLE**

A participação da mulher, sobretudo da mulher pobre como a da Zambézia, no combate à pobreza e no Desenvolvimento Local e Endógeno é de primordial relevância, pois, como afirma Yunus, ela tem uma visão mais ampla e está disposta a trabalhar mais para escapar à sua situação, porque é ela quem mais sofre, além de ser mais atenta e mais preocupada em assegurar um melhor futuro para os filhos (Yunus, 2008, 126).

Amartya Sen dá conta de que as mulheres já não são recetores passivos de ajuda para o aumento de bem-estar. Elas são, hoje, atores intervenientes na mudança: “promotores dinâmicos de transformações sociais que podem alterar as vidas quer das mulheres quer dos homens” (Sen, 2003, p. 201).

“A Kukumbi aposta na mulher, no combate à pobreza, porque estamos cientes, sobretudo aqui na Zambézia, de que é ela que cultiva a terra, faz a machamba para garantir o essencial para alimentação da família. No tempo da seca ou no tempo das cheias em que não há produção, os produtos escasseiam e a subnutrição atinge-a de maneira particular. Em primeiro lugar, é ela quem mais sofre e, muitas vezes, esta situação afeta negativamente a sua maternidade e, como é, óbvio, também o seu futuro filho” (Ângelo Amaro, Diretor Executivo da Kukumbi).

Aqui percebe-se que a preocupação daquela ONG, no aspeto do envolvimento da mulher no DLE em concreto, é inverter e aperfeiçoar o seu estatuto social na Zambézia, garantindo-lhe um maior acesso aos cuidados de saúde e à educação. Só assim, como indica Yunus, “poderá desempenhar plenamente o seu papel no aumento da produção, pois torna-se agente privilegiado do desenvolvimento” (Yunus, 2008, p. 126).

Na sua parceria para o combate à pobreza em prol do Desenvolvimento Local e Endógeno, a CELIM tem levado a cabo projetos de microcréditos beneficiando sobretudo mulheres jovens de poucos rendimentos.

“A CELIM privilegia as mulheres porque são elas que mais lutas fazem para manter as famílias e investem para os estudos dos filhos. Nos mercados e em cada esquina da cidade encontra mulheres a vender, a fazer pequenos negócios. Os homens preferem grandes negócios. Não são capazes de arriscar. Mais ainda, o dinheiro gerido por uma mulher beneficia toda família, enquanto o que é gerido por um homem acaba na bebedeira.

Os resultados dos créditos são hoje visíveis: muitas delas já têm as suas casas cobertas de chapas de zinco e já dormem em camas com colchões; sem contar com o melhoramento da alimentação.

Quem investe numa mulher investe no desenvolvimento local e sustentável da comunidade” (Eng. Marcos, Chefe dos projetos na Zambézia)<sup>27</sup>.

Olhando para o papel desempenhado pela mulher Zambeziana nos cuidados básicos da comunidade local, pode considerar-se que ela é um agente privilegiado do desenvolvimento. Excluí-la seria mutilar o objetivo do DLE, que é o de tornar as pessoas capazes de promoverem o seu próprio desenvolvimento.

A mulher moçambicana, em geral, e a zambeziana, em particular, sempre desempenhou um papel importante na construção do país. Uma das entrevistadas faz memória de livros, jornais e revistas que descrevem situações concretas, onde o papel da mulher foi relevante.

“Quando se diz que o Desenvolvimento Local e Endógeno deve ser promovido pela comunidade local, deve ter-se em conta os que constituem essa comunidade. Ela é constituída por homens e mulheres. A mulher moçambicana percebeu desde sempre esta realidade.

Conto factos marcados pela história que demonstram que a mulher moçambicana sempre teve um papel imprescindível na construção de Moçambique. A greve de Buzi na Beira, realizada em 1947, é um exemplo.

---

<sup>27</sup> O Eng. Marcos deixou a Zambézia e está na província de Manica; continua a exercer as mesmas funções que desempenhava na Zambézia.

Tratou-se de um movimento grevista que incluiu 7.000 mulheres que se recusaram ao cultivo de algodão, queimaram as sementes e participaram em outras ações contra as concessionárias algodoeiras, obtendo a isenção deste trabalho para as mães grávidas e para as mães com crianças de 4 anos de idade. Foi uma luta contra o colonialismo.

Um outro exemplo é o do papel da mulher na libertação do país. Josina Machel e muitas outras mulheres pegaram em armas para lutar contra o colonialismo. A iniciativa partiu das próprias mulheres. Em 1965 um grupo de camponesas solicitou um treino militar à FRELIMO, com a intenção de defender as populações que se encontravam sob sua responsabilidade, tornando-se assim o primeiro Destacamento Feminino.

A FRELIMO quis, em 1966, ampliar a luta armada para todo o país e tornar autónomo o movimento. Mas para o alcance destes dois objetivos, considerou como imprescindível o desenvolvimento da produção, nomeadamente, agricultura, indústria artesanal e comércio, um aspecto que já fazia parte das atividades desempenhadas pelas mulheres, pois, em todo Moçambique, a agricultura e o comércio ambulante era e continua a ser responsabilidade feminina.

Tenho na memória uma entrevista, que li na revista *Tempo* de Fevereiro de 1984, feita ao Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO. Indagado sobre as origens da sua dedicação pelos outros, disse que desde criança aprendeu junto das mulheres da sua localidade, as quais eram primeiras e únicas responsáveis pela garantia da sobrevivência das famílias, pois os seus maridos migravam para as minas da África do Sul” (Cândida Luís Quintano, Diretora Executiva da NAFEZA).

Em conformidade com o depoimento da entrevistada depreende-se que a participação da mulher não era apenas garantida nas tarefas de execução, mas também nas de liderança. Se a mulher de ontem se empenhou na luta armada e liderou movimentos de mobilização do povo e de produção para alimentar os combatentes, a de hoje e de amanhã empenhar-se-á também no desenvolvimento local e endógeno.

## **Síntese**

A cooperação das ONG para o desenvolvimento local e endógeno na Zambézia deixa claro que o Governo local tem um papel fundamental (como o principal responsável) na resolução dos problemas. Mas, como os seus desempenhos ficam aquém das expectativas, tem de delegar responsabilidades de definição de políticas em instituições de solidariedade e transferir para elas meios acrescidos. Ora, delegar não é descartar obrigações; no entanto, ao deslocar uma parte das suas tarefas para o setor civil, o Governo local desfaz-se das suas responsabilidades de providenciar assistência permanente e prolongada aos mais necessitados, em particular àqueles que vivem nas zonas rurais, as ONG passam, assim, a substituir o Governo local na prestação de serviços públicos.

No desempenho da sua missão, a Direção Provincial da Ação Social e da Mulher da Zambézia constrói e viabiliza parcerias que garantem a aplicação de recursos públicos em ações que, no concreto, atendem às necessidades e prioridades da comunidade.

Para evitar que, na prestação de serviços públicos, as ONG se afastem dos objetivos da cooperação, o Departamento da Ação Social e da Mulher acompanha os programas, avalia e julga os resultados dos empreendimentos neles promovidos, de modo que o Governo local tome conhecimento dos frutos alcançados.

As experiências das ONG ora relatadas demonstram que o DLE na Zambézia é hoje um desafio para o Governo local e para a sociedade civil. Verificou-se que a noção do desenvolvimento local e endógeno, por ser polissémico, depende das visões do mundo e interesses dos diversos atores sociais, o que gera tanto a possibilidade de concordâncias, quanto de antagonismos em relação ao tema. E todas as ONG sugeriram, por isso, que é decisivo encontrar coletivamente respostas para a pergunta: desenvolvimento local e endógeno para quê e para quem?

A experiência das ONG na Zambézia demonstra a importância de tornar as pessoas e as comunidades locais capazes de agir sobre o seu próprio desenvolvimento. Esta convicção, além de ser o objetivo primordial de todas as ações em prol do desenvolvimento, é igualmente o critério que as norteia.

Partindo da abordagem conceitual já apresentada (na Parte I), na qual o DLE foi descrito como um modelo de desenvolvimento que pretende ser inclusivo e sustentável, constata-se que os métodos usados por todas as ONG na Zambézia são comuns, com algumas exceções. Os mais salientes são: a Identificação de parceiros locais, a chamada

consulta comunitária, a Mobilização da população local (privilegiar as lideranças locais) e a Identificação das necessidades locais (diagnóstico participativo).

As estratégias utilizadas na implementação dos programas para o desenvolvimento são também comuns, a saber: Consultas comunitárias, o que implica contactos diretos com a população no sentido de estabelecer diálogo sobre o contexto dos problemas e possíveis soluções; Formação e Capacitação pessoal e coletiva dos facilitadores e técnicos nas áreas da economia, cultura, política, direitos humanos e género, efetuadas com a participação ativa da comunidade local; Intercâmbio de saberes; Realização de acordos interinstitucionais; Assessoramento na elaboração de projetos de desenvolvimento, e Assistência técnica na implementação dos programas.

**PARTE III**

**AS REDES COLABORATIVAS NO CONTEXTO  
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ENDÓGENO**

## CAPÍTULO 1

### O CONCEITO DE REDE

O Desenvolvimento Local e Endógeno é um projeto político de transformação social, coletivo e inclusivo, situado no tempo e no espaço.

Se, por um lado, a definição ora concebida levanta a questão do fenómeno “Globalização” que, na prática, fomenta e materializa a exclusão social, como ficou evidenciado no capítulo III, por outro, deve dizer-se que o processo do DLE não deve prescindir da realidade da globalização.

Apesar de se definir o Desenvolvimento Local e Endógeno como inclusivo, capaz de se afirmar como alternativa aos modelos dominantes que se revelam concentradores de riqueza e do meio ambiente, não se deve, de forma alguma, cair no fundamentalismo das identidades culturais, nacionais ou locais. Deve, sim, mudar-se de paradigma: as ações isoladas devem dar lugar ao trabalho coletivo e às redes de cooperação, comprometidas com a inclusão política da comunidade local.

Ao propor-se a ideia de rede para as ONG na conjuntura do DLE na Zambézia tem-se em vista dois objetivos:

- Questionar os limites do conceito de organização em geral e das ONG em particular. Na verdade, por mais fortalecida e sustentável que seja uma organização, se não souber abrir-se para o exterior e procurar ideias, isso pouco significa. Muitas das ONG na Zambézia, pressionadas pelas necessidades das populações pobres, são levadas a concentrar esforços para resolver problemas pontuais (assistencialismo), desenvolvendo, assim, uma limitada compreensão dos fatores que restringem ou potencializam a sua capacidade de mudar a realidade.
- Repensar o conceito de projeto social. A supressão de práticas assistencialistas que, na prática, tornam os pobres cada vez mais pobres, depende da capacidade de conceber e implementar projetos inclusivos que promovam o protagonismo das comunidades mais carenciadas. Na Zambézia, por exemplo, a qualidade daqueles não pode resultar apenas do esforço interno de cada organização para planificar, acompanhar, avaliar e sistematizar as ações. Um projeto social

depende de apoios e articulações exteriores para se tornar um fator relevante de desenvolvimento comunitário. Por outras palavras, ganha maior eficácia quando é sustentado por redes colaborativas.

### **1- A natureza e papel das redes na sociedade globalizada**

A problemática do desenvolvimento local e endógeno tem encontrado na potencialidade da “Rede” o seu suporte. Esta tem sido considerada como um padrão organizacional por causa da sua flexibilidade, do dinamismo da sua estrutura, da democracia e descentralização na tomada de decisões e pela horizontalidade das relações dos seus membros. Oposta aos tipos de organização social nos quais o poder está centralizado numa pessoa, a rede pauta pela descentralização (Boltanski & Chiapello, 1999, pp. 192-198).

Segundo Castells, devido ao aumento da velocidade dos processos socio-productivos, as empresas emergentes foram obrigadas a criarem novas formas de projetarem os seus negócios com êxito, bem como a articularem os processos de contratação e emprego numa sociedade em constante mutação (Castells (2002, p. 300).

Para encarar as novas regras do jogo económico, bem como inter-conetar elementos díspares entre si na gestão empresarial, na macroeconomia e na sociologia, desenvolveu-se a ideia de “Rede”.

O conceito de “Rede” foi sempre utilizado na prestação de serviços designadamente, serviços de combustíveis, telefone, água, luz ou em organizações com acções deturpadoras da ordem estabelecida, nomeadamente assaltantes à mão armada, traficantes, corruptos etc. Também nos meios empresariais, hoje em dia, se recorre frequentemente a “Redes” como estratégia de concorrência ou controle de mercado. Na verdade, estas constituem a nova morfologia social das nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos, do poder e cultura (Castells, 2002, 302).

Tendo em conta o papel das redes no mundo moderno, torna-se evidente que é impreterível que as OGN, na Zambézia, se constituam em redes, sob pena de não conseguirem desenvolver certas capacidades coletivas. Contudo, o poder dos fluxos (Castells, 2002) não pode, de forma alguma, sobrepor-se ao interesse coletivo da redução da pobreza absoluta, mas deve torna-se um meio para alcançar este objetivo.

Segundo Isabel Carvalho Guerra a noção de “Rede” propõe-se descrever as dinâmicas entre parceiros, como um feixe de interações, onde nem as relações nem as entidades podem ser classificadas *a priori*. Citando Collon et al. aquela autora apresenta esta ideia.

“Como indispensável a todas as abordagens das formas de organização coletiva. Porque, para além de descrever as dinâmicas entre parceiros, pode significar entidades variadas, que vão desde uma estrutura simples a uma estrutura mais complexa, exprimindo formas de coordenação particular de agentes que não são nem as do mercado, nem as da hierarquia mas onde a variedade e a heterogeneidade são acompanhadas de um crescimento das interações e arrastam consigo a multiplicação das negociações de todo o tipo e a necessidade de compromissos” (Guerra, 2006, p.27).

Boltanski e Chiapello, na sua obra *El nuevo espíritu del capitalismo*, concebem a “Rede” como um instrumento que garante a realização do bem comum, enquanto espaço de partilha de informações, matéria do sujeito que quer atingir os seus objetivos. Para os autores, o ator empenhado no mundo de rede é um capital social, cujo valor aumenta na medida em que acumula, domina e movimenta o capital informação. E, no contexto de desenvolvimento local, o ator ideal é o que possui a capacidade de relacionar-se para manter-se na rede e compartilhar informações para o bem da empresa, numa relação onde o emprego depende da competência técnica, da capacidade de atuar em equipas flexíveis que se formam rapidamente em função de cada novo projeto de desenvolvimento (Boltanski & Chiapello, 1999, pp. 211-212).

Associado ao Desenvolvimento Local e Endógeno, o conceito de “Rede” apresenta-se como aquele que abarca elementos democratizantes, afirmando uma forma de fazer política baseada nos consensos, o que exige a eliminação dos obstáculos entre as organizações (Mance, 2003).

Articulada com a “Cooperação”, a formação de redes, segundo Villar, é um processo que pode ser desdobrado em vários níveis, a saber: micro, intermediário e macro. É micro, quando as parcerias se fazem entre as próprias ONG; é do nível intermédio, quando há formação de vínculos entre aquelas e outras organizações, por exemplo associações de camponeses rurais, liga dos direitos humanos; é do nível macro, quando as parcerias são de carácter intersectorial, envolvendo órgãos públicos e instituições da sociedade civil para a definição de políticas de desenvolvimento (Villar, 2004, p. 20).

Assim, a “Rede” é constituída como uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, robustecendo-se reciprocamente. Podem multiplicar-se em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto, na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se ou manter-se em equilíbrio sustentável (Boltanski & Chiapello, 1999; Villar, 2004).

A vantagem de se estabelecerem redes para as ONG na Zambézia é a de se criarem relações que se anteponham à cultura baseada nos vínculos de dependência e na tradição hierárquica, muito presentes no manuseamento das questões do desenvolvimento local e endógeno em Moçambique, em geral, e na Zambézia em particular<sup>28</sup>. Pretende-se relações abertas que permitam que as informações possam ser compartilhadas por todos e que favoreçam a formação de uma cultura de participação democrática e co-responsabilidade (Boltanski & Chiapello, 1999, 113).

## **2 - Redes colaborativas**

Nos processos de Desenvolvimento Local e Endógeno figuram um conjunto diferenciado de agentes que, constituídos em rede, podem ser distinguidos quanto à localização das suas atividades e práticas, ao caráter da propriedade dos ativos e do emprego da mão-de-obra, às áreas de atuação na atividade económica e ao processo de organização e representação política (sindicatos – patrões e de trabalhadores, movimentos sociais, associações empresariais, consumidores, ambientalistas, ONG, entre outros) (PNUD, 1999).

Neste contexto pode dizer-se que, quando se reflete sobre o Desenvolvimento Local e Endógeno, é preciso considerar a amplitude e o caráter do leque dos sujeitos

---

<sup>28</sup> O tratamento das questões sociais, nomeadamente do desenvolvimento local e endógeno em Moçambique, é ainda vinculado na tradição hierárquica que se manifesta no centralismo. Uma ONG fundada fora da capital do país desenvolve-se menos e mais lentamente em comparação com a que surge na capital. E uma ONG que funciona como Delegação numa das províncias, isto é, fora da capital, só subsiste se estiver hierarquicamente ligada à sede de onde recebe ordens. Alguns trabalhos de campo e algumas entrevistas só foram possíveis depois de uma autorização prévia das instâncias superiores instaladas na capital do país – Maputo. As delegações nas províncias são autênticas estafetas telecomandadas pela hierarquia.

envolvidos e não excluir a dimensão de conflito como um processo intrínseco à constituição desse novo espaço<sup>29</sup>.

Segundo Boltanski & Chiapello, no processo de transformação da forma de organização e representação dos interesses, a conjuntura da rede impõe que os atores já integrados dialoguem, colaborem com os outros não diretamente integrados, mas também com o próprio grupo que representam, de forma a garantir a sua legitimidade como porta-vozes. Este processo clama pela extinção das barreiras entre as organizações, entendidas muitas vezes e numa forma homogénea como capital social (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 112-113). A não colaboração dos intervenientes sociais, pode votar o processo de desenvolvimento local e endógeno a um fracasso total.

A rede colaborativa é definida por Villar como “um processo de captação, articulação e otimização de energias, recursos e competências, capaz de gerar um sistema de relacionamentos que organiza indivíduos e instituições de forma igualitária, em torno de uma agenda comum de carácter público” (Villar, 2004, pp. 19-20).

Este sistema pode adequar-se à realidade das ONG na Zambézia porque se diferencia de outros tipos de rede, tais como a rede virtual ou a rede temática, amplamente concebidas por Castells, nos quais os membros se reúnem a partir de interesses variados, mas não necessariamente vinculados ao diagnóstico e implementação de ações voltadas para a melhoria das condições de vida das populações, num território determinado.

Na visão de Villar, a rede colaborativa pode, ao nível micro, estimular o estreitamento de vínculos entre as ONG e, nos níveis intermédio e macro, fomentar a formação de alianças com outras organizações, empresas privadas e órgãos públicos dos poderes executivo, legislativo e judiciário (Villar, 2002, 13).

Olivieri defende as redes colaborativas e evidencia o seu dinamismo. Para este autor:

“As redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos comuns e/ou agendas comuns. Como estruturas flexíveis e cadenciadas, as redes estabelecem-se por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo. As redes sustentam-se pela vontade e finidade dos seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso

---

<sup>29</sup> A constituição da rede também se pode fazer pelo lado governamental, nas diferentes escalas (provincial, municipal e distrital) – intra e entre os ministérios ou secretarias que o integram. Echeverri (200).

organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social” (Olivieri, 2002, p. 47).

O caráter dinâmico das redes colaborativas permite que elas sejam um espaço de diálogo e formação de consensos; um espaço em que a capacidade de argumentação prevalece sobre as relações hierárquicas e interesses corporativos; um espaço em que as relações são baseadas no respeito pelas singularidades e na autonomia de cada instituição participante (Olivieri, 2002, 23).

Arendt, na sua obra *O poder e a violência*, considera que as redes devem operar num modelo de ação comunicativa, na qual o poder resulta da aptidão humana de agir ou de fazer algo, de unir-se a outros e atuar em concordância com eles. Esta perspectiva contrapõe-se ao modelo instrumental de gestão e tomada de decisão, que se baseia, essencialmente, na capacidade de se manipular meios ou aplicar sanções que possam influenciar o comportamento alheio. Dito por outras palavras: trata-se do contraste entre os modelos comunicativo e instrumental. Enquanto, neste modelo, os agentes, em regra, competem num determinado espaço social ou mercado com vista ao próprio sucesso, no comunicativo os participantes estão orientados para alcançar consensos de forma não-coerciva. Ora isto não significa que as redes colaborativas não devam contar com um esquema de governação ou gestão. Pretende-se, não qualquer esquema de gestão rígido e centralizado, mas sim flexível e participativo (Arendt, 2001, pp. 51-53).

Daqui pode inferir-se que a construção de redes colaborativas deve ser encarada como um processo gradual e inclusivo, de modo que algumas tendências sejam, a pouco e pouco, ultrapassadas. No concreto, para as ONG na Zambézia é urgente abandonar:

- O espírito individualista, que leva muitas delas a atuarem com base no esforço e no sucesso individuais, em detrimento do espírito colaborativo<sup>30</sup>.
- O espírito paternalista de desenhar projetos de desenvolvimento social para a e não com a comunidade, perpetuando, assim, a cultura assistencialista<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Ângelo Amaro (Diretor Executivo da Kukumbi), um dos entrevistados, mostrou-se preocupado porque as parcerias no nível micro (entre as ONG) na Zambézia são muito deficientes ou quase inexistentes.

<sup>31</sup> Gibeiro Enoque (Facilitador da **Concern Worldwide** em Micaune), queixou-se do paternalismo criado pela ONG alemã **Welthungerhilfe (WHH)** que desenvolvia um programa conhecido por “**Comida pelo trabalho**”. Ela pagava dinheiro à comunidade que construísse a própria estrada, que construísse escolas para os seus próprios filhos. No dizer do entrevistado, “a comunidade ficou dependente daquela abordagem de modo que quando chegou a **Concern Worldwide** que privilegia o protagonismo da comunidade local, a própria comunidade precisou de algum tempo para se adaptar. Só depois de muitos foruns de capacitações é que a comunidade percebeu que desenvolvimento é também envolvimento”.

- o espírito de presunção, que consiste em encontrar os problemas em fatores externos ao território local e de subestimar os recursos e potencialidades locais como fontes para respetiva resolução.

### **3 - A transversalidade das redes colaborativas**

A comunicação transversal das redes colaborativas é fundamental, não só para a gestão das mesmas como também para a articulação necessária na parceria das ONG ao nível macro (com o Governo local).

O conceito da transversalidade foi desenvolvido por Felix Guattari para dar conta do equilíbrio das relações humanas e organizacionais. A transversalidade contrapõe-se tanto à ideia de verticalidade como à de horizontalidade. Na perspetiva daquele autor, trata-se de uma dimensão que pretende superar dois impasses, nomeadamente a pura verticalidade e a simples horizontalidade, e que tende a realizar-se quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos (Guattari, 2004, p. 72).

Ao privilegiar a ideia de transversalidade neste estudo pretende-se fomentar, nas ONG constituídas em redes colaborativas, a capacidade de diálogo, a formação de consensos em torno de prioridades coletivamente estabelecidos e a superação de visões hierarquizadas. Atendendo à sua realidade, as ONG na Zambézia só funcionarão em redes colaborativas se, como sugere Villar, tiverem em conta as seguintes exigências:

- Constituir-se como organismos abertos à participação de todos os setores vocacionados para a redução da pobreza, sem pretensões de substituir o Estado nas suas funções.
- Funcionar como um dispositivo não burocrático, disponível para formar novas parcerias, eficiente para disseminar informações e eficaz para mobilizar, otimizar e direcionar recursos.
- Dispor-se como um processo permanente e auto-regulado de mobilização, com capacidade de respeitar a identidade e a autonomia de cada ONG e de promover periodicamente a auto-avaliação da própria rede, como mecanismo de participação (Villar, 2004a, pp.19-20).

## Síntese

O que ficou discutido nesta terceira parte pode ser sintetizado nos seguintes termos:

- O desenvolvimento local e endógeno é produto de relações sociais, portanto depende da qualidade dessas mesmas relações.
- O conceito de “rede” é aplicável ao contexto do DLE, porque evoca uma organização não vertical, não centralizada, mas onde cada participante é autónomo e é capaz de tomar iniciativas.
- O DLE depende da construção das redes de agentes locais, redes de cidadãos, redes de protagonistas de mudanças políticas, económicas e sociais (Paula, 2008, p. 26).

No contexto das ONG como parceiras para o DLE, as redes podem ser facilitadoras de fenómenos como integração, cooperação e aprendizagem. A troca de conhecimentos e de experiências é frequentemente responsável pela inovação, que muitas vezes, só é possível pelas relações de aprendizagem resultantes das redes. Importante é não esquecer que a inovação é o principal fator de agregação de valor e de aumento da produtividade (Paula, 2008, pp. 43-44).

As ONG na Zambézia combinam várias atividades de diferentes setores, às vezes dentro do mesmo ramo, outras vezes de ramos variados. No entanto, se em parte a diversidade das atividades é uma opção das ONG internacionais, o mesmo não se pode dizer das nacionais, pois, para essas, isso implica a necessidade de obtenção de fundos para a realização de qualquer projeto.

Os fundos vêm das agências internacionais e das ONG estrangeiras que têm as suas próprias agendas e prioridades, frequentemente reduzidas por assuntos e questões que “vendem” nos seus países de origem. E, por causa da ausência de redes colaborativas nas ONG, assiste-se a situações por vezes caricatas. Por exemplo, uma jovem organização de técnicos-pecuários, que pretende prestar serviços nessa área aos camponeses, de repente entra num projeto de educação cívica para a prevenção do VIH/SIDA<sup>32</sup>. Ou, ainda, o caso duma organização, já adulta, estabelecida, vocacionada para o desenvolvimento da mulher rural, que passa a organizar seminários de capacitação das ONG.

---

<sup>32</sup> Na base do que se viu no campo e nos depoimentos analisados na segunda parte deste estudo, verifica-se que quase todas as ONG na Zambézia as especificidades estão no estatutos, pois, na prática, metem-se em áreas diversas.

Ao implementar os projetos julgados prioritários pelo doador, onde e quando este o acha conveniente, e na falta de redes colaborativas, muitas ONG nacionais terminam como empreiteiros de projetos para os quais a sobrevivência da organização e a garantia de emprego dos funcionários parecem ser o principal critério de execução. Por outro lado, por carência de redes colaborativas, na Zambézia assiste-se a situações de ONG estrangeiras, detentoras de fundos financeiros que chegam a ultrapassar o orçamento do Governo local<sup>33</sup>. Atuam como verdadeiras empresas para as quais o luxo parece ser o critério para desenvolver projetos, em todos os distritos da província e em todos setores de atividade. Algumas delas detêm frotas de viaturas novas, enquanto as nacionais não possuem sequer uma em segunda mão.

Ainda por falta de redes colaborativas, encontram-se ONG internacionais em que a abordagem “Consulta Comunitária” é praticamente nula. Implantam projetos insustentáveis, revelam atitudes de autêntico paternalismo, inibindo assim o protagonismo da comunidade local.

As populações pobres precisam não só de perceber que existe oportunidade, mas, sobretudo, fazer oportunidade e, acima de tudo, fazer-se oportunidade. É necessário perceber que para superar a condição de pobre, a chave são elas mesmas, mas numa forma organizada.

---

<sup>33</sup> O Diretor Executivo deplorava a falta de colaboração entre as ONG na Zambézia e apontava as ONG estrangeiras como aquelas que se fecham no seu gueto, talvez para não partilhar conhecimentos ou recursos financeiros. Nas suas palavras: “Nas reuniões anuais onde todas as ONG participam com o Governo local, algumas das estrangeiras apresentam orçamentos que ultrapassam o orçamento do governo local. Entretanto não se vêem resultados. O turismo parece ser o seu objetivo primordial” (Ângelo Amaro, Diretor Executivo da Kukumbi).

## CONCLUSÃO

A temática em estudo demonstrou que a Globalização atual é resultado da revolução científica e tecnológica que, para além de possibilitar o desenvolvimento das tecnologias de informação, também quebrou muitos paradigmas, nomeadamente os do tempo e espaço.

Ao definir-se **Desenvolvimento Local e Endógeno como um projeto político de transformação social, coletivo e inclusivo, situado no tempo e no espaço** pretende-se destacar características singulares que diferenciam o local, no universo da globalização. Trata-se do esforço que parte da descoberta, do reconhecimento e da valorização das potencialidades e oportunidades de cada território ou do território local.

Ao indicar que o DLE é coletivo, inclusivo, situado no tempo e no espaço, não se está a excluí-lo do fenómeno da globalização, mas, sim, a pôr em relevo o protagonismo da comunidade local. Não há desenvolvimento local sem protagonismo local.

Salientar o protagonismo da comunidade como essencial para o DLE é admitir que este seja produzido pelas pessoas e seja resultado das escolhas conscientes que ampliam as liberdades e as potencialidades locais. O protagonismo, por sua vez, inclui dois aspetos que também são fundamentais, a saber: o planeamento participativo e a gestão partilhada. Isto implica dizer que o envolvimento da comunidade para o seu próprio desenvolvimento depende da participação responsável no planeamento e na execução de todos projetos, sejam eles desenhados no exterior como no interior.

A participação responsável da comunidade local suscita duas atitudes sem as quais, na conjuntura da globalização, o DLE não é possível - a atitude empreendedora e a de cooperação.

Atitude empreendedora - O DLE concretiza-se quando na comunidade há a preocupação de cultivar e estimular o empreendedorismo. Isto significa que se desenvolvem com maior sucesso aqueles territórios onde existem pessoas ousadas, que se auto-estima e que são capazes de fazer acontecer os sonhos individuais e os da comunidade.

Atitude de cooperação - é imprescindível para o DLE porque bloqueia o espírito de competição que possa existir entre atores. A cooperação, no entanto, exige confiança. O conjunto de ambas produz organização e participação. Na verdade, só se participa em iniciativas coletivas na dialética da cooperação e confiança.

No caso das ONG que cooperam para o DLE na Zambézia, por exemplo, é a dimensão da confiança que pode aniquilar a tendência para trabalhar de forma isolada. Na verdade, quando uma organização se dedica, por si só, à prestação de serviços à comunidade ou quando busca melhorar a qualidade desses serviços, sem cultivar vínculos intersetoriais, pode conseguir, por exemplo, atenuar os efeitos da pobreza, mas não vai modificar as condições geradoras da pobreza. Daí a urgência das redes colaborativas.

Articuladas deste modo, as ONG, além de criarem a capacidade de desenvolver projetos mais qualificados e eficazes, tornam-se mais sustentáveis. Em redes colaborativas podem superar-se práticas assistencialistas, ainda existentes na Zambézia, que apenas reproduzem ofertas pobres para os pobres, para conceber-se programas emancipadores que promovam o protagonismo das comunidades pobres.

A qualidade dos projetos de desenvolvimento não depende apenas do protagonismo da comunidade local, como também não resulta só do protagonismo interno de cada ONG. Ela depende da articulação dos dois (comunidade local e ONG) para se tornar num fator relevante de desenvolvimento local.

É de notar que, ainda que num estágio, todavia, frágil do seu engajamento, as populações locais da Zambézia, mostram cada vez mais a sua vontade de participação na vida pública da província e desejam, de várias formas, estar presentes e serem consultadas sobre todas as áreas que dizem respeito à melhoria da sua vida económica, política e outros aspetos sociais.

Com base no que ficou esboçado no parágrafo acima, infere-se que no DLE na Zambézia deve privilegiar-se as Associações Comunitárias de Base, pois elas garantem a solidariedade e a partir delas assegura-se o conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio; o aumento do nível de consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento; mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas na sua auto-estima e o estímulo ao surgimento de novas ideias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento.

As ONG em redes colaborativas, na Zambézia, serão organizações democráticas. Democracia não é entendida, aqui, como um procedimento de escolha de representantes, mas como um método de negociação de conflitos e produção de consensos que não só pretende satisfazer a questão sobre quem decide ou quantos participam na decisão, mas também sobre o que, o quando e o onde se decide.

Só no contexto de redes colaborativas, os projetos sociais ganham maior significado e eficácia. Por outro lado, redes sem projetos compartilhados pelas ONG que as constituem, podem transformar-se em estruturas de controlo que se sobrepõem não somente aos interesses das próprias como também das comunidades locais.

As parcerias das ONG na Zambézia serão eficientes e sustentáveis se forem articuladas nos três níveis: micro (articulação entre elas), intermediário (formação de vínculos com outras organizações, tais como empresas e Organizações de base) e macro (articulações contínuas com o governo local, instituições públicas para a definição de políticas de desenvolvimento).

Em suma, pode inferir-se, que tanto as perguntas de partida, como as hipóteses foram cabalmente satisfeitas pois, o estudo, demonstrou que o Desenvolvimento Local e Endógeno é um projeto político de transformação social, coletivo e inclusivo, situado no tempo e no espaço que assenta na participação coletiva e na parceria entre iniciativas da cidadania organizada, que integram áreas dispersas e buscam articulações entre diversas ações já existentes na comunidade. E as Organizações Não-Governamentais são os parceiros privilegiados neste processo porque são elas que cooperam com as comunidades locais, as incentivam à participação ativa e esclarecida. Elas, porém, tornar-se-ão mais sustentáveis quando participarem em redes intersectoriais colaborativas voltadas ao desenvolvimento local. Ao se buscar promover a formação de redes colaborativas, como meio para fortalecer a sustentabilidades das ONG na Zambézia, pretende-se fomentar o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, capazes de suprir as suas necessidades, desenvolver as suas potencialidades e manter relações criativas com o meio externo.

Assim, o conceito de rede colaborativa tem implicações diretas no debate sobre o DLE, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável no longo prazo se não houver horizontalidade no processo e empoderamento dos atores responsáveis por conduzi-lo.

E além do que acima foi indicado, considera-se fundamental a formação de redes colaborativas locais pelos motivos que a seguir se enunciam:

- cria novas interações entre as pessoas, fortalecendo opções de trabalho diferentes;
- ajuda a moldar as práticas e valores individuais, grupais e coletivos, aguçando a percepção e a visão social das pessoas;
- liga indivíduos, grupos, regiões e organizações;
- faz surgir novas formas de convivência;
- contribui para a superação de problemas sociais através da definição coletiva de objetivos e articulação de pessoas e instituições;
- disponibiliza saberes distintos e coloca-os ao serviço do interesse coletivo;
- constrói vínculos mais fortes e consistentes entre as ONG, as Associações de Base e outras instituições;
- promove acordos de cooperação e alianças;
- cria e amplia alternativas de ação.

O estudo realizado apresenta limitações quanto ao universo das ONG. De facto, perante a impossibilidade de analisar as 25 ONG instaladas na Zambézia, seleccionaram-se as 19 mais representativas, como ficou evidenciado no segundo capítulo da Parte II. Uma outra limitação a sublinhar tem a ver com a escassez de bibliografia sobre este tema. Se a nível da capital de Moçambique – Maputo- ainda foi possível ter acesso a estudos e artigos sobre o assunto, a verdade é que, a nível provincial, a bibliografia revela-se quase inexistente, reduzindo-se a alguns relatórios das atividades realizadas, não tendo sido encontrado qualquer artigo específico sobre o Desenvolvimento Endógeno. Esta problemática foi, de certa forma, contornada através do contacto direto com diretores, técnicos e facilitadores das ONG analisadas.

Para futuras investigações sugerem-se três temáticas que haveria todo o interesse em explorar, a saber:

- O papel dos meios de comunicação, nomeadamente das rádios comunitárias, jornais e boletins informativos (dados os raros estudos que versam o tema do DLE na Zambézia);

- O conceito de Boa Governação, no sentido da participação e alargamento das potencialidades das pessoas;

- O conceito de Democracia, com incidência no direito à liberdade de expressão, de opinião, de associação, e na infoinclusão.

## BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Maria Manuela, & Fernandes, Ana Paula. (2005). *Introdução à cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr.
- Alves, Maria Inês Pacheco. (1996). *As ONG na Política Comunitária de Cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC.
- Antunes, Manuel de Azevedo. (2010). Da medida do desenvolvimento ao Índice de Desenvolvimento Humano Ponderado Sustentável: o caso de Moçambique. *Fluxos & Riscos: Revista de Estudos Sociais*, 1, 93-110.
- Antunes, Manuel de Azevedo. (2009a). A dinâmica da população no desenvolvimento de Moçambique. Tese apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, para obtenção do grau de doutor, orientada por Marco António Monteiro de Oliveira, Lisboa.
- Antunes, Manuel de Azevedo. (2009b). Dos objetivos do Milénio ao futuro da população. *Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos*, 2, 97-114.
- Antunes, Manuel de Azevedo. (2004). Do crescimento económico ao desenvolvimento humano em tempo de globalização. *Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais*, 1, 73-83.
- Arendt, Hannah. (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original em inglês, publicado em 1958).
- Arendt, Hannah. (1992). *Entre o Passado e o Futuro* (5ª ed.). São Paulo: Editora Perspetiva. (Original em inglês, publicado em 1969).
- Aristóteles. (2009). *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal Editores. (Original em grego, escrito no séc. IV a. C).
- Barquero, Antonio Vasquez. (2001). *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e estatísticas. (Original em espanhol, publicado em 2001).
- Barros, C. Pestana, & Santos, José C. Gomes. (1997). *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*. Lisboa: Editora Vulgata.
- Bartoli, Henri. (2003). *Repensar o desenvolvimento: acabar com a pobreza*. Lisboa: Instituto Piaget. (Original em francês, publicado em 1999).

- Bellen, Hans Michael Van. (2005). *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV.
- Bellia, Vitor. (1996). *Introdução à economia do meio ambiente*. Brasília: Ibama.
- Blaikie, Norman. (2000). *Desingning Social Resarch*. Cambridge: Polity Press.
- Boltanski, Luc, & Chiapello Ève. (1999). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Ediciones Akal, S. A. (2002). (Original em francês, publicado em 1999).
- Bruseke, Franz J., et. al. (1995). O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In Clóvis Cavalcanti *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez Editora. (Original em espanhol, publicado em 1994).
- Brito, L. de; Castel-Branco, C; Chichava, S., & Francisco, A. (2009). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castells, Manuel. (2002). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain. (Original em inglês, publicado em 1996).
- Casson, Mark. (1987). Entrepreneur. In AA.VV, *The New Palgrave: a Dictionary of Economics*. London: The Macmillan Press Limited.
- Chossudovsky, Michel. (2003). *A globalização da pobreza: e a nova ordem mundial*. Lisboa: Editorial Caminho. (Original em inglês, publicado em 2003).
- Coman, David, & Nixon, Frederick. (1981). *Desenvolvimento Económico: uma perspectiva moderna*. São Paulo. (Original em inglês, publicado em 1979).
- Conferência Episcopal de Moçambique. (2005). *Presença evangelizadora da Igreja em Moçambique hoje*. Maputo.
- Demo, Pedro. (1995). *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados.
- Diniz, Francisco. (2010). *Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Dolabela, Fernando. (2003). *Pedagogia empreendedora*. São Paulo: Editora de Cultura.
- Drucker, Peter. (1985). *Innovation and Entrepreneurship*. New York: Harper and Row.
- Dubet, François. (1996). *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget. (Original em francês, publicado em 1994).
- Escobar, Arturo. (2000). Planeamento. In Sachs, Wolfgang (Ed), *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Fontanel, Jacques. (2007). *A Globalização em «análise»: geoeconomia e estratégia dos actores*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Franco, Maria de Assunção Ribeiro. (2001). *Planeamento ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Editora da FURB.
- Furtado, Celso. (2000). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Governo de Moçambique. (2005). *PARPA (2001-2005; 2005-2009)*. Moçambique. Maputo.
- Governo Provincial da Zambézia. (2007). *Plano estratégico de desenvolvimento da província da Zambézia 2006-2010*. Quelimane.
- Governo Provincial da Zambézia. (2007). *Potencialidades e oportunidades da Zambézia 2006-2010*. Quelimane.
- Guattari, Félix. (2004). A Transversalidade. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. 1, 72.
- Guebuza, Armando. (2006). A nossa missão: o combate contra a pobreza. In Armando Guebuza, *A nossa missão: o combate contra a pobreza*. pp. 9-16. Maputo: CEDIMO.
- Guerra, Isabel Carvalho. (2008). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.
- Guerra, Isabel Carvalho. (2006). *Participação e acção colectiva*. Estoril: Principia.
- Guzmán, Silvilla, E. (2001). Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1, 35 – 45.
- Guzmán, Silvilla. (1995). *El marco teórico de la agroecologia*. Córdoba: ISEC/Universidade de Córdoba.
- Hanlon, Joseph, & Smart Teresa. (2008). *Há mais bicicletas: mas há desenvolvimento?*, Maputo: Kapicua Livros e Multimédias, Lda. (Original em inglês, publicado em 2008).
- Holanda, Marcos Costa, Gosson, Annúzia M. P. M., & Nogueira, Cláudio André Gondim. (2006). *O Índice de Gini como medida de concentração de renda*. Fortaleza: Seplan.
- IBIS - Educação para o desenvolvimento – Projeto: Educação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (EDEC) – 2008-2012, extraído de [www.ibis.org.mz](http://www.ibis.org.mz). Acedido em 16 de Maio de 2012.
- Ilich, Ivan. (2000). Necessidades. In Sachs, Wolfgang (Ed.), *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

- João Paulo II. (1993). *Centesimus Annus*. Lisboa: Rei dos livros. (Original em latim, publicado em 1993).
- José, Alexandre, Monteiro (Org.) (1995). *ONG: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.
- Kulipossa, F. P. (1997). *Sociedade civil, ONG e boa governação no processo de reformas das relações Estado-sociedade em Moçambique: um quadro teórico, conceitual e empírico para debate*. Maputo: Ministério da Administração Estatal/Programa de Reforma dos Órgãos Locais.
- Lago, André Aranha Corrêa do. (2009). *Stockholm, Rio, Johannesburg: Brazil and the Three United Nations Conferences on the Environment*. Brasília: Fundação Andrade de Gusmão.
- Laville, Jean-Louis. (1998). Fait associatif et espace démocratique. *Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associative; 11*, 65-74.
- Laville, J. L., & Sainsaulieu, R. (1997). *Sociologie del'association: es organisations à l'épreuve du changement social*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Lewis, W. Arthur. (1954). Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School*, Vol. 22.
- Llorens, Francisco Albuquerque. (2001). *Desenvolvimento económico local: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES.
- Loforte, A. (1996). *Género e poder entre os Tsonga do sul de Moçambique*. Lisboa: ISCTE.
- Long, A., & van der Ploeg, J.D. (1994). Endogenous Development: Practices and Perspectives. *Born from within practice and perspectives of Endogenous Rural Development*, van der Ploeg, J. D. & Long, A. (Eds.), Van Gorcum, Assen, The Netherlands.
- Mance, Euclides André (Org.). (2003). *Como montar redes solidárias*. Rio de Janeiro: FASE/iFIL/DP&A Editora.
- Manjate, N. B. (2001). *Diagnóstico participativo do associativismo juvenil em Moçambique: suas práticas, ambiente institucional nas cidades de Maputo e Nampula*. Maputo. Disponível em [www.joit.org.mz](http://www.joit.org.mz). Acedido em 17 de Maio de 2012.
- Mata, I., & Padilha, L. C. (Org.). (2007). *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Calibri.

- Martinho, Cássio. (2006). Redes e desenvolvimento local. Artigo disponível em <http://www.rebea.org.br>. Acedido em 12 de Maio de 2011.
- Mazula, Brazão. (2005). *Ética, Educação e criação da riqueza: uma reflexão epistemológica*. Maputo: Edições Paulinas.
- Merriam, Sharan B. (1988). *Case study research in education*. San Francisco: Jossey-Bass publishers.
- Montibeller, Gilberto Filho. (2004). *O mito do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Milone, Paulo César. (1998). Crescimento e desenvolvimento económico: teorias e evidências empíricas. In Montoro Filho, André Franco et al., *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva.
- Moraes, Jorge Luís Amaral de. (2003). Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. *Revista do Centro de Ciências Administrativas*, 9, 196-204.
- Mosca, João. (2005). *Economia de Moçambique: Século XX*. Lisboa: Instituto Piajet.
- Olivieri, Laura. (2002). A importância histórico-social das redes. In *Manual de redes sociais e tecnologia*. São Paulo: CONECTAS/ Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br). Acedido em 22 de Agosto de 2012.
- Paula, Juarez de. (2008). *Desenvolvimento local: como fazer?* Brasília: SEBRAE.
- PNUD. (2011). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2011*. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>. Acedido em 23 de Maio de 2012.
- PNUD. (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A verdadeira riqueza das Nações: vias para o desenvolvimento humano*. Lisboa: Editora IPAD.
- PNUD. (1999). *Relatório de desenvolvimento Humano 1999*. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1999/download/pt/>. Acedido em 23 de Maio de 2012.
- PNUD/SADC/SAPES TRUST. (1998). *Relatório do desenvolvimento humano na SADC*. (1998). Governança e Desenvolvimento humano na África Austral, Maputo. Disponível em <http://hdr.undp.org/>. Acedido em 23 de Maio de 2012.
- Putnam, Robert D. (2002). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- Rawls, John. (2001). *Uma teoria da justiça*. Lisboa: Editorial Presença. (Original em inglês, publicado em 1971).

- Relatório: SCALE-UP HOPE Program Report by Save the Children in Mozambique (SCIMOZ) – Zambezia Activities. Quelimane, Period: Janeiro –Março 2010.
- Remmers, Gasto. (2000). El desarrollo endógeno en zonas rurales: en un blanco móvil. In Guzmán Casado, G; Gonzáles de Molina, M; E. Silvia Guzmán (Eds). *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundiprensa.
- Remmers, Gaston. (1998). *Com cojones y maestria. Un estudio sociológico acerca del desarrollo rural endógeno y proceso de localización en la sierra de la Contraviesa*. Epaña: Thela Publishers, Amsterdam.
- Rodrigues, Valdamar. (2009). *Desenvolvimento sustentável: uma introdução crítica*. Parede: Principia.
- Roque, Fátima Moura. (2007). *África, a NEPAD e o futuro*. Luanda: Texto Editores.
- Rostow, Walt. (1961). *As Etapas do desenvolvimento económico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Original em inglês, publicado em 1959).
- Sachs, Ignacy. (1993). *L'Ecodéveloppement, Stratégies de Transition vers le XXIe siècle*. Paris: Syros.
- Sachs, Ignacy. (2000). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes. (Original em inglês, publicado em 1992).
- Saini, J. S. (2001). Economic Development and Entrepreneurship. In *Entrepreneurship & Education: Challenges and Strategies*. Jaipur: Rawat.
- Santos, B. Sousa. (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Scatolin, Fábio Dória. (2002). Indicadores do desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. *Revista FAE*, 5, 37-48.
- Schumpeter, Joseph A. (1985). *Teoria do desenvolvimento económico* (2ª ed.). São Paulo: Nova cultural. (Original em inglês, publicado em 1934).
- Sen, Amartya. (2012). *A Ideia de justice*. Coimbra: Almedina. (Original em inglês, publicado em 2009).
- Sen, Amartya. (2003). *Desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva. (Original em inglês, publicado em 1999).
- Sen, Amartya. (1999). *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa: Terramar. (Original em inglês, publicado em 1981).
- Stiglitz, Joseph. (2007). *Tornar eficaz a globalização*. Porto: Asa. (Original em inglês, publicado em 2006).

- Stiglitz, Joseph. (2001). Participation and Development: Perspectives from the comprehensive Development Paradigm. In Farrukh Iqbal & Jong-IL, *Democracy, Market, Economics and Development: an Asian Perspective*. London: World Bank.
- Silveira, Caio M., & da Costa Reis, Liliane (Orgs.). (2001). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS.
- Singer, Paul. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Souza, Nali de Jesus. (1999). *Desenvolvimento Económico* (4ª ed.). São Paulo: Editores Atlas.
- Schultz, Theodore William. (1973). *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Thompson, John, B. (2009). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (8ª ed.). Petrópolis: Vozes. (Original em Inglês, publicado em 1990).
- Todaro, Michael P., & Smith, Stephen C. (2002). *Economic Development* (8ª ed.). United States of America: Addison Wesley.
- Touraine, Alain. (2005). *Um novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Lisboa: Instituto Piaget. (Original em francês, publicado em 2005).
- Touraine, Alain. (1998). *Iguais e diferentes. Poderemos viver juntos?*, Lisboa: Instituto Piaget. (Original em francês, publicado em 1997).
- Ugá, Vivian D. (2004). A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, 23, 55-62.
- Uthui, João. (2010). Nova lei sobre associativismo. Sociedade civil já tem resposta. *Joint. Liga de ONG em Moçambique*. 1, 146-156.
- Vail, Leroy, & White, Landeg. (1980). *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a study of Quelimane District*. London: Heinemann.
- Valadares de Carvalho, Nancy. (1995). *Autogestão: o nascimento das ONG*. São Paulo: Brasiliense.
- Veiga, José Eli da. (2009). Crescimento e Desenvolvimento quando menos é mais. *Revista Brasil sempre: Revista brasileira de desenvolvimento sustentável*, 23, 3. Disponível em <<http://www.insightnet.com.br>> Acedido em 23 Março de 2012.
- Villar, Rodrigo. (2004). *Orientações estratégicas para a promoção do desenvolvimento de base*. Bogotá: Rede America.

- WORLD BANK. (2000a). *The Quality of Growth*. New York: Oxford University Press.
- WORLD BANK. (2000b). *World Development Report*. Washington: Oxford University Press.
- Yunus, Muhammad. (2008). *O Banheiro dos pobres: o Microcrédito e a luta contra a pobreza no mundo*. Viseu: DIFEL. (Original em inglês, publicado em 1997).

## GLOSSÁRIO

**Cooperação** – Forma de interação entre indivíduos/instituições, que lhes permite alcançar objetivos comuns, havendo igualmente nesta interação uma partilha de recursos.

**Desenvolvimento Local** – Processo que acontece de acordo com o contexto social, económico, tecnológico e em função dos atores, direta e indiretamente envolvidos no processo, nomeadamente públicos, privados, locais e globais.

**Desenvolvimento Endógeno** – É um processo de crescimento económico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local que utiliza o seu potencial de desenvolvimento e que leva à melhoria de vida da população.

**Desenvolvimento Humano** – É o processo que aumenta as potencialidades das pessoas através de melhores condições de educação, saúde, habitação, meio ambiente e habitação.

**Desenvolvimento sustentável** – É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

**Desigualdade** – É uma diferença que os indivíduos e grupos sociais julgam segundo escalas de valor. Não se baseia apenas nos rendimentos; é mais radical, sobretudo quando estão em jogo as liberdades elementares da pessoa humana.

**Diagnóstico participativo** – É um processo do DLE que consiste na auscultação e envolvimento da comunidade local com o objetivo de conhecer a realidade nos seus aspectos social, cultural, ambiental, político e económico.

**Empreendedorismo** – Refere-se às ações conduzidas pela pessoa que move recursos económicos de qualquer natureza, de uma área de menor retorno, para uma área de maior produtividade e melhores resultados.

**Globalização** – É a intensificação das relações sociais à escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que o que ocorre localmente é vivido a nível global.

**Indicadores de sustentabilidade** - São parâmetros selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si, para refletir sobre crescimento da economia, melhoria da qualidade do ambiente e melhoria da sociedade.

**Índice do Desenvolvimento Humano** – É uma relação que procura captar os fatores de privações e verifica se há, numa determinada sociedade, aumento significativo das liberdades e das condições de bem-estar. É calculada a partir do PIB *per capita*, esperança média de vida a nascença e alfabetização de 15 mais anos.

**Lideranças locais** – São pessoas que ocupam oficialmente cargos de direção na comunidade e, são também os formadores de opinião, isto é, influenciam o modo de pensar e de agir das pessoas.

**Local** – Qualquer porção territorial que se distingue a partir de determinados elementos de identidade

**ONG** – São instituições sem fins lucrativos, com objetivos definidos e que visam a prossecução de ações de solidariedade social junto das comunidades.

**Pobre** – O pobre é um defraudado dos bens que tem por direito, da riqueza que não é distribuída equitativamente, da justiça que lhe é destituída, da dignidade de pessoa que lhe é negada.

**Pobreza** – É a defraudação da pessoa, das suas energias biológicas e psicológicas, da sua auto-estima, da sua capacidade de trabalhar e comprar os bens de que precisa.

**Rede** – É um instrumento que garante a realização do bem comum, enquanto espaço de partilha de informações, matéria do sujeito que quer atingir os seus objectivos.

**Redes colaborativas** – É um processo de captação, articulação e otimização de energias, recursos e competências, capaz de gerar um sistema de relacionamentos que organiza indivíduos e instituições de forma igualitária, em torno de uma agenda comum de carácter público.

**Transversalidade** - A transversalidade contrapõe-se tanto à ideia de verticalidade como à de horizontalidade. Trata-se de uma dimensão que pretende superar dois impasses, nomeadamente a pura verticalidade e a simples horizontalidade, e que tende a realizar-se quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos.

## ÍNDICE REMISSIVO TEMÁTICO E ONOMÁSTICO

- Acordos de Roma, 11  
Afonso e Fernandes, 59, 50  
Ângelo Amaro, Diretor Executivo da Kukumbi, 77, 79, 96  
Antunes (Manuel de Azevedo), 3, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 40, 41, 43, 48, 55, 114  
Associações Comunitárias de Base, 6, 75, 76, 81, 87  
Barquero, 14, 15, 47, 48, 50, 114  
Boltanski e Chiapello, 103, 104, 105, 106  
Bruseke, 51, 53, 115  
Castells, 103, 106, 115  
Chinde, 72, 79, 92  
Concern, 72, 75, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 106  
Concern Worldwide, 73, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 107, 136  
Cooperação, 8, 11, 14, 16, 36, 43, 49, 56, 59, 62, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 89, 99, 102, 109, 111, 112, 114  
Crescimento, 7, 19, 20, 63, 115, 118, 120  
Declaração de Cocoyok, 51  
Departamento da Mulher e Ação Social, 75, 76, 128, 129  
Desenvolvimento Humano, 6, 7, 18, 32, 53, 55, 69, 114, 118  
Desenvolvimento Local e Endógeno, 1, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 40, 47, 49, 59, 63, 72, 74, 76, 77, 79, 89, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 113, 128, 132, 133  
Diniz, 14, 20, 21, 26, 40, 115  
Direção Provincial da Ação Social e da Mulher, 99  
Direção Provincial da Mulher e a Ação Social, 75  
Empreendedorismo, 9, 89, 90, 91, 111  
Fontanel, 41, 42, 62, 61, 63, 116  
Frelimo, 69, 98  
Gilbeiro Enoque Sardinha Monade, 82, 84  
Globalização, 4, 15, 34, 41, 42, 43, 47, 61, 62, 102, 111, 114, 115  
Guzmán, 15, 49, 116, 119  
IBIS, 73, 78, 79, 80, 81, 116, 137  
Illich, 27, 28, 116  
Indicadores de sustentabilidade, 8, 56  
Índice do desenvolvimento humano, 8, 54  
Inhassunge, 79, 85  
Johanesburgo, 52  
Kukumbi, 73, 77, 79, 107, 110  
Lewis, Arthur, 18, 25  
Lisboa, 1, 3, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120  
Milone, 28, 118  
Moçambique, 8, 11, 12, 16, 18, 19, 21, 30, 34, 41, 46, 52, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 80, 90, 91, 94, 97, 98, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 120  
Mocubela, 92  
Morrumbala, 76, 77, 78  
ONG, 4, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 51, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 88, 89, 96, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 123, 128, 129, 131, 131, 132, 133, 134  
Parceria, 8, 14, 16, 46, 65, 68, 72, 74, 75, 77, 80, 83, 86, 89, 97, 108, 113, 132  
Paula, 14, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 88, 89, 95, 109, 114, 118  
PNUD, 21, 29, 105  
Pobreza, 7, 8, 9, 15, 16, 19, 20, 21, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 51, 52, 61, 63, 69, 70, 72, 76, 78, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 108, 112, 114, 115, 116, 120, 121, 134  
Quelimane, 69, 71, 77, 78, 92, 116, 129  
Rawls, 34, 36, 37, 38, 118  
Rede, 9, 102, 103, 104, 105, 120, 129, 132  
Redes Colaborativas, 9, 11, 13, 14, 16, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 112

Relatório de Brundtland, 51, 52  
Remmers, 15, 48, 49, 119  
Rio de Janeiro, 52, 114, 116, 117, 118,  
119, 120  
Rostow, 23, 24, 25, 119  
Sachs,, 18, 19, 20, 43, 119  
Save the Children, 73, 76, 78, 79  
Schultz, 26, 120  
Schumpeter, 21, 22, 119  
Sen, 14, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31,  
32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 55, 87, 94,  
95, 96, 119  
Souza, 20, 54, 55, 120  
Stiglitz, 30, 34, 39, 42, 64  
Todaro & Smith, 25, 26  
Touraine, 15, 41, 49, 120  
Wolfgang Sachs, 14, 18  
Yunus, 35, 94, 96, 121  
Zambézia, 1, 4, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16,  
46, 52, 59, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74,  
75, 76, 77, 79, 80, 81, 87, 89, 90, 91,  
92, 94, 95, 96, 97 99, 102, 103, 105,  
106, 107, 108, 109, 110, 112, 116,  
128, 129, 131, 132, 133, 135  
Zimbabue, 19

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE I

### GUIÕES DE ENTREVISTAS

#### GUIÃO DE ENTREVISTA I

#### DEPARTAMENTO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL

Eu sou Arcanjo Linda Sitimela, natural da Maganja da Costa – Zambézia. Sou estudante de Sociologia. Interesse-me bastante sobre a temática do Desenvolvimento Local e Endógeno aqui da província. Sei que, para todo o empreendimento, o Governo conta com muitos atores tais como, setor privado, Organizações Não-Governamentais, Associações de Base e a própria comunidade local. Estou a contactá-lo no sentido de me facultar uma entrevista sobre as parcerias que o Governo local estabelece com esses atores, concretamente com as ONG. Agradeço-lhe, desde já, a sua disponibilidade; quero confessar-lhe que é uma pessoa incontornável e muito importante para os meus estudos.

#### ENTREVISTA

#### I. AS PARCERIAS QUE A DIREÇÃO PROVINCIAL DA MULHER E AÇÃO SOCIAL CONSTRÓI EM PROL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ENDÓGENO

Você, como chefe do Departamento da Mulher e Ação Social, pode contar-me, em linhas gerais, o que é que a Direção Provincial do setor entende por parcerias para o desenvolvimento local e endógeno, começando por referir:

1. Porque é que o Governo da Zambézia faz parcerias com as ONG e qual é o critério (os) usado para estabelecer tais parcerias?
2. Qual é o papel desempenhado pelo Departamento nas parcerias com as ONG (árbitro, controlador, facilitador)?
3. Quantas ONG estão instaladas na Zambézia?
4. Qual é o perfil das ONG para ser acreditadas na Zambézia?
5. Desde quando o Governo da Zambézia estabelece parcerias com as ONG?

6. Pode dizer-me as vantagens de tais parcerias?
7. O Departamento da Mulher e Ação Social encontra dificuldades na implementação dos acordos estabelecidos? Se sim, quais são?
8. Quantas vezes por ano o Departamento da Mulher e Ação Social se reúne com as tais ONG para troca de ideias, avaliações e fortalecimento das parcerias?
9. Que tipo de medidas, Governo local, toma para corrigir anomalias criadas por ONG que não respeitam os acordos estabelecidos?
10. Houve ONG que foram obrigadas a deixar a Zambézia por incumprimento dos seus deveres?
11. Acha que o conceito de Rede é viável no contexto das parcerias?
12. O Departamento da Mulher e Ação Social já estabeleceu parcerias com alguma Rede de ONG aqui na Zambézia?
13. O que pensa sobre o conceito de Redes colaborativas para o Desenvolvimento local e endógeno?

## II. INTERVENÇÃO DIRETA DO DEPARTAMENTO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL NA VIDA DA COMUNIDADE LOCAL

1. O Departamento da Mulher e Ação Social, como entidade especializada na ação social, tem uma atuação direta junto das populações vulneráveis? Se sim, como faz?
2. Quantas pessoas trabalham no Departamento?
3. Qual é o perfil dos agentes da ação social do setor?
4. O que significa para si ser membro (Chefe) do Departamento que dirige?
5. Quantas mulheres trabalham Departamento? E o que pensa que o Governo local deveria fazer mais para ir colmatando os problemas de género?
6. O Departamento da Mulher e Ação social tem representação nos distritos e nas localidades ou desempenha apenas as suas atividades na cidade de Quelimane?
7. Quais os métodos usados para identificar as pessoas vulneráveis?
8. Quais são as estratégias para assistir as populações carenciadas?

9. Qual é o critério para definir se uma pessoa é ou não pobre?
10. A quem assistem concretamente?
11. Que tipo de apoio é dado às pessoas carenciadas?
12. Os programas de assistência têm a componente “envolvimento para a autonomia dos pobres”?
13. Quais são as dificuldades que os profissionais encontram na identificação dos vulneráveis e na implementação das suas atividades?
14. O que pensa do futuro do Departamento que dirige?

## APÊNDICE II

### GUIÃO DE ENTREVISTA II ORGANIZAÇÕES NÃO-GORNAMENTAIS

Eu sou Arcanjo Linda Sitimela, natural da Maganja da Costa – Zambézia. Sou estudante de Sociologia. Interesso-me bastante sobre a temática do Desenvolvimento local e endógeno aqui da província. Sei que as ONG são atores privilegiados nesse processo. Estou a contactá-lo no sentido de me facultar uma entrevista sobre as parcerias que as ONG estabelecem com o Governo local. Desde já agradeço a sua disponibilidade e o apoio que me dá.

#### I. CARATERIZAÇÃO DAS ONG

Como Diretor/a Executivo/ pode caracterizar a ONG que dirige (onde trabalha) começando por referir:

- a) Ano da fundação
- b) A sua origem (religiosa ou civil, nacional ou estrangeira)
- c) Os fundadores
- d) A missão fundadora
- e) Os objetivos da Organização
- f) Os recursos humanos e materiais (como são mobilizados)
- g) Os recursos financeiros
- h) A evolução da Organização desde a sua fundação
- i) Os seus beneficiários
- j) O organigrama da Organização
- k) A política de comunicação interna
- l) O perfil dos profissionais

- m) A política de seleção e recrutamento de recursos humanos (profissionais e voluntários).

## II. CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES

Pode falar-me um pouco da sua vida, começando por dizer:

- a) A naturalidade (origem, nacionalidade)
- b) A situação familiar
- c) O percurso escolar, profissional e responsabilidades na Organização
- d) O significado de ser profissional de uma ONG. Conhecimento da existência de outras ONG
- e) A ideia sobre o desenvolvimento local e endógeno
- f) Relações com os outros elementos
- g) A ideia de ajudar o outro a desenvolver-se
- h) O futuro da ONG em que está
- i) Dificuldades no desempenho das atividades.

## III. PARCERIAS COM O GOVERNO

- a) O que entende por uma parceria para o desenvolvimento local e endógeno?
- b) Acha que o Governo local vê as ONG como parceiras ou concorrentes?
- c) Pensa que há transparência no estabelecimento das parcerias?
- d) Verifica que o Governo da Zambézia tem um tratamento igual para todas as ONG com que faz parcerias?
- e) A ONG tem respeitado os seus deveres nas parcerias com o Governo?
- f) Estabelecem parcerias com as outras Organizações? Como?
- g) Tem alguma ideia sobre o trabalho em rede?
- h) Conhece alguma Rede a funcionar aqui na Zambézia entre as ONG?
- i) Tem alguma ideia sobre Redes colaborativas?

#### IV. ESPECIALIZAÇÃO E ATUAÇÃO

- a) Qual é a especialização da ONG no processo do desenvolvimento local e endógeno?
- b) Quantos programas já foram realizados desde que a ONG está na Zambézia
- c) Qual é o critério usado na definição das áreas de intervenção?
- d) Quais os métodos usados para chegar às populações carenciadas?
- e) Quem é que identifica as necessidades e estratégias?
- f) Quais são as estratégias usadas para disseminar informações junto as populações?
- g) O que pensa do grau do envolvimento e protagonismo da comunidade local?
- h) Qual tem sido o papel da mulher nos programas de desenvolvimento?
- i) Qual tem sido o posicionamento dos técnicos e outros profissionais diante das populações (transmissores de conhecimentos, facilitadores)?
- j) Quais são os resultados da atuação da ONG? Identifica algumas mudanças significativas na melhoria de qualidade de vida das populações?
- k) Existem conflitos entre a comunidade a Organização? De que tipo?
- l) Como foram resolvidos os últimos conflitos ocorridos?
- m) As circunstâncias económicas afetam a viabilidade financeira da Organização?

## APÊNDICE III

### GUIÃO DE ENTREVISTA III LÍDERES DA COMUNIDADE LOCAL

1. Que ideia tem sobre o desenvolvimento local endógeno e sobre os atores sociais?
2. Na sua qualidade de líder da comunidade, que impressão tem da ONG que desenvolve programas de desenvolvimento nesta zona?
3. Que tipo de relacionamento existe entre a comunidade local e a ONG?
4. Nota nos profissionais da ONG uma vontade de ajudar os outros a sair da pobreza?
5. Como líder, é consultado no diagnóstico das necessidades locais e para a elaboração de projetos para o desenvolvimento local?
6. Qual é o papel dos líderes comunitários no processo do DLE?
7. Qual é o grau do envolvimento da comunidade local no DLE?
8. Existem Organizações de base que trabalham em prol do desenvolvimento? Quais são os métodos por eles usados?
9. O que acha que deve ser o papel da mulher no processo do DLE?
10. O que acha que as ONG deveriam fazer mais e melhor para ajudar as populações a sair da pobreza em que se encontram?
11. Há voluntários a trabalhar para o DLE?
12. O que é que pensa do futuro da comunidade em que é líder?

## APÊNDICE IV

### RESUMO DAS ONG ABORDADAS NA ZAMBÉZIA

#### **ACTION AID**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional - Civil
<b>MISSÃO:</b>	Loby e Advocacia nas comunidades rurais
<b>OBJETIVO:</b>	Defender os direitos das pessoas marginalizadas
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Educação, Saúde e Agricultura
<b>MEIOS</b>	Estrangeiros
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho rede com outras ONG no estrangeiro

#### **Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA)**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional. Religiosa é estabelecida sob o nome Adventista do Sétimo Dia Welfare Service (SAWS)
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento rural
<b>OBJETIVO:</b>	Trabalhar com pessoas em situação de pobreza e sofrimento para criar justiça e uma mudança positiva através de parcerias e capacitação de acção responsável
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Segurança alimentar, desenvolvimento económico, saúde primária, educação básica e emergências assistenciais
<b>MEIOS</b>	Estrangeiros
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Uma presença activa em uma rede global de mais de 120 países

#### **Associação dos Formadores e consultores da Zambézia (AFROZA)**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional - Civil
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento rural e urbana
<b>OBJETIVO:</b>	Formar as comunidade para o Desenvolvimento
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Consultoria em prol do desenvolvimento das comunidades rurais e urbanas
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em Rede com PRODEZA – Projeto de apoio ao Desenvolvimento rural na Província da Zambézia

**Associação de Agentes Económicos de Mocuba (AGEMO) -**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento do setor empresarial
<b>OBJETIVO:</b>	Promover, proteger e coordenar interesses comuns dos seus membros visando a rentabilidade dos vários setores da atividade empresarial
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Educação para o desenvolvimento económico
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	

**Associação de Promoção da Agricultura Comercial (APAC)**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolver o setor agrário
<b>OBJETIVO:</b>	Apoiar cooperativas de produtores de arroz, caju, milho e amendoim e a sua comercialização
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Agricultura e Comércio
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Em rede com a PRODEZA e outras ONG

**Organizzazione di Volontariato Internazionale (CELIM)**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional (Itália)
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento rural
<b>OBJETIVO:</b>	Apoiar financeira e tecnicamente as comunidades a criar negócios rentáveis e sustentáveis
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Desenvolvimento económico, Micro e macro credito para pequenos produtores e empreendedores
<b>MEIOS</b>	Estrangeiros
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em Rede com a caritas Internacional e as nacionais.

**CONCERN WORLDWIDE**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional (Irlanda)
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento rural. Ajudar as pessoas que vivem em extrema pobreza a alcançar grandes melhorias nas suas vidas
<b>OBJETIVO:</b>	Trabalhar para que a educação abranja a todas as crianças em idade escolar
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Educação, Direitos Humanos, Género

<b>MEIOS</b>	Estrangeiros
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em rede global em vários países

### **CRUZ VERMELHA DE MOÇAMBIQUE -**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional
<b>MISSÃO:</b>	Prevenir e aliviar o sofrimento humano, independentemente da origem, raça, crença religiosa e filiação política
<b>OBJETIVO:</b>	Estabelecer as directrizes, o papel e a responsabilidade da CVM na gestão de desastres a todos os níveis
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Capacitação da comunidade em aspetos inerentes à gestão de desastres
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em rede em todo o território moçambicano

### **Friends, Global Health (FGH)**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional
<b>MISSÃO:</b>	Trabalhar em parceria com o governo local e organizações do setor civis para implementar programas de saúde e de desenvolvimento usando estratégias sustentáveis
<b>OBJETIVO:</b>	Com o objetivo de a longo prazo melhorar o bem-estar das comunidades
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Saúde
<b>MEIOS</b>	Estrangeiros
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Uma presença activa em uma rede global com muitas Universidades no mundo

### **Educação para o Desenvolvimento (IBIS)**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional (Dinamarca)
<b>MISSÃO:</b>	Combater a desigualdade e pobreza globais.
<b>OBJETIVO:</b>	Trabalhar por um mundo em que haja igualdade entre todos no acesso a educação, influência e recursos.
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Educação, Cidadania, Acesso a Informação.

<b>MEIOS</b>	Estrangeiros
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em rede com as populações e organizações indiginas/nativas

### **KUKUMBI**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional - Zambézia
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento rural
<b>OBJETIVO:</b>	Capacitar Instituições locais para o Desenvolvimento
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Educação, Agricultura, Género e HIV/SIDA, Boa Governação, Redução de Riscos de Desastre
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em rede com as ONG locais

### **Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA)**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional - Zambézia
<b>MISSÃO:</b>	Loby e Advocacia
<b>OBJETIVO:</b>	Coordenar e fortalecer as acções da sociedade civil em prol da mulher desfavorecida em toda a Província da Zambézia
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Aagricultura, educação, saúde, direitos humanos da mulher, combate à pobreza, violência baseada no género e HIV/SIDA
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	É uma Rede de Associações

### **Núcleo dos Amigos da Natureza e Ambiente (NANA)**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional - Zambézia
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento rural
<b>OBJETIVO:</b>	Capacitar as comunidades para a boa governação
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Área de governação, capacitação das comunidades e apoio as crianças órfãs e vulneráveis.
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Educação para o Desenvolvimento, Meio Ambiente

### **Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM)**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional
----------------	----------

<b>MISSÃO:</b>	Defesa dos direitos e interesses dos camponeses, contribuindo para o desenvolvimento associativo e comunitário, com vista a assegurar a posse e o uso sustentáveis da terra
<b>OBJETIVO:</b>	Fortalecer o protagonismo dos camponeses e a sua capacidade de promover estratégias de posse e uso sustentáveis da terra e dos recursos naturais.
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Lobby e advocacia; Delimitação/demarcação das áreas comunitárias; Elaboração de plano de uso de terras e recursos naturais comunitários; Mediação de conflitos de terra e recursos naturais; Promoção do associativismo e de cooperativas de camponeses
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em Rede em todo o território Moçambicano

#### **Programa de Desenvolvimento Ambiental (PRODEA)**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional - Mocuba
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento rural
<b>OBJETIVO:</b>	Desenvolvimento comunitário do Distrito de Mocuba
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Meio ambiente, Gestão de recursos naturais
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em rede com as ONG nacionais

#### **Save the Children**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento da criança
<b>OBJETIVO:</b>	Garantir a saúde da criança
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Saúde, Educação, Segurança alimentar
<b>MEIOS</b>	Estrangeiros
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Uma presença activa em uma rede global em muitos países do mundo

#### **Welthungerhilfe (WHH)**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional - Alemanha
<b>MISSÃO:</b>	Comida para todos

<b>OBJETIVO:</b>	Ajudar projetos de desenvolvimento rural
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Agricultura, estradas e pontes
<b>MEIOS</b>	Apoio privado e subvenções públicas - Alemanha
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Membro de Alliance2015

#### **WORLD VISION**

<b>ORIGEM:</b>	Internacional – Religiosa (EUA)
<b>MISSÃO:</b>	Desenvolvimento rural
<b>OBJETIVO:</b>	Ajudar as populações a desenvolver-se duma forma autónoma
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Desenvolvimento rural/comunitário, incluindo as áreas de agricultura, saúde e nutrição, educação, assistência social, meio ambiente e águas, gestão de riscos, cometimento cristão e advocacia
<b>MEIOS</b>	Estrangeiros: de voluntários e Instituições públicas
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Uma presença ativa em uma rede global a nível do mundo

#### **Zambézia OnLine (ZOL)**

<b>ORIGEM:</b>	Nacional
<b>MISSÃO:</b>	Consultaria em aplicações informáticas
<b>OBJETIVO:</b>	Pôr a província da Zambézia e todos os intervenientes no processo de desenvolvimento da província, num estado activo, conectados entre si e com o mundo exterior, usando para isso, as novas tecnologias de informação e comunicação.
<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO:</b>	Todas os setores do desenvolvimento da provincia da Zambézia
<b>MEIOS</b>	Nacional e Estrangeiro
<b>TRABALHO EM REDE:</b>	Trabalho em rede em todo o país

## APÊNDICE V

### RELAÇÃO NOMINAL DOS ENTREVISTADOS

<b>Nome:</b> Brigida	<b>Função:</b> Diretora	<b>Instituição:</b> Concern
<b>Data e Local:</b> Quelimane, 19/09/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Ângelo	<b>Função:</b> Diretor executivo	<b>Instituição:</b> Kukumbi
<b>Data e Local:</b> Quelimane, 20/09/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Gilbeiro	<b>Função:</b> Facilitador	<b>Instituição:</b> Concern
<b>Data e Local:</b> Micaune, 28/09/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Ivete	<b>Função:</b> Técnica	<b>Instituição:</b> Concern
<b>Data e Local:</b> Micaune, 29/09/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> António	<b>Função:</b> Líder	<b>Instituição:</b> Comunidade
<b>Data e Local:</b> Micaune, 29/09/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Claudina	<b>Função:</b> Técnica/Comum.	<b>Instituição:</b> V. Mundial
<b>Data e Local:</b> Quelimane, 04/10/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Lourenço	<b>Função:</b> Delegado	<b>Instituição:</b> ORAM
<b>Data e Local:</b> Quelimane, 05/10/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Cândida	<b>Função:</b> Diretora executiva	<b>Instituição:</b> NAFEZA
<b>Data e Local:</b> Quelimane, 7/10/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> M <sup>a</sup> da Graça	<b>Função:</b> Coordenadora	<b>Instituição:</b> IBIS
<b>Data e Local:</b> Milange, 10/10/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Marcos	<b>Função:</b> Eng. Chefe	<b>Instituição:</b> CELIM
<b>Data e Local:</b> Mopeia, 12/10/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Sérgio	<b>Função:</b> Enfermeiro	<b>Instituição:</b> FGH
<b>Data e Local:</b> Maganja/Costa, 13/10/2011		<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Rosa	<b>Função:</b> Psicóloga	<b>Instituição:</b> Save the Children
<b>Data e Local:</b> Quelimane, 13/10/2011		<b>Tipo:</b> Telefónica

<b>Nome:</b> Justino	<b>Função:</b> Diretor	<b>Instituição:</b> AFROZA
	<b>Data e Local:</b> Quelimane, 14/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Mário	<b>Função:</b> Diretor	<b>Instituição:</b> APAC
	<b>Data e Local:</b> Mocuba, 17/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Júlio	<b>Função:</b> Técnico	<b>Instituição:</b> NANA
	<b>Data e Local:</b> Mocuba, 17/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Tarcísio	<b>Função:</b> Coordenador	<b>Instituição:</b> ADRA
	<b>Data e Local:</b> Mocuba, 18/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Rafael	<b>Função:</b> Técnico	<b>Instituição:</b> PRODEA
	<b>Data e Local:</b> Mocuba, 18/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Artur	<b>Função:</b> Carpinteiro	<b>Instituição:</b> Própria
	<b>Data e Local:</b> Mocubela, 18/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Laura	<b>Função:</b> Técnica	<b>Instituição:</b> Action AID
	<b>Data e Local:</b> Maganja/Costa, 18/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Juvêncio	<b>Função:</b> Técnico	<b>Instituição:</b> PRODEZA
	<b>Data e Local:</b> Quelimane, 19/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Casimiro	<b>Função:</b> Chefe	<b>Instituição:</b> WHH
	<b>Data e Local:</b> Quelimane, 19/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Moisés	<b>Função:</b> Chefe	<b>Instituição:</b> DMASZ
	<b>Data e Local:</b> Quelimane, 20/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial
<b>Nome:</b> Raul	<b>Função:</b> Chefe	<b>Instituição:</b> C. Vermelha
	<b>Data e Local:</b> Quelimane, 20/10/2011	<b>Tipo:</b> Presencial